Gabriel Moore Forell Bevilacqua

**BANCOS DE DADOS E INFORMATIZAÇÃO DE
ARQUIVOS: pressupostos teóricos e aplicações
técnicas**

Dissertação apresentada, para
obtenção do título de mestre em
História Social, à Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas
da Universidade de São Paulo
(FFLCH-USP) sob orientação da Prof^a.
Dr^a. Ana Maria de Almeida Camargo

**SÃO PAULO
2010**

**“Where is the wisdom we have lost in
knowledge? Where is the knowledge
we have lost in information?”**

T. S. Eliot - *The Rock*, 1934

**“Records are not made for posterity.
Records are created because they are
needed by those who create them, not
as information collection but as
intellectual working tools for the
steering and controlling of cooperative
decision making processes. And
records are therefore reliable.”**

Angelika Menne-Haritz
Appraisal or Selection, 1993

Agradecimentos

Ao restringir os devidos e justos agradecimentos a apenas estas duas páginas, certamente cometerei injustiças, pois foram muitos os que viabilizaram este trabalho, seja diretamente ou indiretamente.

Antes de tudo dedico este trabalho, apesar de suas limitações e imperfeições, à Prof^a. Dr^a. Ana Maria de Almeida Camargo, minha orientadora e guia no complexo mundo dos arquivos. Mais do que minha orientadora, um exemplo de seriedade, generosidade e comprometimento científico. Espero um dia poder inspirar alguém da forma como fui inspirado por você.

Agradeço muitíssimo também ao Prof. Dr. André Porto Ancona Lopez que, além de ter sido meu orientador no Curso de Especialização em Organização de Arquivos do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), momento no qual iniciei os estudos que se transformaram nesta dissertação, foi membro fundamental da minha banca de qualificação e também um grande tutor durante todo este trajeto investigativo. Sou muito grato também a Prof^a. Dr^a. Johanna Smit, responsável por importantes e iluminadoras considerações à minha pesquisa na banca de qualificação e, cujo pioneiro trabalho com vocabulário controlado e sistemas de informação em arquivos, permitiu-me vislumbrar algumas respostas frente a uma infinidade de questionamentos. Agradeço também à Prof^a. Dr^a. Heloísa Liberalli Bellotto, inequívoca referência em nossa área e minha professora por mais de uma vez, que juntamente com Schellenberg fez parte das leituras que debutaram meu mergulho na Arquivologia.

Um obrigado também à Prof^a. Dr^a. Telma Campanha de Carvalho, autora de importantes questionamentos ao tema aqui desenvolvido, por ocasião da banca de aprovação do meu trabalho no IEB-USP, e a Silvana Karpinski e à Prof^a. Dr^a. Ana Magalhães, queridas companheiras do I Seminário Internacional Arquivos de Museus e Pesquisa.

Também é indispensável dizer que devo muito a Ana Célia Navarro de Andrade, grande amiga e conselheira que, ao lado das professoras Viviane Tessitore e Ieda Pimenta Bernardes, foi quem me iniciou oficialmente na Arquivologia nos idos de 2005.

Aos companheiros de desafios do Centro de Documentação e Memória da Pinacoteca do Estado, os quais muito me ajudaram a consolidar a experiência e a vontade necessárias para a construção deste trabalho. Obrigado Rosana Carlos Leite, Gustavo Aquino dos Reis, Rubens de Falcon e Pedro Nery. Agradeço igualmente aos colegas da Biblioteca da Pinacoteca do Estado, grandes parceiros de projetos e ideias. Um agradecimento especial a Ana Paula Nascimento, amiga, colega de Museu e grande pesquisadora, fonte de inspiração e de grande ajuda neste percurso e a Gerson de Souza Faria, revisor preciso de alguns apontamentos técnicos da área de Informática.

A minha família, que sempre possibilitou, incentivou e apoio a busca de meus interesses e ideais, por mais estapafúrdios e estranhos que eles possam ter soados. Obrigado mãe, pai, David, Camilla, Sofia e querida avó Lise. Dedico também uma parte deste trabalho aos meus filhos vira-latas: Isa, Janis, Leleca, Marvin, Mil e Mobutu, os quais certamente não entenderam minhas faltas e impaciências.

E por último, mas talvez mais importante, gostaria de dedicar este trabalho também a minha querida esposa e amada companheira Juliana, que permitiu a realização de tudo isto (e mais um pouco). Mais uma dívida que folgo em ter contigo!

Resumo

O trabalho tem como foco a discussão de pressupostos teóricos e técnicos da informatização de arquivos sob a perspectiva da utilização de sistemas de bancos de dados e dos preceitos e métodos propostos pela Arquivologia. A partir de referências e experiências extraídas das áreas de Tecnologia da Informação e Gestão da Informação se pretende também analisar e avaliar conceitualmente como os bancos de dados aplicados em sistemas de gestão organizacionais informatizados incorporam o arquivo, suas qualidades e características em sua estruturação e concepção. Outro enfoque almejado pelo estudo é o levantamento de questões sobre o papel do banco de dados enquanto sistema conceitual, dentro da realidade e do arcabouço conceitual arquivístico.

Palavras-chave: Arquivo; Banco de dados; Informatização; Documento; Gestão da informação.

Abstract

The main focus of this work is on the debate of theoretical and technical notions of archives electronic management under the perspective of the use of database systems and archival concepts and methods. Using Information Technology and Information Management experiences and references the dissertation also attempt to do a conceptual analysis and evaluation on how databases in organizational electronic management systems deals with archives and records in its usage, conception and structure. Another intended approach is to point questions concerning the role of databases as conceptual systems inside archival practice and theory.

Key-words: Archive; Database; Electronic Record Management; Archival record; Information Management.

SUMÁRIO

Introdução.....	01
Capítulo 1 - BANCOS DE DADOS COMO SISTEMAS DE GESTÃO: CONCEITO E EVOLUÇÃO.....	10
Capítulo 2 - APONTAMENTOS TÉCNICOS PARA A UTILIZAÇÃO DE BANCOS DE DADOS EM ARQUIVOS.....	32
Capítulo 3 - ESTUDO DE CASO: O ARQUIVO DA PINACOTECA DO ESTADO DE SÃO PAULO.....	57
3.1 O Centro de Documentação e Memória: de Arquivo Permanente a órgão especializado colecionador arquivos.....	69
3.2 O Arquivo no Museu: especificidades e desafios.....	73
3.3 A Gestão do Arquivo da Pinacoteca do Estado.....	85
3.4 Descrição e classificação do Fundo Pinacoteca do Estado.....	94
3.5 O Banco de Dados do Centro de Documentação e Memória.....	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS: ARQUIVO, BANCO DE DADOS E SISTEMAS DE GESTÃO E INFORMAÇÃO: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS NECESSÁRIOS.....	113
Bibliografia.....	140

Introdução

Os documentos de arquivo são a garantia mais completa e representativa da permanência das ações, realizações e empreendimentos humanos através do tempo. Tal caráter e qualidades únicas tornam o documento de arquivo indispensável e natural no funcionamento de qualquer organização. Sem dúvida, apenas o arquivo é capaz de viabilizar uma visão retrospectiva conjuntural e em perspectiva da experiência acumulada de uma organização ou indivíduo. É essa qualidade única e intrínseca que torna o arquivo fonte de informação por excelência de qualquer tentativa de entendimento e construção de conhecimento pautado na realidade de uma organização ou pessoa.

Além de cumprir o essencial papel de vincular de forma contínua as ações, trajetórias e processos de uma instituição, sejam eles técnicos, jurídicos ou administrativos, os arquivos também possibilitam, através de suas qualidades informativas e representativas únicas, o importante diálogo com a comunidade aonde se insere a organização. No processo de reconstituição da história e trajetória institucional, o arquivo também garante inúmeras relações de valor, reconhecimento, acesso e publicidade com colaboradores, usuários, clientes, funcionários e fornecedores.

As recentes tendências de padronização e certificação de processos e produtos também recolocam o arquivo no centro das necessidades informativas das empresas modernas. Ao recuperar projetos e procedimentos utilizados, garantir direitos e deveres e capitanear e dinamizar os ciclos de relacionamento e processo das organizações, o arquivo ganha novas funções e renovada importância.

A renovação e revisão de conceitos, responsabilidades e dinâmicas reforçam a existência de novos paradigmas na ciência arquivística. Como lidar com os desafios colocados pelos documentos eletrônicos e pelas concepções da dita “era pós-custodial” através das ferramentas clássicas da Arquivologia? Ou, como não considerar os parâmetros arquivísticos instituídos em se tratando das novas necessidades de uma ciência aplicada fundamental?

Cabe colocar que grande parte da discussão e produção teórica da Arquivologia contemporânea ainda se concentra especificamente nos arquivos

públicos, mas é justamente nos arquivos de organizações privadas que grande parte dos novos paradigmas está sendo colocada em prática, mesmo que raramente com reflexão e tratamento arquivístico adequados.

A linha que separa um arquivo administrativo de um arquivo histórico é de difícil fixação, devido a sua grande mobilidade. A fronteira se encontraria no momento de perda da vigência administrativa da documentação, que passaria então a servir como fonte para a elaboração histórica (HEREDIA HERRERA, 1988: 64 e 65). É interessante perceber que o critério de valor administrativo está ligado às necessidades informativas e arquivísticas das organizações, sejam elas de qualquer natureza. Uma mudança de paradigmas no uso dos arquivos se operaria basicamente em duas frentes diversas (apesar de o arquivo ser o mesmo): no uso de sua potencialidade informativa geral e no seu valor probatório ou evidencial. Os valores probatórios ligados aos aspectos jurídico-legais dos arquivos encontram-se delineados pela legislação vigente, o que os torna mais estáveis e pouco suscetíveis a mudanças bruscas. Mesmo assim, seu uso informativo e integral é cada vez mais frequente.

As barreiras entre os arquivos administrativos e centros de informação e referência estratégica de algumas empresas já estão cada vez mais frágeis. As tradicionais fases do ciclo vital dos documentos de arquivo às vezes podem possuir uma funcionalidade pouco adequada ao gerenciamento estratégico de informação técnica e administrativa. O arquivo pode e deve ser entendido como o epicentro de um sistema de informação integrado ideal, pois seu potencial informativo é único e agrega valores à informação que não são possíveis em sistemas que apenas referenciam conteúdos e itens documentais descontextualizados.

Já existem arquivos empresariais que funcionam como centros de informação integrados, nos quais já não se trabalha com depósitos intermediários para alguns documentos (documentos técnicos e documentos vinculados às atividades-fim em geral), e os prazos entre a produção do documento e o que seria sua fase permanente são cada vez mais curtos. Cabe aqui perguntar se a fase corrente é cada vez mais longa ou se, de fato, a passagem para a fase permanente é mais rápida. Parece que o foco necessário para desvelar parte da questão deva ser colocado sobre a mudança nos paradigmas de utilização dos arquivos. A dinamização da circulação e do

uso dos documentos de arquivo e principalmente das informações deles provenientes aconteceu, de modo preponderante, nas grandes organizações privadas. A necessidade de sistemas informatizados integrados que centralizassem processos, documentos, procedimentos e informações de ordem gerencial e estratégica operou uma grande mudança na forma de produção e circulação de informação nas empresas.

No entanto, apesar de uma inequívoca potencialidade, tais sistemas arquivísticos integrais não respondem às perguntas colocadas por Duranti (DURANTI, 2007), pois a questão do fim do ciclo vital vincula-se diretamente aos problemas trazidos por uma perspectiva de pós-custódia. Será que seremos capazes de manter as necessárias qualidades essenciais dos documentos de arquivo através da indistinção de suas diferentes funcionalidades? Ou estaremos fadados à desagregação normativa e à descaracterização dos documentos arquivísticos?

É justamente nesse difícil momento de revisões e releituras de paradigmas fundamentais que as ferramentas informáticas são integradas definitivamente à administração dos arquivos. Assim como não é possível negar essa nova realidade, também não é aceitável que o arquivista se furte da responsabilidade de desenhar suas próprias ferramentas de gestão, trabalhando ativa e conjuntamente com os mais variados profissionais da tecnologia da informação.

A nova perspectiva da preservação de arquivos eletrônicos, pautada em sua imensa fragilidade de permanência, aproxima brutalmente o momento de preocupação com sua conservação ao do seu nascimento ou produção. Tais características tornam os cuidados de guarda e preservação quase que instantâneos. A necessidade da existência de uma instância ou um serviço responsável por essa tarefa e a incapacidade (ou falta de interesse) em lidar com tais questões a médio e longo prazo, demonstrada usualmente pelos setores de informática, fazem com que o arquivista tenha a obrigação, em muitos casos, de assumir integralmente essa responsabilidade. É importante lembrar que *backup* e preservação digital são procedimentos absolutamente diversos. Não se trata aqui de negar a obrigatoriedade de um trabalho conjunto entre o arquivo e as áreas de tecnologia da informação, mas apenas de

constatar um problema existente nas mais diversas organizações. Sem dúvida, a parceria entre esses dois profissionais é mais do que óbvia: é obrigatória.

O tempo decorrente entre a produção de alguns tipos documentais e o fim de sua função administrativa primária (especialmente daqueles diretamente ligados às atividades-fim da organização), até a necessidade de reutilização das informações nele contidas, é cada vez mais curto, chegando, em alguns casos, a ser imediato à sua produção (e até concomitante). A utilização informativa de um documento de arquivo está quase sempre ligada à sua capacidade inerente de comprovar atividades desenvolvidas ou atestar o envolvimento de personagens específicos, o que comumente atrai interessados e pesquisadores (internos ou externos à instituição) em recortes temáticos individualizados, que quase sempre não demandam questionamentos sobre a trajetória da instituição ou de suas atividades. Sob tais condições, o interesse do usuário se concentra na menor unidade de descrição documental: o documento. Já a sua utilização contextual e orgânica (apesar da vinculação existente com a capacidade probatória) é menos frequente e geralmente se dá quando a instituição ou suas atividades são o foco da busca informativa. Nesse caso, o interessado no arquivo debruça-se mais regularmente sobre conjuntos e séries documentais.

A vantagem de sistemas informatizados de gerenciamento de arquivos (banco de dados) se concentra também sobre a capacidade de reter grandes volumes de informação das mais diferentes características. Um banco de dados de arquivo coerente e bem desenhado pode e deve conjugar as mais diversas formas de recuperação da informação contida no fundo arquivístico, englobando inclusive a indexação de conteúdos documentais, mesmo que essa não seja uma necessidade arquivística primária.

O foco do arquivo, após a construção e operacionalização de um sistema que responda a todas as suas necessidades específicas (avaliação, classificação e descrição seriada), deve ser todas as demandas de informação institucional da própria organização, sejam elas probatórias, temáticas ou pautadas em conteúdos específicos. Como já foi colocado anteriormente, o arquivo deve ser entendido como serviço e não como um fim em si mesmo, principalmente quando ainda se encontra ativo e conectado com a organização que o gerou. A vantagem de se trabalhar com um sistema informatizado

altamente versátil reside, justamente, neste aspecto. Não existem formas excludentes de descrição e recuperação de informação (sejam elas quais forem). O paradigma de um sistema linear e único de recuperação de informação pertence ao tempo das limitações impostas pelo alcance da ordenação física da documentação e das ferramentas de pesquisa manuais, já há muito ultrapassados (BEVILACQUA, 2008).

A escolha do tema surgiu em grande parte da experiência adquirida na concepção do banco de dados do Centro de Documentação e Memória da Pinacoteca do Estado de São Paulo e na concepção de outros projetos de informatização de acervos (quase todos arquivísticos). A difícil tarefa de dialogar com a área de informática, traduzindo demandas e formulando ferramentas que atendessem às necessidades colocadas pela gestão de arquivos, possibilitou o surgimento e o registro de importantes questões de ordem prática e conceitual. O foco excessivamente teórico da bibliografia especializada sobre informatização de arquivos também contribuiu para dificultar o trabalho aplicado na concepção dessas ferramentas.

A partir de uma realidade pouco afeita a esse trabalho fundamental que faz parte (ou deveria fazer) do atual rol de atividades do arquivista, constituiu-se a ideia de organizar e aprofundar os conhecimentos sobre o tema. Os primeiros estudos sobre o assunto foram desenvolvidos no trabalho *Administração informatizada de arquivos permanentes e centros de documentação: o caso da Pinacoteca do Estado de São Paulo*¹ (BEVILACQUA, 2008), que focou uma experiência pontual, mas possibilitou o aprofundamento de importantes questões de ordem mais abrangente e conceitual.

Esta pesquisa objetiva, primeiramente, entender o funcionamento e o alcance dos bancos de dados como sistemas de gestão, focando o levantamento na definição técnica e ferramental do conceito e entendendo como seu desenvolvimento, sua formatação e aplicação atuais podem pautar e conduzir a utilização que deles se faz no meio arquivístico.

As conclusões oriundas desse percurso investigativo pretendem levantar questões-chave e problemas comuns em aplicações de banco de dados e

1 Trabalho de conclusão de curso apresentado no XXI Curso de Especialização em Organização de Arquivos do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo.

sistemas de gestão informatizada de arquivos, bem como preencher algumas das lacunas técnicas existentes na atividade de desenho e utilização de tais ferramentas. Além da identificação de problemas, também se propõe discutir e analisar a possibilidade de delimitação de parâmetros e conceitos para uma estrutura viável e funcional de sistemas informatizados integrados de gestão arquivística. Cabe colocar que os parâmetros técnicos existentes para informatização de arquivos e gestão de documentos eletrônicos no Brasil (e-ARQ Brasil) são focados na realidade da administração pública e na sua realidade documental, além de não contemplar adequadamente práticas já utilizadas no meio organizacional privado e de possuírem lacunas em seus aportes teórico-metodológicos. O que se pretende aqui é fazer uma análise e levantamento de requisitos, fazendo uso também da perspectiva estrutural dos bancos de dados e sistemas informatizados.

Uma das motivações da escolha desse recorte temático, fruto de experiências no desenho e customização de plataformas informatizadas para arquivos, se funda prioritariamente na ideia de que a participação do profissional de arquivo em todas as fases da informatização de acervos arquivísticos é essencial e obrigatória. Ao contrário do que comumente ocorre em nossa área de atuação, defende-se que, assim como no caso de qualquer ferramenta tradicional de descrição arquivística, a criação, alimentação e administração de bases informatizadas de arquivo também são de responsabilidade e decisão majoritária do profissional de arquivo.

Apesar da grande dificuldade de diálogo existente entre profissionais de tecnologia da informação e arquivistas, esse trabalho pretende mostrar o quão inseparáveis e necessárias são essas duas atuações frente às atuais demandas e possibilidades da administração arquivística. A simples descrição de necessidades para o programador responsável não é suficiente para criar um sistema funcional de gerenciamento arquivístico. Entendemos que, para tal, é absolutamente fundamental que o profissional de arquivo conheça minimamente características, limitações, possibilidades e funcionalidades das linguagens, plataformas e programas escolhidos para a informatização do arquivo. Parte da perspectiva objetivada por essa pesquisa é apontar e discutir a relação do arquivista com as ferramentas e sistemas eletrônicos de gestão,

contribuindo para o reconhecimento e superação de algumas dificuldades e pontos de atrito que possam fazer parte de sua realidade profissional.

Também é oportuno esclarecer que parte da argumentação proposta, principalmente aquela que se refere ao trabalho em arquivos permanentes, objetiva ressignificar o papel do arquivo e de suas especificidades frente aos pesquisadores que o utilizam como fonte de referência e pesquisa (principalmente no caso do historiador). Pela sua ampla capacidade de representação, o arquivo é fonte prioritária e de valor único para qualquer estudo ou investigação de cunho histórico e retrospectivo; todavia, o desconhecimento de suas especificidades tem prejudicado e reduzido seu alcance e uso. A informatização das ferramentas de acesso ao arquivo tem facilitado essa superação: por um lado, disseminando informações sobre acervos arquivísticos; por outro, no entanto, tem contribuído para a banalização de algumas de suas qualidades intrínsecas por meio da simplificação de suas interfaces de acesso. Ao tratar da complexidade e das características dos bancos de dados para gestão de arquivos espera-se também contribuir para a superação dessa obliteração de usos e sentidos.

Finalmente, espera-se que esse trabalho possa enriquecer a discussão existente em torno dos bancos de dados como documentos arquivísticos e sistemas produtores e acumuladores de documentos e, conseqüentemente, entender de forma mais completa e abrangente o alcance desses sistemas no meio organizacional e sua influência na gestão informatizada dos arquivos.

O trabalho encontra-se dividido em quatro capítulos. O primeiro deles, intitulado "Bancos de dados como sistemas de gestão: conceitos e evolução", tem por objetivo apresentar e discutir os conceitos básicos da ferramenta a partir da realidade dos arquivos e de seus usos e demandas nas organizações. A quase inexistência de uma bibliografia interdisciplinar focando a ferramenta de tecnologia da informação e sua aplicação arquivística suscitou uma abordagem marcadamente mais exploratória e conceitual. Espera-se com isso instrumentar minimamente o profissional da área de arquivos para trabalhar com bancos de dados e incorporar parte de seu vocabulário específico e sistemas lógico-funcionais.

O segundo deles se intitula "Apontamentos técnicos para a utilização de bancos de dados em arquivos" e pretende elencar e discutir alguns conceitos

fundamentais da gestão de arquivos a partir da perspectiva dos sistemas informatizados e da realidade prática do profissional de arquivo, abordando o caráter ferramental de um sistema eletrônico de gestão arquivística.

Já o terceiro capítulo, que recebeu o título de "Estudo de caso: o arquivo da Pinacoteca do Estado de São Paulo", visa apresentar algumas soluções e parâmetros desenvolvidos para a padronização de estruturas de bancos de dados para arquivos a partir da experiência da gestão do Centro de Documentação e Memória da Pinacoteca do Estado. Para tanto serão levantados e analisados os desafios e as questões pertinentes ao tema. Com o objetivo de contextualizar adequadamente a experiência, também serão tratados aspectos da trajetória e das especificidades da instituição, principalmente no que tange à utilização, ao arranjo e à descrição do arquivo. Uma das principais motivações dessa dissertação é ilustrar a origem prática de algumas das questões apontadas, além de reforçar a grande e inegável influência da especificidade institucional na formatação de sistemas informatizados de gestão arquivística.

O quarto e último capítulo, nomeado de "Considerações finais: Arquivo, banco de dados e sistemas de gestão e informação: aproximações e distanciamentos necessários", tem como proposta o arrolamento de questões, principalmente de ordem conceitual, suscitadas pelos indícios evidenciados e levantados na pesquisa dos três primeiros capítulos. Seu intuito é prioritariamente discutir os conceitos de banco de dados e sistemas de gestão e informação sob o prisma dos princípios arquivísticos, buscando aproximações possíveis, pontos de intersecção conceituais, além da delimitação das diferenças necessárias para a preservação de princípios e práticas fundamentais para a Arquivologia. Seu objetivo é também consolidar algumas questões e abordagens para a construção de uma conclusão adequadamente fundamentada.

H. L. White, bibliotecário e arquivista, escreveu em 1956, na apresentação da primeira edição de *Arquivos modernos: princípios e técnicas* (publicada pela University of Chicago Press) de Schellenberg, que:

Os arquivos não são, de maneira alguma, cemitérios de documentos velhos e esquecidos. A qualidade essencial

dos arquivos está em que registram não somente as realizações, mas também os processos pelas quais foram efetuadas. Por conseguinte, como a organização de nosso sistema de vida atual, tanto no âmbito oficial quanto no particular, torna-se cada vez mais complexa, os arquivos assumem maior importância, quer como precedente para o administrador, quer como registro para o pesquisador e historiador. Além disso, os encarregados de empresas importantes, tanto oficiais como particulares, estão reconhecendo a eficácia e economia que resultam da boa administração de documentos de uso corrente, e da íntima relação existente entre esta e a administração de arquivos permanentes.

(WHITE, H. L. *Apud* SCHELLENBERG, 1974, p. IV)

Apesar de passados mais de 50 anos dessa afirmação, não seria exagero dizer que a busca da íntima relação entre documentos correntes e permanentes ainda não é uma realidade em muitos arquivos. O aumento da complexidade das atividades das organizações (e dos meios pelos quais elas as desenvolvem) é realmente um enorme desafio, mas torna-se fundamental que a perspectiva de uma sistemática integral, que leve em conta a utilização e potencialidade dos documentos de arquivo (em todo o seu ciclo de existência) para a organização que o gerou, se mantenha como uma das preocupações centrais do arquivista. Como muito bem indicou Schellenberg em seu clássico manual, os arquivos correntes são as provisões do moinho do arquivista (SCHELLENBERG, 1974: 31), e a qualidade dessas provisões dará o tom de qualquer uma das possíveis demandas e utilizações futuras do arquivo.

Capítulo 1 - BANCOS DE DADOS COMO SISTEMAS DE GESTÃO: CONCEITO E EVOLUÇÃO

Em seu clássico trabalho sobre a história da informática, Breton aponta para o vínculo direto entre a construção de uma nova noção de informação e o cruzamento de três tradições (automatismo, cálculo e informação). A partir desse cruzamento surge o conceito de informação permeado pela questão do processamento automatizado. Segundo o autor, o termo informática (no caso do francês) foi cunhado por Philippe Dreyfus em 1962 e é formado pela condensação dos termos informação e automático (BRETON, 1991).

A questão do processamento automatizado de informação estará ligada a todo o desenvolvimento da informática e conseqüentemente, dos bancos de dados e dos modernos sistemas de informação. O processamento de informação entendido como comunicação também pautará grande parte do desenvolvimento científico da informática. Da invenção do código binário mediante a aplicação criptográfica, idealizado por Francis Bacon entre o fim do Século XVI e o início do XVII, passando pelos teares de Vaucanson e Jacquard (1745 e 1801, respectivamente), pelos impulsos elétricos transmitidos pelo telégrafo de Morse (1832) e pela teoria matemática das comunicações de Shannon (o conceito quantitativo de informação *bit* - binary digit - foi introduzido pelo matemático em 1948), verifica-se uma visão da informática fundada na transmissão da informação.

Outra perspectiva interessante para abordar o desenvolvimento da informática é aquela pautada pelo surgimento e evolução do computador. Howard Eves esclarece que as origens desse equipamento remontam aos ábacos e mais modernamente à máquina de somar elaborada por Pascal em 1642, que é considerada a origem das calculadoras atuais (EVES, 2004). A capacidade de cálculo sempre marcou a evolução do computador, configurando-se como um de seus objetivos primários. A máquina de Pascal trabalhava com até 06 casas decimais. Já o ENIAC (computador desenvolvido por Reitwiesner em 1949) fazia cálculos com 2.037 casas decimais e o IBM 7090 (criado por Shanks e Wrench em 1961) chegava as 100.265 casas. A capacidade de processamento (que pode ser resumida e entendida na equação volume de dados calculados versus tempo necessário para tal) e

transmissão de dados são características exemplares dos computadores e dos sistemas computadorizados.

É a partir do acúmulo de imensos volumes de dados gerados pelos computadores que surgirá a necessidade de armazená-los, organizá-los e disponibilizá-los de forma adequada e compatível com suas demandas originárias. É nesse contexto e função que surgem os bancos de dados como uma ferramenta crucial da disciplina informática.

Segundo Luciano Frontino de Medeiros, a evolução dos bancos de dados pode ser compreendida por meio de uma divisão segmentada em cinco diferentes fases (MEDEIROS, 2007: 16-18).

A primeira fase (décadas de 1950 e 1960) foi marcada pelo surgimento das primeiras linguagens de programação, que trabalhavam com procedimentos ou funções embutidos no seu código. O acesso aos dados era feito diretamente pelo uso de sistemas de linguagem (Assembler e COBOL - Common Business-Oriented Language). Da necessidade de armazenar os dados processados de forma coerente e organizada, garantindo sua permanência (permanente no sentido de oposto aos dados de natureza efêmera), surgiu o desenvolvimento dos bancos de dados. Naquela época, o próprio programador tinha que desenvolver os sistemas e seus aplicativos e as formas de armazenamento e leitura dos dados gerados e processados. É muito indicativo notar que os bancos de dados surgem da demanda de organizar e preservar dados de valor “permanente”, o que possibilita um intrigante paralelo com a Arquivística e alguns de seus objetivos. Tal proximidade de princípios é de fato óbvia e bastante objetiva, pois o propósito inicial do sistema de banco de dados seria preservar dados gerados por uma atividade. Como veremos adiante, em dado momento de seu desenvolvimento, esses sistemas passaram a espelhar e a representar diretamente as atividades desenvolvidas pelas organizações.

A segunda fase (década de 1970) é marcada pelo aparecimento de linguagens que agregavam bibliotecas específicas (catálogo ou dicionário de dados: componente do banco de dados que descrevem as estruturas e as

localizações dos dados). A linguagem de programação C (atual C++²) foi desenvolvida em 1974 e já trabalhava com o conceito de cabeçalhos-padrão (serviam para especificar tipos e funções para tratamento de arquivos). Apesar dessa iniciativa, os arquivos não possuíam parâmetros especificados e cada aplicativo possuía uma metodologia independente de acesso aos dados permanentes. Por volta dessa época, em meados dos anos 1970, surgem os primeiros modelos de bancos de dados relacionais.

Na terceira fase (final da década de 1970 e início de 1980) surgem as primeiras tentativas de padronizações para acesso a dados e início do fornecimento por companhias de *softwares* de pacotes (linguagem de programação + *softwares* responsável pelo tratamento de bancos de dados). Tais sistemas foram chamados de Sistemas de Gerenciamento de Bancos de Dados (SGBD) e funcionavam como entidades separadas do sistema, permitindo que funções de armazenamento e recuperação de dados pudessem ser feitas em seu próprio domínio de gerenciamento. No entanto, uma padronização mais abrangente na forma de tratamento e acesso de dados ainda era dificultada, pois tais *softwares* ainda estavam restritos ao ambiente de programação do fabricante.

A quarta fase (final da década de 1980) é caracterizada pelo surgimento do tratamento de forma independente dos SGBD. É nesse momento que é desenvolvido a Standard Query Language (SQL), um padrão de linguagem universal de acesso a banco de dados que possibilitou o fornecimento de interfaces de acesso diretas. Tal sistematização e o avanço da metodologia de programação permitiram a separação entre o programa em si e os procedimentos de manipulação de bancos de dados, ao mesmo tempo em que garantiram uma uniformidade padronizada mínima que possibilitou um desenvolvimento sem precedentes.

Na quinta e última fase (final da década de 1990 e anos 2000) surgem modelos avançados de bancos de dados como os orientados a objeto, os modelos distribuídos, além da aplicação de ferramentas de inteligência artificial

² C++ não é meramente uma atualização da linguagem C, pois se verificam algumas diferenças de ordem conceitual, uma vez que C++ já é uma linguagem orientada a objeto.

(mineração de dados: *data mining* e armazém de dados: *data warehouses*). (MEDEIROS, 2007 e BRETON, 1991).

Esta breve apresentação da evolução do banco de dados ajuda a esclarecer suas origens e permite visualizar os vínculos com demandas organizacionais, além de facilitar o entendimento de seus conceitos fundamentais que serão tratados a seguir.

A bibliografia especializada oferece inúmeras definições de banco de dados, mas não existem muitas variações conceituais, o que pode sugerir certa solidez ou pobreza da delimitação conceitual (fruto da repetição de citações - algo muito comum na literatura técnica de informática e administração). Para fornecer uma visão conceitual ampla do termo o ideal é apresentar e aproximar algumas das definições encontradas:

Coleção de dados persistentes utilizados pelos sistemas de aplicação de uma empresa (persistência refere-se aos dados não efêmeros - de guarda permanente ou de longo prazo).

(DATE, *Apud* MEDEIROS, 2007: 16-20)

Grupo lógico de arquivos relacionados entre si, armazenando dados e associações entre eles, para evitar uma variedade de problemas associados a um ambiente tradicional de arquivos.

(TURBAN, RAINER JÚNIOR e POTTER, *Apud* MEDEIROS, 2007: 16-20)

O Banco de dados visto como cadeia lógica hierárquica de complexidade ascendente aparece em Turban (2004). Trata-se de uma perspectiva muito comum na área, que exercerá grande influência na estrutura dos sistemas informatizados³:

³ É importante ressaltar que termo arquivo, comumente utilizado no vocabulário da área de tecnologia da informação como conjunto de dados organizados e relacionados é diverso da acepção do termo para a Arquivologia. Apesar da opção por manter a mesma nomenclatura para as duas definições, sua diferenciação será dada pelo contexto de utilização.

Outra possibilidade comumente apresentada é a do modelo de complexidade ascendente com enfoque no relacionamento objeto / entidade (modelo de banco de dados mais desenvolvido atualmente):

(GRASSMANN e TREMBLAY, *Apud* MEDEIROS, 2007)

Conjunto integrado de elementos de dados relacionados logicamente.

(O'BRIEN, *Apud* MEDEIROS, 2007: 16-20)

Após a apresentação de inúmeras tentativas de definição, oriundas de diversos autores e linhas de abordagem, Medeiros propõe uma síntese geral da concepção de banco de dados:

Conjunto de dados com certa organização característica, com o objetivo de armazenamento persistente dos dados e dotado de mecanismos de manipulação para obtenção de informações e recuperação posterior, dentro de um sistema de informação. Bancos de dados vêm a ser uma representação dinâmica, visto que os dados podem sofrer alterações temporais. Podemos dizer que o BD procura ter em sua representação uma “imagem” de uma situação do mundo real constituída de objetos, das relações entre esses objetos e de eventos. A partir dessa imagem, o BD, então, tem condições de fornecer informações, evidenciando situações que podem ter importância para um processo de tomada de decisão, pois os dados podem ter representações diversas para uma mesma situação. (MEDEIROS, 2007: 20)

Outra visão interessante e focada em requisitos é a proposta por Gillenson (2008). Nessa perspectiva, o banco de dados é tido como uma coleção ordenada de elementos de dados relacionados com a função de suprir as necessidades de informação de uma organização e possibilitar o compartilhamento por usuários múltiplos, possuindo os seguintes requisitos e características:

- trata-se de uma coleção de elementos de dados com uma ordem própria (selecionada e não aleatória). Tais elementos devem estar conectados da forma mais lógica possível;
- os elementos de dados não são estruturas soltas. Eles são inter-relacionados e pertinentes dentro da lógica organizacional;
- o banco de dados é concebido para suprir demandas de informação específicas de uma organização. Dados e informações que não se encaixam nessas demandas específicas estão no lugar errado;
- dados e informações do banco de dados são compartilhadas (colaboração e acesso voltados para os objetivos organizacionais).

A partir dos conceitos apresentados podemos sintetizar a apreensão do significado e função de algumas características e requisitos fundamentais: o banco de dados é um conjunto de dados relacionados (o termo coleção é inapropriado, pois em alguns sistemas de gestão organizacional os dados são acumulados organicamente, de forma similar aos arquivos) com uma ordem lógica própria, sendo criado para suprir demandas específicas (quase sempre institucionais) e compartilhamento de conteúdos. Para entender adequadamente suas funcionalidades e estruturas é crucial atentar para a definição de alguns outros conceitos que participam de sua concepção formal (GILLENSON et al, 2008: 480):

Repositório de dados: unidade de guarda onde estão fisicamente os arquivos e os conteúdos de dados (ou os dados de fato);

Dicionário de dados: relação que contém elementos estruturais dos dados (nomes e tamanhos dos campos, tipos de dados etc.).

Software de banco de dados: apesar de comumente chamados de bancos de dados, produtos como Access, SQL Server, My SQL, Oracle, Informix e outros são sistemas de gerenciamento de bancos de dados (*Database Management*

Systems - DBMS ou Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados – SGBD). Tais sistemas permitem a alimentação, gestão e a segurança em uma base de dados, mas não podem ser considerados o banco de dados em si.

Seleção de dados (*Data Abstraction*): identificação dos componentes básicos dos dados e de seus padrões operatórios e funcionais, visando a seleção e agrupamento dos mesmos de acordo com as necessidades específicas dos grupos e tipos de usuários do sistema.

Acesso de dados: operações fundamentais que podem ser aplicadas aos dados. As operações básicas de acesso proporcionadas pelos sistemas de gestão de bancos de dados são: leitura, inclusão, atualização e exclusão (conhecidas no meio informático pela sigla CRUD - C: create or add data, R: read data, U: update data e D: delete data).

Suporte de processos (*Transaction support*): série de comandos e operações ou sub-tarefas desempenhadas para a realização de um processo ou tarefa específicos. Por exemplo, o processo de pedido de compra de material em um sistema movimenta uma série de ações coordenadas em uma ou várias etapas que visam a solução da tarefa inicial solicitada.

(GILLENSON et al, 2008: 480)

As linguagens de programação, fontes de toda estrutura dos bancos de dados e de seus sistemas de gerenciamento são conjuntos lógicos determinados e fixos de instruções que permitem a transcrição (tradução) de um problema ou questão para a máquina (computador).

A definição de banco de dados trabalhada por Turban é explicada através de um encadeamento lógico de conceitos bastante interessante (ver esquema na página 14). O conceito de campo encontra-se no início da cadeia e é definido como um grupamento lógico de caracteres formando uma palavra, grupo de palavras ou número completo. Já um grupamento lógico de campos relacionados é um registro, que é o segundo termo dessa sequência inter-

relacionada. Englobando os registros relacionados encontra-se o arquivo que, por sua vez, agrupado e relacionado logicamente perfaz finalmente o banco de dados (TURBAN, 2004: 590). A partir desse esquema é possível entender que o banco de dados é prioritariamente um sistema baseado na estruturação hierárquica e contextualizada da informação. Para compreender o funcionamento de um banco de dados é essencial visualizar o significado de seus sistemas de gerenciamento, que são programas ou conjuntos de programas que fornecem acesso a ele. Tais sistemas possuem três componentes principais:

- linguagem de definição de dados: possui a função de especificar o conteúdo e a estrutura do banco de dados;
- linguagem de manipulação dos dados: responsável pela manipulação e recuperação dos dados, fornecendo comandos para a extração de combinação de dados;
- dicionário de dados: é o arquivo de definições de elementos característicos dos dados (utilização, acesso, representação física, propriedade, autorização e segurança).

(TURBAN, 2004: 593)

Para o autor, também são três os principais modelos de bancos de dados:

- **hierárquico:** relaciona dados mediante uma estruturação rígida, hierarquizada e interdependente. Possui uma raiz única e é baseado em um modelo estrutural vertical. Dentre suas vantagens estão o controle, a velocidade da recuperação de dados e a eficiência da pesquisa. Teve uma aceitação inicial grande devido a sua similaridade estrutural com a organização interna das empresas. No entanto, possui fortes desvantagens, como a baixa flexibilidade e uma alta

dependência estrutural e a dificuldade de relacionamento entre dados estruturalmente distantes;

- **em rede:** marcado pelo relacionamento entre dados através de estruturas de listas vinculadas que permitem relacionamentos inter-estruturais. Possui como principal vantagem a alta flexibilidade de cruzamentos informativos. Apesar disso, seu desenho é complexo e possui difícil implantação, tornando-o excessivamente custoso;
- **relacional:** baseado em tabelas de linhas e colunas, sendo cada linha um registro e cada coluna um campo. Pode ser uma única tabela ou um conjunto de tabelas relacionadas. Atualmente é o preferido pelo mercado, pois é de grande simplicidade conceitual e possui grande empatia com a organização do mundo dos negócios, além de permitir o cruzamento de registros sem uma definição estrutural prévia (alta flexibilidade). Sua principal desvantagem é o fato de poder se tornar excessivamente complexo e de difícil manutenção em projetos de grande escala envolvendo muitas tabelas.

(TURBAN, 2004: 594 e 595)

Já a bibliografia mais recente acrescenta um quarto modelo de banco de dados à lista: o banco de dados orientado a objetos. Nesse modelo, as entidades (itens informativos independentes) são tratadas como objetos, o que possibilita uma abordagem de descrição mais precisa e condizente com o ponto de partida real (referente). Tal modelo também permite que se leve em conta as dinâmicas internas e específicas de cada objeto (entidade), promovendo um nível de individualização difícil de ser alcançado com o modelo relacional (GILLENSON et al, 2008: 458). O modelo de banco de dados orientado a objetos é no momento o que há de mais avançado em termos de modelo conceitual. Segundo Medeiros, Chen introduziu o modelo de entidade-relacionamento em 1976 como representação de bancos de dados. Nesse modelo de descrição e relacionamento de dados existe uma ênfase maior nos aspectos semânticos de representação, naturalizando sua representatividade e

evitando a necessidade de depender da compreensão de complexos modelos lógicos subjacentes ao sistema (MEDEIROS, 2007: 35). O autor também aponta para alguns conceitos básicos para compreensão desse modelo de relacionamento:

- **Entidade:** elementos ou objetos perfeitamente distinguíveis com uma lógica formal independente. São os primeiros elementos a serem abordados para o desenvolvimento do sistema. Tais elementos podem representar algo concreto como uma pessoa ou um produto, ou algo abstrato como uma data ou uma seção de uma empresa;
- **Atributos:** são as características de uma entidade. Valores ou domínios que a identificam e significam. Podem ser simples (chamados de atômicos: aqueles que possuem uma lógica interna independente e distinguível) ou compostos (chamados de não-atômicos);
- **Relacionamento:** é a forma pela qual duas ou mais entidades se associam e se conectam dentro do sistema informatizado ou banco de dados.

(MEDEIROS, 2007: 36-38)

Após o surgimento e estabelecimento do banco de dados orientado a objetos como modelo conceitual bastante difundido, também foram popularizados e aplicados novos conceitos e ferramentas como a mineração de dados (*data mining*) e o armazém de dados (*data warehouses*), que trabalham de forma paralela.

A mineração de dados é uma ferramenta de programação que permite a descoberta de informações novas de grandes fontes de dados a partir da identificação de padrões formais, regras e tendências, empregando técnicas oriundas da estatística e da inteligência artificial (aprendizado computadorizado independente). Suas aplicações e usos têm sido focados na busca de vantagens competitivas nas empresas, por meio da previsão de futuros

comportamentos de atributos (comportamento de mercados), da classificação automatizada de itens (diagnósticos médicos), da identificação de atividades ou eventos (fraudes nas bolsas) e otimização de recursos (maximização da produção e da aplicação de investimentos).

Já o conceito de armazém de dados (*data warehouses*) pode ser entendido a partir de bases de dados complexas capazes de extrair e processar grandes quantidades de informação a partir de múltiplos bancos de dados operacionais (bancos de dados comuns, sites, portais etc). Podemos entender essa tecnologia como um banco de dados de bancos de dados (MEDEIROS, 2007 e RICARDO, 2004).

Apesar de certa estabilidade conceitual presente na bibliografia da área de tecnologia da informação, os conceitos de banco de dados e base de dados possuem formas diferenciadas, dependendo da área do conhecimento focada na ferramenta, além de problemas de tradução e utilização pouco fundamentada. Com o intuito de esclarecer a perspectiva oferecida por este trabalho, é necessário retomar as tentativas de definição conceitual dos termos envolvidos sob um escopo ainda mais amplo.

Segundo o *Randon House concise dictionary of science & computers*, o termo *database* corresponde à seguinte definição:

(...) in computing, a collection of information similar to an electronic filing system used for retrieving information, drawing conclusions, and make decisions. A database is a store of data that describe entities and the relationship between the entities. Some common database programs include Oracle, Sybase, and Filemaker.

(CONCISE DICTIONARY OF SCIENCE & COMPUTERS, 2004: 177)

Já o *Penguin office dictionary* apresenta uma definição para *databank* e outra para *database*:

Databank - a collection of computer data organized to rapid search and retrieval.

Database - set of data held in structure form by a computer.

(PENGUIN OFFICE DICTIONARY, 2006: 216)

O *Dicionário de informática inglês-português*⁴ mostra uma visão similar, mais completa, apontando para uma diferenciação através do envolvimento de conjuntos de dados ou informações:

Data bank (banco de dados). 1. Conjunto de todas as informações processáveis por um computador numa instalação, independente do meio de armazenamento. 2. Do ponto de vista da integração de aplicações, consolidação dos dados existentes e planejados, realizada de uma forma física destinada a minimizar a informação duplicada e otimizar a eficiência de seu tratamento.

Database (base de dados) - Conjunto de dados organizados de acordo com uma sequência lógica que permita o acesso, de forma simples, por parte dos programas de aplicação.

(DICIONÁRIO DE INFORMÁTICA INGLÊS-PORTUGUÊS, sem data: 106-107)

Alguns dicionários da área de Arquivologia e Biblioteconomia apresentam perspectiva diversa para a definição conceitual do termo. O *Dicionário de biblioteconomia e arquivologia* apresenta entradas diferentes para banco de dados e base de dados:

Banco de dados, *databank* 1. BIB INF reunião ordenada de arquivos semelhantes, ou base de dados, de origens diversas, colocados à disposição de utilizadores, que podem

⁴ A publicação não possui data, mas estima-se que tenha sido organizada e produzida entre o final da década de 1970 e o começo da década de 1980, constituindo-se em fonte bastante desatualizada para a área de interesse, mas que pode guardar importância na evolução conceitual da terminologia utilizada.

consultá-los para atendimento de suas necessidades de informação. Distingue-se de um serviço de documentação pelo fato de permitir cálculos mais ou menos complexos operados sobre dados. 2. BIB INF conjunto de bases de dados que contém informação numérica ou com texto abreviado ou completo.

Base de dados, *data base*, *database* 1. INF coleção de valores de dados inter-relacionados de tal natureza que, de acordo com o sistema de gerenciamento de base de dados, os arquivos que contêm os dados podem integrar-se temporariamente em uma única estrutura conectada ou integrar-se somente por ocasião da consulta. 2. INF conjunto de arquivos e programas de computador coordenados e estruturados que constituem um depósito de informações que podem ser acessadas por diversos utilizadores. A base de dados contém: a) os arquivos ou depósitos de informação; b) os programas de tratamento que são colocados à disposição do usuário com o intuito de lhe assegurar serviços básicos de acesso, interrogação, apresentação dos resultados e, em alguns casos, tratamento da informação contida na base de dados. 3. INF coleção de dados inter-relacionados, armazenados juntos, com redundância controlada para servir a uma ou mais aplicações. 4. INTERN computador que contém um número muito grande de informações...

(CAVALCANTI & CUNHA, 2008: 42-43)

Por sua vez, o *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística* indica uma definição mais sintética e simplificada do conceito, também apontando diferenças entre os termos banco de dados e base de dados:

Banco de dados (*data bank*) - Conjunto de dados relacionados entre si, estruturados em forma de base de dados, gerenciado por programa específico.

Base de dados (*data base*) - Conjunto de dados estruturados, processados

eletronicamente, e organizados de acordo com uma sequência lógica que permite o acesso a eles de forma direta, por meio de programas de aplicação.

(DICIONÁRIO BRASILEIRO DE
TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005: 41 e
42)

É interessante notar que a maioria dos dicionários brasileiros das áreas de Biblioteconomia e Arquivologia insistem na utilização de dois termos diversos, não tratando como sinônimo os conceitos de banco e base de dados. Notam-se também diferentes interpretações quanto ao significado dos termos. Para o *Dicionário de biblioteconomia e arquivologia*, o banco de dados pode ser entendido como uma reunião de bases de dados. Por sua vez, o *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística* aponta a ligação entre os dois termos sugerindo que o banco de dados é estruturado em forma de base de dados. A diferença estrutural das definições parece apontar para certa inconsistência conceitual terminológica, uma vez que para um deles (*Dicionário de biblioteconomia e arquivologia*) o conceito de banco de dados indica uma unidade de maior complexidade, que reuniria bases de dados em sua concepção. Já para outro (*Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*), a definição de banco de dados sugere uma forma que deve ser estruturada segundo uma base de dados, concentrando o eixo da relação entre os termos em uma dependência formal obrigatória, mas ao mesmo tempo suficiente para invocar a necessidade de dois conceitos díspares. O *Dicionário de terminologia arquivística* parece resolver a questão de forma mais objetiva e sintética, apontando os dois termos como sinônimos:

Banco de dados - o mesmo que base de dados.

Base de dados (*databank / data base*) - Em processamento de dados, conjunto de registros formatados de modo semelhante e suas relações.

(BELLOTTO & CAMARGO, 1996: 11)

O glossário técnico da Society of American Archivists, *A glossary of archival and records terminology*⁵, organizado por Richard Pearce-Moses, trabalha com uma acepção similar, sem sequer citar o termo *data bank*:

(also data base), n. ~ 1. COMPUTING · Information that is accessed and updated through software (a database management system) that has been organized, structured, and stored so that it can be manipulated and extracted for various purposes. – 2. COLLOQUIALISM · Any collection of information, automated or not, without regard to how it is accessed or stored.

(A GLOSSARY OF ARCHIVAL AND RECORDS TERMINOLOGY, 2005)

O *Glossary of archival and recordkeeping terms*⁶, desenvolvido pelo Queensland State Archives (Austrália), sequer possui em sua relação de termos uma entrada para *data bank* ou *data base*, apontando apenas termos ligados diretamente ao uso em arquivos, como *electronic document and records management system (eDRMS)* e *recordkeeping systems* (GLOSSARY OF ARCHIVAL AND RECORDKEEPING TERMS, 2009). O mesmo pode ser visto no *Glossary of recordkeeping terms*⁷, elaborado pelo United Nations Archives and Records Management Section (ARMS). Já o Projeto InterPares (International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems) trabalha com uma definição similar às aquelas apresentadas no glossário da Society of American Archivists e no *Dicionário de terminologia arquivística* (BELLOTTO & CAMARGO, 1996), utilizando o seguinte conceito:

⁵ O *A Glossary of Archival and Records Terminology* pode ser acessado na íntegra e gratuitamente em sua versão eletrônica através do sítio eletrônico da Society of American Archivists. Disponível em: <www.archivists.org>, no dia 26/01/2010.

⁶ O *Glossary of Archival and Recordkeeping Terms* pode ser baixado em versão PDF através do sítio eletrônico do Queensland State Archives. Disponível em: <www.archives.qld.gov.au>, no dia 26/01/2010.

⁷ O *Glossary of Recordkeeping Terms* pode ser acessado na íntegra e gratuitamente em sua versão eletrônica através do sítio eletrônico das Nações Unidas. Disponível em: <www.archives.un.org>, no dia 27/01/2010.

Database *n.*, A collection of data items and links between them, structured in a way that allows it to be accessed, manipulated and extracted by a number of different applications programs or query languages.

(DURANTI & PRESTON, 2008: 782)

O recém lançado *Diccionario de archivística en español*, organizado pela arquivista argentina María Del Carmen Mastropierro com a colaboração de Inês Casanova, autora do importante livro *Gestión de archivos electrónicos*, uma das principais referências técnicas deste trabalho, enfatiza novamente a diferenciação dos dois termos e utiliza a mesma definição apontada pelo dicionário do Conselho Nacional de Arquivos (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005):

Banco de datos. Conjunto de datos relacionados entre sí, estructurados en forma de base de datos, gerenciado por un programa específico.

Base de datos. Conjunto de datos estructurados, procesados electrónicamente y organizados de acuerdo con una secuencia lógica que permite el acceso a ellos de forma directa, por medio de programas de aplicación.

(MASTROPIERRO, 2008: 34)

O dicionário de Mastropierro cita abertamente que a origem da referência é o *Diccionario brasileiro de terminologia archivística*, que por sua vez relaciona em sua bibliografia vários dicionários similares, mas nenhuma publicação específica da área de tecnologia da informação (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005: 175-178). No entanto, cabe ressaltar que Inês Casanova trabalha apenas com o conceito de *base de datos* em sua obra *Gestión de archivos electrónicos* (CASANOVA, 2008: 38), utilizando o termo da mesma forma que a bibliografia de língua

inglesa da área de tecnologia da informação utiliza o termo *database* (GILLENSON et al, 2008; TURBAN, 2004; LAUDON, 2007; RICARDO, 2004).

Outra acepção interessante é fornecida pelo livro espanhol *Base de datos documentales*, que, apesar do enfoque primordialmente biblioteconômico, é umas das raras publicações que versam sobre a questão dos bancos de dados aplicados à gestão de conjuntos documentais. Sua definição de *base de datos* se assemelha àquela defendida por Casanova (2008) e trata o termo de modo uniforme (sem desmembrá-lo a partir da definição de *data bank*):

Una base de datos es un conjunto de informaciones sobre algún ámbito o dominio del conocimiento. A diferencia de otras estructuras de información, en una base de datos estas informaciones están tratadas de manera uniforme y sistemática, de modo que su explotación puede realizarse de forma óptima.

(ABADAL & CODINA, 2009: 19)

Os dicionários técnicos em língua inglesa disponíveis na Internet, como o *TechDictionary - The online computer dictionary*⁸ e o *Computer dictionary online*⁹ também ignoram o conceito de *data bank* como termo ou sub-termo representativo da área de Informática. Os dois trabalham apenas com a definição de *database*:

Database - 1. A large collection of data stored together and organized for rapid search and retrieval. 2. A program that manages data, and can be used to store, retrieve, and sort information. Some database programs are Oracle, Sybase, mySQL, Lotus Approach, Microsoft Access, and Filemaker.

⁸ O *TechDictionary - The Online Computer Dictionary* pode ser acessado gratuitamente através do sítio eletrônico. Disponível em: <www.techdictionary.com>, no dia 27/01/2010.

⁹ O *Computer Dictionary Online* pode ser acessado gratuitamente através do sítio eletrônico. Disponível em: <www.computer-dictionary-online.org/>, no dia 27/01/2010.

Database - 1. <database> One or more large structured sets of persistent data, usually associated with software to update and query the data. A simple database might be a single file containing many records, each of which contains the same set of fields where each field is a certain fixed width. A database is one component of a database management system. 2. <hypertext> A collection of nodes managed and stored in one place and all accessible via the same server. Links outside this are "external", and those inside are "internal". On the World-Wide Web this is called a web site. 3. All the facts and rules comprising a logic programming program.

(COMPUTER DICTIONARY ONLINE, 2010)

Outra perspectiva interessante é a do *Online dictionary for library and information science* (ODLIS)¹⁰, organizado por Joan M. Reitz e publicado pela editora Libraries Unlimited. Seu enfoque é o arcabouço teórico e prático da biblioteconomia e da ciência da informação, o que o faz abordar os termos em pauta sob uma ótica diferenciada:

Data bank - Sometimes used synonymously with *database*, the term applies more specifically to a collection of non bibliographic data, usually numeric (*example: Global Soil Moisture Data Bank* available online from the Department of Environmental Studies at Rutgers University). Large data banks containing information about individuals (social security numbers, credit history, health records, etc.) have become the subject of controversy as the rapid development of high-speed information technology poses new threats to personal privacy.

¹⁰ O *Online Dictionary for Library and Information Science* pode ser acessado gratuitamente através do sítio eletrônico. Disponível em: <<http://lu.com/odlis/>>, no dia 27/01/2010.

Database - A large, regularly updated file of digitized information (bibliographic records, abstracts, full-text documents, directory entries, images, statistics, etc.) related to a specific subject or field, consisting of records of uniform format organized for ease and speed of search and retrieval and managed with the aid of database management system (DBMS) software. Content is created by the database producer (for example, the American Psychological Association), which usually publishes a print version (*Psychological Abstracts*) and leases the content to one or more database vendors (EBSCO, OCLC, etc.) that provide electronic access to the data after it has been converted to machine-readable form (*PsycINFO*), usually on CD-ROM or online via the Internet, using proprietary search software.

(ONLINE DICTIONARY FOR LIBRARY AND
INFORMATION SCIENCE, 2007)

Os conceitos introduzidos pelo ODLIS foram em parte adaptados a partir da realidade de aplicação da ferramenta informática, o que pode complicar um pouco o entendimento geral do conceito. Ao utilizar na definição dos termos conceitos de caracterização como “bibliográfico” ou “não bibliográfico”, a ferramenta (banco de dados) absorve características de seu objeto/entidade e passa a representar apenas uma formatação possível do banco de dados. Como muito bem coloca ABADAL & CODINA (2009, p. 20), o banco de dados é uma representação de parte do mundo real, e por isto quando se cria um banco de dados é preciso definir com precisão qual é a parte do mundo a que ele fará referência.

A discussão sobre a definição conceitual envolvendo o termo banco de dados / base de dados apresenta algumas dificuldades, dado o desencontro terminológico apresentado por uma vasta bibliografia (especializada e não especializada). No entanto, foi possível consolidar uma hipótese a partir das referências analisadas. O problema da terminologia em relação aos termos utilizados no Brasil aparentemente pode ser entendido sob três aspectos paralelos:

- Evolução do conceito na língua de origem dos termos (língua inglesa): inicialmente existiu uma diferenciação superficial de cunho formal entre *data bank* e *data base*. Com o ritmo acentuado do desenvolvimento tecnológico e o aumento da especificidade e complexidade da ferramenta dentro das ciências informáticas, o termo *data base* passou a concentrar genericamente um significado mais amplo, absorvendo o termo *data bank*. Também se observa uma tendência atual para a utilização do termo *database* (sem espaço) ao invés de *data base* (utilizado em referências bibliográficas mais antigas), possivelmente fruto do ganho de especificidade e importância do conceito dentro da área de tecnologia da informação.
- Tradução dos termos para o português e o espanhol: como as primeiras traduções das áreas de informática, biblioteconomia e arquivologia seguiram literalmente a formatação dos termos originais em língua inglesa, manteve-se a diferenciação conceitual das definições. É interessante notar que os autores de língua espanhola analisados utilizam o termo *base de datos* de forma ampla, atribuindo-lhe o mesmo sentido moderno de *database* (excetuando-se a estranha adoção, por parte do *Diccionario de archivística en español*, do sentido utilizado pelo *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*, que falha em esclarecer as referências de tecnologia da informação utilizadas para a cunhagem do conceito). Das fontes pesquisadas em língua portuguesa, apenas o *Dicionário de terminologia arquivística*, coincidiu a apropriação dos termos. Cabe colocar que a bibliografia atual da área de tecnologia da informação publicada no Brasil segue a tendência de língua inglesa na unificação de termos, mas optou por traduzir *database* por banco de dados, efetuando o caminho oposto da produção analisada em língua espanhola.
- Distanciamento demasiado entre a produção científica arquivística das referências atuais da área de tecnologia da informação: possivelmente o apartamento das realidades profissionais ocasionou uma dificuldade de acompanhamento da dinâmica de transformação dos conceitos e

ferramentas da área informática (o que, em parte, endossa uma das justificativas defendidas nesta dissertação).

A partir do levantamento bibliográfico efetuado e das conclusões elaboradas, justifica-se a utilização do termo banco de dados para referenciar genericamente o significado emprestado ao termo *base de datos* em Espanhol (CASANOVA, 2008 & ABADAL & CODINA, 2009) e *database* em Inglês (A GLOSSARY OF ARCHIVAL AND RECORDS TERMINOLOGY, 2005 & DURANTI & PRESTON, 2008). A opção pela tradução não literal e pela inversão do uso do termo (banco de dados ao invés de base de dados) segue o padrão elegido e utilizado pela vasta maioria das publicações de tecnologia da informação no Brasil. No entanto, como parte dos autores brasileiros de ciência da informação trabalha com o termo base de dados como equivalente ao termo único *database*, também aceita-se o uso sinonímico dos termos banco de dados e base de dados, apesar da preferência pelo primeiro.

É comum que exista um intervalo razoável entre a aplicação dessas novas ferramentas em sistemas informatizados corporativos privados e em bancos de dados específicos de arquivos (alto custo inicial até uma disseminação mínima da ferramenta). A utilização dessas ferramentas na área de arquivos ainda não foi devidamente explorada, mas certamente elas possuem um grande número de aplicações possíveis. Talvez a mais evidente seja a possibilidade de estabelecer vínculos de coerência (equivalências) entre bancos de dados que possuem padrões de estrutura e descrição diversos, sem uma intervenção manual ou intelectual direta dos arquivistas envolvidos.

Claro está que esse modelo de banco de dados insere-se em um esforço histórico dos sistemas de representarem de forma cada vez mais complexa e factível a realidade que os cercam e que são responsáveis pela geração de atributos para sua alimentação e relacionamento. É muito interessante notar que a representação da realidade (especificamente a realidade das organizações) sempre foi uma tendência dos sistemas de bancos de dados: dos bancos de dados hierárquicos baseados na estrutura administrativa das organizações aos bancos orientados a objetos que pretendem incorporar a complexidade de entidades independentes e permitir seu relacionamento orgânico mais completo dentro do sistema.

Capítulo 2 - APONTAMENTOS TÉCNICOS PARA A UTILIZAÇÃO DE BANCOS DE DADOS EM ARQUIVOS

A utilização de um sistema informatizado para a descrição e recuperação de informação do arquivo possibilita a racionalização de inúmeros procedimentos. Dentre os principais podemos citar a guarda e ordenação física do arquivo.

Em trabalho de fins da década de 1970, Michael Cook já nos apontava questões para o alcance dos sistemas automatizados nos arquivos:

Si la computarización de un sistema general es posible, ello comporta posibilidades para la radical alteración del producto. Hasta ahora se ha asumido que los ordenadores son un modo alternativo de ejecutar lo que se ha efectuado en el pasado por métodos manuales, el establecimiento de un control administrativo sobre los procesos de archivo, y la formación de pautas para encontrar datos tradicionalmente definidas como guías de entrada o inventarios. Pero en realidad el ordenador tiene potencial para formar productos inteiramente nuevos.

(COOK, 1984: 16)

Para entender o sentido dado por Cook é necessário ter em mente o que ele entende por “ordenador”. Trata-se de “un despositivo mecânico o eléctrico para procesar información” (COOK, 1984: 13). Na realidade, o autor se refere a ordenador como um processador automático de informação, e não utiliza o termo computador (inapropriado segundo seu entendimento na época), pois sua intenção era focar um processo específico, cujo termo francês *ordinateur*, entendido como “máquina que arregla colecciones de items dispares en un orden significativo” (COOK, 1984: 13) era mais apropriado.

Seguindo sua reflexão, o autor antevê que com a utilização deste tipo de sistema os instrumentos para recuperar dados poderiam ser criados segundo as necessidades específicas dos usuários (COOK, 1984: 17). Cook trata nesse trabalho de uma análise de sistemas automatizados então utilizados em

arquivos, dentre os quais: Prospec (Public Record Office - Inglaterra), Nars A-1 (National Archives - EUA), Spindex (Library of Congress Manuscripts Division - EUA), Selgem (Smithsonian Institute Archives - EUA) e Paradigm (Universidade de Illinois - EUA).

Os programas citados eram basicamente sistemas de descrição e geração automatizada de índices operando por máquinas de fichas perfuradas e fitas magnéticas, que visavam agilidade e formas de acesso aos arquivos que antes não eram possíveis. É notável que a configuração de alguns deles, como o Nars A-1 e o Spindex, permitissem, através da alimentação de códigos e notações específicas, o trabalho com dez ou mais níveis hierárquicos de descrição arquivísticas, indo das “Macro-descrições” (Grupo, subgrupo e série) até as “Micro-descrições” (sub-séries e unidade documental) (COOK, 1984: 23). O Paradigm possuía tanta flexibilidade operacional que permitia a inclusão e o processamento de fundos de arquivo incorporados posteriormente ao sistema (COOK, 1984: 112).

Outra constatação valiosa extraída da investigação de Cook é a preocupação com o desenho e descrição formal dos sistemas automatizados, fato que até hoje não despertou muito interesse ou revelou grandes avanços no meio arquivístico brasileiro (haja vista o baixíssimo número de publicações técnicas voltadas para o assunto). Cook chega a descrever e discutir tipos e campos de informação dos sistemas investigados, além de recursos técnicos para módulos de busca, como a lógica booleana. Esse tipo de abordagem, que requer tanto um domínio técnico dos recursos informáticos disponíveis quanto um referencial metodológico arquivístico ainda é raro no Brasil. Vale lembrar que a velocidade de transformação da informática e de seus recursos e uma suposta e decorrente obsolescência de conceitos não justificam essa falta de interesse, uma vez que isso não se dá no campo conceitual e terminológico de estruturas de bancos de dados. Grande parte das tipologias possíveis de campos de informação e sua interação relacional (tabelas e planilhas) com os registros (coluna/campo versus linha/registro) permanecem praticamente as mesmas há pelo menos duas décadas. Os avanços nos campos teóricos básicos da informática possuem uma progressão evolutiva diferente daqueles realizados em termos de capacidade, modo e velocidade de processamento.

Também é interessante notar que é nesse momento (final da década de 1970 - época da 1ª edição inglesa do livro) que o uso de cartões e fichas perfuradas passa a ser definitivamente substituído pela fita magnética como formato de entrada nos sistemas computadorizados, em especial pelo formato cassete (MT/ST) que, segundo o autor, apresenta todas as vantagens e nenhum dos inconvenientes das fitas de papel (COOK, 1984: 103).

Dentre as conclusões mais interessantes apresentadas pelo autor está a de que a base de dados de um arquivo, caso adequadamente estruturada, pode ser integrada às bases de dados de outros, formando uma rede de armazenamento, recuperação e publicação de dados (COOK, 1984: 17). Outra noção muito cara à interpretação objetivada nesse estudo é o reconhecimento de que os sistemas informatizados têm potencial para criar novos produtos (ferramentas de descrição e acesso), respondendo às demandas dos usuários.

Em Gestão de Documentos Eletrônicos (SANTOS, 2005), temos uma ampla apresentação geral da problemática envolvendo o tratamento de documentos eletrônicos segundo a perspectiva eletrônica. Apesar de a edição da obra ser de 2005, os dados sobre a utilização desse tipo de documento são em sua maioria de 2001 (coligidos para a dissertação de mestrado do autor), o que infelizmente não nos permite visualizar a situação atual da questão. No entanto, podemos supor que as mudanças nesses quatro anos devem ter sido grandes, e ainda maiores se pensarmos no período de 2005-2009. Ainda assim, trata-se da abordagem mais completa desse assunto publicada até agora no país. O foco do trabalho é a caracterização e o tratamento de documentos arquivísticos eletrônicos em geral, inclusive por meio de uma cuidadosa avaliação da legislação pertinente na época, mas o tema que nos interessa foi abordado apenas sucintamente. Quando discorre sobre ferramentas de gestão eletrônica para arquivos (incluindo-se os documentos eletrônicos de arquivo), Santos aponta importantes parâmetros para sua criação e implementação:

Essa ferramenta eletrônica deve ser elaborada com base em uma política arquivística muito bem estruturada, que contemple toda a gestão documental e abranja plano de classificação, tabela de temporalidade, manuais de redação,

controle de produção documental, definição de política de acesso, protocolo e tramitação de documentos.

(SANTOS, 2005: 148)

Os parâmetros propostos por Santos são bastante completos e abrangem toda a metodologia de organização arquivística pertinente. É muito importante também o foco no papel do profissional de arquivo e na obrigatoriedade de sua participação na concepção de quaisquer projetos que envolvam a implantação e gerenciamento de sistemas eletrônicos de gestão de documentos (SANTOS, 2005: 149).

Apesar de apresentar uma relação muito útil de descritores baseados nas representações da informação mais comuns em arquivos digitais: documentos textuais, imagens estáticas, som e imagens em movimento (SANTOS, 2005: 148), não temos um aprofundamento quanto às possibilidades de aplicação prática de um sistema de informação desse tipo. O enfoque da questão dos *e-mails* e dos sítios institucionais também enriquece bastante a discussão conceitual sobre seu tratamento e utilização, mas deixa de abordar parâmetros e aplicações de ordem mais prática. A pergunta que se coloca é: como criar um sistema eletrônico de gestão e recuperação de informação prático, funcional e amparado pela metodologia arquivística?

É interessante notar que o termo gestão de documentos é usualmente aplicado apenas às fases corrente e intermediária do arquivo, como uma ferramenta transitória e administrativa que culminaria com a realização da terceira idade dos documentos, ou seja, sua guarda permanente. Vanderlei Batista dos Santos o define como:

Conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a eliminação ou recolhimento do documento para guarda permanente.

(SANTOS, 2005: 178)

Já o *Dicionário de Terminologia Arquivística*, uma das prováveis fontes da definição de Santos, utiliza a gestão de documentos de forma similar, como “conjunto de medidas e rotinas visando à racionalização e eficiência na criação, tramitação, classificação, uso primário e avaliação de arquivos”. (BELLOTTO; CAMARGO, 1996: 41).

Talvez seja necessário rediscutir a questão da gestão de documentos de acordo com algumas configurações específicas dos arquivos. Fundos abertos ou arquivos ativos tendem a possuir necessidades variadas de informação institucional. Tais necessidades podem dificultar e tornar ultrapassada a utilização em separado de sistemas para gestão de documentos (fase corrente e intermediária) e sistemas voltados para descrição e recuperação de informação arquivística (fase permanente).

Para entender melhor a concepção aqui utilizada de gestão de documentos, é necessário abordar algumas das concepções desenvolvidas pela ciência arquivística. Segundo Heredia Herrera (1988: 112), o termo gestão de documentos deriva do conceito norte-americano "*records management*" e diz respeito à administração e tramitação do documento de arquivo em suas fases iniciais: corrente e intermediária. Para a autora é necessário distinguir duas perspectivas diferenciadas do conceito de arquivo para entender o alcance do termo "gestão de documentos". Uma delas entende o arquivo a partir da seleção para a guarda permanente, focando seus esforços e interesses na fase final dos documentos. Outra considera o arquivo como um processo muito mais amplo, iniciado no momento de sua produção (HEREDIA HERRERA, 1988: 112). Para Heredia Herrera, a gestão de documentos

(...) no es otra cosa que el control del documento público desde su producción, eliminando lo innecesario que sería imposible almacenar, con el fin de conducirlo para su conservación y uso, hasta el verdadero archivo, general o histórico.

(HEREDIA HERRERA, 1988, p. 113)

É interessante notar que apesar de considerar uma visão mais "integral" do arquivo em sua concepção, o foco da autora se mantém sobre a idade permanente do arquivo, entendendo a gestão de documentos como uma etapa até o "verdadeiro arquivo", concentrada na avaliação e eliminação dos documentos.

O *Dicionário de Terminologia Arquivística* (BELLOTTO & CAMARGO, 1996) também desenvolve uma visão similar de gestão de documentos, apesar de muito mais ampla (apresentada na página anterior).

Apesar de colocar diretamente a questão de seu uso primário, o foco dessa definição também se concentra nas atividades fundamentais de classificação e avaliação. Um dos motivos possíveis para esse tipo de abordagem pode derivar de uma perspectiva excessivamente concentrada nos arquivos públicos e suas características específicas. Em verdade, o problema parece advir não da condição pública desse arquivos, mas sim do uso e da forma de organização peculiar que embasa seu tratamento e utilização. Os arquivos públicos são entendidos muito comumente como meros "arquivos históricos"¹¹, separados (física e administrativamente) dos arquivos intermediários e correntes, ou seja, totalmente apartados e distantes de suas funções de apoio administrativo e de qualquer vínculo com os órgãos que o produziram. Tal situação acarretou uma vasta produção científica focada nessa configuração de arquivo, que se tornou preponderante e foi adaptada a outras realidades arquivísticas (arquivos privados em geral). No entanto, é necessário apontar que Luciana Duranti, em *Archive as a place* (2007), aponta para a importância da centralização dos arquivos públicos permanentes em local específico, apartado das dinâmicas administrativas primárias e tutelado por outros profissionais. Para a autora, tal condição é crucial para a manutenção da autenticidade dos documentos de arquivo.

A administração de arquivos privados, especialmente os empresariais, se mostrou imensamente dinâmica, desenvolvendo novas atribuições e funcionalidades para o arquivo, apesar de aliadas de um corpo teórico e científico adequado. No ambiente organizacional privado, o arquivo, quando

¹¹ Entendido aqui não apenas em um sentido arquivístico (definição de arquivo permanente - BELLOTTO & CAMARGO, 1996: 8), mas como simples depósito de fontes para a história.

organizado e reconhecido de forma independente (geralmente ele é utilizado - ou subutilizado - sem a devida identificação e reconhecimento funcional, em decorrência, muito provavelmente, da grande proximidade com a administração em fase corrente e intermediária) assume a configuração de um serviço que tem a atribuição de responder a demandas de informação da instituição. O reconhecimento do arquivo enquanto serviço é fundamental para entender a dinâmica que irá reger sua atuação dentro das organizações privadas (na maioria dos casos). O foco na demanda e no usuário, que tende a causar alentadas discussões no meio arquivístico, não é e nunca será uma opção metodológica para arquivos que se mantêm vinculados à administração direta. Se uma nova dinâmica organizacional criar ou demandar novos usos das informações contidas no arquivo, este terá que se adaptar para fornecê-las, por mais distantes que estas possam parecer do arcabouço teórico-metodológico arquivístico.

É importante ressaltar que as novas tendências administrativas incorporadas pelas organizações (vantagem competitiva e gestão de conhecimento e informação para tomada estratégica de decisão) constituem uma mudança na forma de gestão, que refletirá direta e indiretamente na produção, tramitação, guarda e uso dos documentos gerados. Tal mudança se traduzirá, na maioria dos casos, na criação de novas ferramentas e novos métodos de gestão do arquivo e de recuperação dos seus documentos e informações. A mudança radical dos tempos de resposta esperados para qualquer serviço dentro de uma organização moderna já incide diretamente na necessidade de novas formas de descrição e recuperação em arquivos, o que tende a implicar no uso de novas configurações e aplicações de método.

Cabe aqui ressaltar uma importante diferença, que parece ser uma das causas de parte das diferenças surgidas em debates focando a questão dos usuários na área. A atual tendência do enfoque no usuário do arquivo, que suscitou inúmeros artigos publicados, apresentações, encontros e congressos, parece por vezes confusa por não diferenciar os dois principais tipos de usuários dos arquivos: o usuário interno e o usuário externo. A referência dos apontamentos sobre a questão dos usuários foi extraída basicamente dos

anais do Encontro de Bases de Dados sobre Informações Arquivísticas¹², principalmente os da segunda (2007) e terceira (2009) edições (conferências de Theo Thomassen, Terry Eastwood e Lúcia Maria Velloso de Oliveira do II Encontro e Oliveira & Oliveira, Flávia Carneiro Leão, Wendy Duff e Negreiros & Vasconcelos do III Encontro), dos artigos publicados por Finch, Conway e Hensey & Yakel em *American Archival Studies: readings in theory and practice* (2000), da obra *Administración de Documentos y Archivos: plateos para El siglo XXI* (VÁZQUEZ, 2008) e do artigo de Kesner, Information Resource Management in the Eletronic Workplace: a personal perspective on “Archives in the Information Society” (*American Archivist*, volume 61, n. 1, 1998).

No caso do arquivo e, especialmente pelo fato de o mesmo ter uma ligação intrínseca com a organização que o gerou, o primeiro (usuário interno) deve certamente ser ouvido para possibilitar melhores respostas institucionais (obrigação do arquivo, caso ele seja entendido como serviço). O segundo (usuário externo), dada a miríade de seus possíveis interesses, não é o foco primordial do arquivo. O que também não impede, caso as condições sejam ideais (apesar de nunca o serem), a implementação de ferramentas adequadas para suas demandas. É necessário ter claro que o usuário do arquivo (mesmo o externo) é, muitas vezes, um pesquisador especializado, o que implica recortes de temas e assuntos mais fechados e melhor delineados (ao menos em alguns casos). A especialização do usuário interno do arquivo dependerá também do tipo da organização, podendo variar conforme sua atividade finalística (instituições que fazem pesquisa ou realizam atividades de produção de conhecimento terão usuários internos altamente especializados).

O local de buscas mais genéricas, pouco específicas e menos aprofundadas não é o arquivo, apesar da necessidade de se ter material pronto para atendimento de algumas requisições dessa natureza (especialmente aquelas realizadas pela imprensa, pois divulgar o acervo também é uma das principais funções do arquivista). Nesses casos, geralmente as ferramentas de apoio desenvolvidas para o trabalho no arquivo são de grande utilidade

¹² Acessíveis em PDF no sítio eletrônico da Associação dos Arquivistas Brasileiros. Disponíveis em: <www.aab.org.br> no dia 27/01/2010.

(cronologias, sínteses de gestões e períodos institucionais claramente delineados etc.).

Aliás, a imprensa é muitas vezes protagonista de um tipo de demanda que costuma complicar a maioria dos arquivistas pela inadequação de nossas ferramentas de recuperação tradicionais: a requisição de fotografias de qualidade para publicação. Tais pedidos são invariavelmente apressados e geralmente requerem mais de uma imagem para uma seleção adequada por parte do interessado. Um sistema informatizado que referencie e descreva (mesmo que parcialmente) individualmente fotografias, com campos de informação adequados para a recuperação da qualidade da imagem poderá suprir de forma rápida e adequada esse tipo de demanda institucional. E apenas isso não bastaria, pois, na maioria das vezes, a demanda é voltada para um assunto ou tema (questões definitivamente secundárias no arquivo) específicos. Utilizando as atividades do Centro de Documentação e Memória da Pinacoteca do Estado como exemplo, é possível ilustrar apropriadamente essa realidade. Em 2007, a revista *Veja São Paulo*, com o intuito de ilustrar uma matéria sobre a grande reforma de 1997, solicitou uma fotografia da antiga arena da Pinacoteca do Estado (que na reforma deu lugar ao auditório e ao espaço conhecido atualmente como Octógono). Somente por meio da descrição individualizada das reportagens fotográficas e de um campo que descreve parte do conteúdo desses conjuntos de fotografias foi possível atender adequadamente essa demanda em tempo hábil.

A dinâmica atual dos serviços de recuperação de informação na Internet influencia diretamente as expectativas do usuário em relação aos sistemas de recuperação de informação, pois trabalha com a ausência de critérios e padrões de informação através de ferramentas de varredura automática de conteúdo (ferramentas focadas na empatia com o usuário não especializado / web semântica / *data mining* / inteligência artificial). A quebra da relação entre organização racional da informação (normalização) e recuperação interfere diretamente na visão técnica e conceitual de todas as ferramentas informatizadas, além de criar indiscutivelmente novas demandas de utilização e recursos. Essa nova cultura da informação fundamenta-se na contraposição ao reconhecimento das especificidades da informação (“Ciência da Informação”). Tal situação produz uma tendência de visualização teórica excessivamente

abrangente e justificada pela negação de conceitos fundamentais de diferentes ciências aplicadas (Arquivística, Museologia, Biblioteconomia).

O Arquivo e, por consequência, a Arquivística possuem uma natureza científica absolutamente diversa da Museologia e da Biblioteconomia. A aproximação das duas últimas é extremamente facilitada pelo foco individual do objeto e seu conteúdo. A grande variação interpretativa permitida pela vasta subjetividade temática que envolve o tratamento de conteúdo facilita (apesar da aparente contradição) as possibilidades de normalização metodológica, dada a instabilidade de sentido oriunda da abordagem de conteúdo que pode variar de acordo com demandas externas.

É fundamental esclarecer que nos reportamos diretamente às funções dos arquivos ativos, constituídos por fundos abertos¹³, cujo potencial de apoio à gestão das organizações titulares acreditamos ser único e demasiadamente importante, apesar de residual em muitos casos (essa potencialidade é residual ou inexistente na maioria das vezes, devido ao desconhecimento do alcance do arquivo como ferramenta de gestão institucional). Pautamos nossa proposição sobre um conceito mais amplo de arquivo enquanto entidade administrativa responsável pela custódia, tratamento e utilização de documentos de arquivo (BELLOTTO & CAMARGO, 1996: 5). Entendemos que o arquivo ativo deve se manter sempre ligado à organização que o gerou, apoiando sua gestão e o desenvolvimento de suas atividades. Preferencialmente de forma integrada e centralizada, na forma de um arquivo central (BELLOTTO & CAMARGO, 1996: 5).

A dificuldade do arquivista em entender que possíveis variações de método e apropriações de novas ferramentas de trabalho não desestruturam obrigatoriamente pilares conceituais arquivísticos dificulta imensamente o entendimento do arquivo como serviço de apoio à administração organizacional direta. É fundamental saber diferenciar fundamentos científicos de metodologias e práticas de trabalho, graduando seus significados conceituais. Caso contrário, corremos o risco de trabalhar paralelamente às dinâmicas das organizações, tratando a Arquivística como “ciência pura” e não como a ciência

¹³ Entendido como conjunto de documentos permanentes de organizações ativas com crescimento dinâmico e sistemático (BELLOTTO & CAMARGO, 1996: 41).

aplicada que de fato é. Isto não significa que conceitos fundamentais devam ser ignorados ou ultrapassados para atender quaisquer necessidades institucionais, mas que o arquivista precisa saber identificar demandas reais e justificadas dos usuários de seu serviço e adaptar seu método de trabalho para atendê-las. A identificação tipológica e a classificação são absolutamente necessárias e devem obrigatoriamente preceder a utilização de quaisquer outros métodos. No entanto, se houver uma demanda de recuperação de conteúdo por parte da organização (seja ela onomástica, geográfica ou temática), por que não se deve construir descritores vinculados ao nosso sistema de recuperação de informação do arquivo? Cabe ressaltar que essa perspectiva está diretamente ligada ao entendimento do arquivo enquanto atividade de apoio administrativo vinculado a sua organização produtora.

No Brasil e talvez no mundo, a formação arquivística e a produção bibliográfica especializada concentram-se na questão dos arquivos permanentes, inibindo e comprometendo o desenvolvimento de recursos teóricos, metodológicos e técnicos voltados para o uso dinâmico e integrado dos arquivos. O arquivo permanente é tratado como se não possuísse mais nenhum vínculo real e objetivo com sua instituição geradora e suas demandas administrativas. Esse foco também se dá em relação aos grandes arquivos da administração pública, dificultando uma compreensão diferenciada dos arquivos privados. O apartamento e distanciamento entre os chamados “usos administrativos” e “usos históricos” oriundos de uma visão pouco dinâmica dos conceitos de temporalidade e do não reconhecimento das especificidades e das variedades de formação e demanda presente em diferentes arquivos (privados, públicos, pequenos, médios, grandes, área de atuação da organização etc.) dificultam a elaboração de abordagens metodológicas específicas, absolutamente necessárias para que o arquivo cumpra seu papel dentro das organizações.

A própria definição e uso dos conceitos de classificação e arranjo nos arquivos parece transparecer uma dificuldade de adaptação e transposição de técnicas e métodos específicos para realidades diversas. A classificação é entendida de forma geral como:

Sequência de operações que, de acordo com as diferentes estruturas, funções e atividades da entidade produtora, visam a distribuir os documentos de um arquivo.

(BELLOTTO & CAMARGO, 1996: 16)

Já o arranjo é a denominação tradicionalmente utilizada para a classificação nos arquivos permanentes (BELLOTTO & CAMARGO, 1996: 9). Apesar da proposição de uma diferença entre os dois conceitos, não acreditamos que essa diferença seja conceitualmente necessária, dada a natureza comum da gênese documental dos arquivos. Tal abordagem baseia-se na apreciação desenvolvida por Renato Tarciso Barbosa de Sousa:

Portanto, defendemos o uso do conceito de classificação para representar a atividade intelectual de construção de instrumentos para organização dos documentos, independente da idade à qual eles pertençam. A confusão terminológica entre os dois termos (arranjo e classificação) não parece salutar ao desenvolvimento da Arquivística, pois expõe uma quebra entre arquivos correntes e permanentes, que no nosso entendimento não existe. Trata-se apenas de fases de um mesmo processo.

(SOUSA, 2007: 85)

Apesar das inúmeras perspectivas apresentadas e discutidas, que vão desde a equivalência de significados e funções até a negação de um dos conceitos, Antonia Heredia conclui de forma sintética e utilizando o corpo conceitual estruturado por Schellenberg em *Arquivos modernos: Princípios e Técnicas* (SCHELLENBERG, 1974):

En definitiva, la organización en un archivo es relejo de un sistema planificado de información. Los documentos y con ellos la información siguen los flujos derivados del procedimiento administrativo y su traducción nos ha de ofrecer la organización plasmada a través de

un esquema de clasificación y mediante los diferentes tipos de ordenación en las distintas series documentales.

(HEREDIA HERRERA, 1988: 181)

Sendo assim, classificação e ordenação podem ser entendidas dentro de um processo maior, chamado de organização. Trata-se de princípios técnicos diferentes e complementares. A classificação envolve a vinculação dos documentos dentro do corpo estruturado das funções, subfunções e atividades que os geraram e significam. Já a ordenação envolve a organização lógica (quase sempre também física) dos documentos dentro das séries documentais, podendo assumir diversas formatações (como apresentado anteriormente).

A diferença atribuída aos conceitos de classificação e arranjo também pode ter sua gênese entendida a partir dos usos (anteriores) feitos dos termos classificação e ordenação. O conceito de ordenação é entendido pelo *Dicionário de Terminologia Arquivística* como "disposição dos documentos de uma série, a partir de elemento convencionado para sua recuperação" (BELLOTTO & CAMARGO, 1996: 55), podendo possuir as seguintes variações segundo o tipo de informação priorizada: ordenação alfabética, cronológica, geográfica, entre outras. Segundo Heredia Herrera (1988: 176-177), existe uma confusão entre os termos devido à falta de definições específicas e à simultaneidade de suas aplicações.

Tal confusão ou uso indefinido de conceitos pode ser claramente observado em antigos manuais de organização arquivística. Em *Classificación y Archivo* (MARLOT, 1967), utiliza-se classificação tanto para descrever estruturas de vinculação funcional e organizacional quanto para tratar dos sistemas de organização física dos documentos dentro de seus conjuntos. Acreditamos que essa confusão conceitual e a relação direta do trabalho de ordenação física dos documentos com a atividade de classificação podem ter influenciado diretamente na forma como vemos e trabalhamos tanto a descrição quanto os instrumentos de pesquisa no arquivo, dificultando uma necessária mudança de paradigma.

As tentativas de normalização em arquivo são sempre prematuramente frustradas por não partirem do reconhecimento de uma terminologia científica estruturada e organizada logicamente. A normalização da descrição arquivística deve ser posterior a uma definição terminológica conceitual integrada e consolidada e nunca anterior. Não se trata, e nunca se tratou de uma disputa entre duas ou mais correntes teóricas, mas sim do reconhecimento das especificidades do arquivo e da definição ou não de preceitos e conceitos sólidos. A regra sem dúvida parte da exceção, mas se uma estiver contida na outra não haverá solução conceitual possível. Para a descrição adequada de conjuntos arquivísticos é fundamental reconhecer e determinar de forma concisa e afinada os conceitos de fundo, grupo, subgrupo e série documental, separando claramente o que é função e estrutura do que se caracteriza já pela abordagem documental direta. O não reconhecimento dessas instâncias inviabiliza quaisquer tentativas de classificação lógica criteriosa, seja ela funcional ou estrutural. Para tanto é fundamental o reconhecimento anterior do conceito de espécie documental, sem cuja identificação não se pode estabelecer vínculos com a função, caracterizando tipologicamente a série documental. Resolvidas essas demandas metodológicas, pode-se atrelar sequencialmente e paralelamente à descrição arquivística ferramentas específicas de descrição de conteúdo (caso exista demanda para tal). A suposta dificuldade de normalização se dá pela mistura de metodologias diversas em etapas erradas do processo de descrição, gerando inconsistências conceituais intransponíveis.

O reconhecimento da multiplicidade de suportes que se encontram no arquivo (reforçando que não existem "arquivos especiais"), a nova perspectiva da conservação preventiva e a necessidade de otimização dos espaços depósitos mudaram drasticamente a forma de organização física dos documentos de arquivo em seu local de guarda. Graças a isso e à evolução e utilização dos bancos de dados, a lógica de ordenação interna faz cada vez menos sentido. Séries documentais complexas, compostas por mais de um tipo de suporte, podem ser guardadas separadamente, prevalecendo as melhores condições de conservação para cada um dos materiais que as compõem. Em termos de estruturas para a recuperação de informação, também não faz sentido (e tão pouco é necessário) eleger um ou dois critérios, já que um

sistema informatizado permite os mais variados cruzamentos de informação e relatórios de pesquisa. Talvez em parte seja por isso (tradição da ordenação física) que ainda temos dificuldade de confiar e participar ativamente da construção de ferramentas informatizadas de gestão integrada para arquivos.

O uso mais abrangente do termo gestão de documentos poderia ser mais adequado para caracterizar sistemas integrados de gestão documental, aptos a responder às demandas informativas apresentadas por uma organização em qualquer momento ou etapa do ciclo vital dos documentos. Em organizações privadas com grande demanda por informação institucional, tal configuração da gestão de arquivos já integra sistemas mais amplos de administração e acesso a conteúdos organizacionais. Chamado de Enterprise Content Management (ECM) ou Gestão de Conteúdo Corporativo, essa abordagem integrada visa organizar e disseminar de forma extremamente ágil todo o conteúdo organizacional de uma instituição, entendendo-se por isso toda e qualquer informação útil e valiosa para a tomada de decisões, administração e continuidade dos objetivos da organização, sejam eles quais forem. Sem dúvida esse salto aplicativo é radical demais e imensamente complicado frente às necessidades específicas dos documentos de arquivo. No entanto, as áreas de tecnologia da informação já o vêm praticando desde a década de 1990, mesmo com todas as incongruências e lacunas técnicas derivadas da falta de método e conhecimento específico da área de arquivos.

A similaridade e a vinculação dos sistemas de informação utilizados pelas modernas organizações e as funções de arquivos não são coincidência. Muitos autores da área de tecnologia da informação que abordam sistemas de informação organizacionais enfatizam que não é qualquer informação que integra essas plataformas de relacionamento. Para Turban, o conhecimento dentro da organização é informação que possui contexto, além de ser relevante e acessível (TURBAN, 2004: 326). Ou seja, o foco é a informação institucional e, mais do que isso, a informação institucional contextualizada. Ora, claro está que é possível identificar um tipo específico de informação: contextualizada, organizada e originada dentro da instituição durante o desenvolvimento de suas atividades. Trata-se de uma informação de natureza orgânica, que apesar de desvinculada de um suporte documental reconhecível, ainda possui (dentro do sistema) vínculos arquivísticos (*archival bond* - Luciana Duranti). Talvez

informação não seja o termo adequado, dada sua pluralidade e falta de objetividade funcional. Mais adequado seria, manter-se mais próximo do conceito de um documento arquivístico dinâmico, sem um suporte estável e circunscrito, mas possuidor do vínculo orgânico e capacidade de prova em relação às atividades organizacionais que o geraram.

A alta integração, virtualidade e velocidade da informação utilizada nesses sistemas dificulta o reconhecimento das características arquivísticas, mas sua origem, função e valor estão no arquivo. Innarelli mostrou de forma acertada como a Tecnologia da Informação modificou radicalmente as demandas atuais de informação dentro das organizações (INNARELLI, 2007). Em levantamento bibliográfico recente, Vanderlei Batista dos Santos mostra como a modificação das demandas por informação pode afetar diretamente a estruturação de suas ferramentas de pesquisa (SANTOS, 2007: 200 e 201). Inés Casanova (2008), analisando a questão do documento eletrônico, afirma:

El control intelectual tradicional ha sido mediante la descripción colectiva jerárquica (procedencia, organización y localización física). Los usuarios de documentos digitales no se conforman con encontrar el documento y ver si allí está lo que buscan, sino que quieren una información y un procedimiento más eficientes, que sólo se consiguen con una descripción a nivel de unidad.

(CASANOVA, 2008: 75)

É muito significativo notar que essas novas demandas, originadas na difusão da informação digital, interferem diretamente também nos documentos tradicionais que tem o papel como suporte. O tempo e o tipo de resposta exigidos pelo usuário/destinatário da informação arquivística se modificaram como um todo (especialmente em organizações privadas).

Apesar do surgimento de novas demandas é necessário afirmar que o uso adequado da classificação e da descrição arquivísticas continua fundamental para a recuperação de informações no arquivo. O uso de ferramentas pouco usuais, como a descrição focada na individualização de

documentos e referencia de conteúdo, devem ser sempre feitas dentro das proposições da descrição arquivística e através de critérios justificáveis. A problemática apresentada por Lopez (2000) para o caso da descrição de documentos imagéticos constitui uma boa indicação:

A descrição individualizada de todo o acervo (não apenas do material fotográfico) - feita sem a elaboração prévia de um quadro de classificação, - é incapaz de apresentar um panorama geral de cada série documental, tal como faria, por exemplo, um inventário.

(LOPEZ, 2000: 201)

Conclui-se que o uso da descrição individualizada pode ser feito apenas dentro do sistema de classificação arquivística e a partir da descrição das séries documentais.

No caso do Arquivo da Pinacoteca, tal assertiva também é válida (mesmo que sua configuração oficial corresponda a um arquivo permanente). Se existe um banco de dados em rede que descreve o arquivo e o usuário interno necessita recuperar uma informação sobre determinada exposição de um ofício enviado, a ferramenta deve ser capaz de atendê-lo o mais rápido possível (em poucos minutos, se possível). Certamente não interessa à diretoria e à administração da instituição, que investiu recursos em um sistema informatizado, obter uma negativa frente a uma solicitação, com a justificativa de que a descrição de arquivo se concentra sobre conjuntos documentais funcionalmente relacionados, e de como é tecnicamente pouco apropriado abordar de forma individualizada o documento de arquivo. Posto isso, é válido notar que um banco de dados bem planejado pode suprir perfeitamente essa demanda sem ignorar nenhuma metodologia reconhecida de descrição arquivística. O guia, o inventário e o catálogo¹⁴ podem fazer parte de um mesmo sistema dinâmico e integrado, bem como ferramentas de sigilo de registros e avaliação (não utilizadas em um arquivo permanente, mas

¹⁴ Conceito baseados nas definições constantes no *Dicionário de Terminologia Arquivística* (BELLOTTO & CAMARGO, 1996).

necessárias em um arquivo relativamente integrado como o da Pinacoteca do Estado). A própria tabela de temporalidade pode ser amplamente integrada ao sistema, possuindo ferramentas automatizadas de avaliação, indicação de eliminação, emissão de relação de documentos eliminados e até o expurgo de fato, no caso de arquivos digitais classificados inseridos para guarda e uso temporário no sistema do banco de dados.

Para cumprir todos os requisitos funcionais de um setor ou atividade específica é fundamental que o especialista na área conheça as melhores ferramentas de Tecnologia da Informação disponíveis e ao seu alcance. No entanto, para o projeto adequado de um sistema desse tipo (para uma função e necessidade específicas) é necessário ir além do conhecimento básico da ferramenta, investigando novas tecnologias e sua integração, novos programas e tendências de mercado. Concordamos com André Porto Ancona Lopez quando ele afirma que:

Para a implantação de projetos de informatização no arquivo é mister contar com a ampla ajuda dos profissionais especializados, para todas as etapas, devendo o arquivista tomar o devido cuidado para que tanto o estabelecimento das diretrizes gerais como a decisão dos mínimos detalhes jamais saiam de seu controle.

(LOPEZ, 2005: 59)

É necessário lembrar que Turban esclarece bastante esta questão ao dividir a criação de bancos de dados entre o projeto conceitual (modelo abstrato realizado a partir da perspectiva e das demandas específicas do usuário) e o projeto físico (implantação efetiva ou programação) (TURBAN, 2004: 597). O projeto conceitual de um banco de dados de arquivo deve sempre estar sob a responsabilidade do profissional de arquivo.

O entendimento da informatização de arquivos a partir da informatização das ferramentas tradicionais de recuperação de informação arquivística (guias, inventários e catálogos) é um equívoco comum baseado na dificuldade de rompimento de paradigmas colocados pelo foco na ordenação física de

documentos, o que inviabiliza o uso e a compreensão das reais potencialidades de um banco de dados. Esse problema é pautado no distanciamento excessivo do arquivista em relação aos conhecimentos de recursos informáticos e de sua total dependência do profissional de tecnologia da informação para o desenvolvimento de ferramentas de trabalho. Essa postura também compromete a qualidade e o entendimento desses instrumentos. O não conhecimento por parte do arquivista de conceitos fundamentais de banco de dados e sistemas informatizados de recuperação da informação - como conceitos específicos, informação, tipologia de bancos de dados, *softwares* disponíveis, avaliação e dimensionamento de *hardware*, integração de sistemas, tipologia de campos de informação, dinâmica de relacionamento de dados, campos e planilhas, sistemas de busca e recuperação, formatação de relatórios de busca, sistema de auditoria de inserção, modificação e exclusão de dados (*log*), metadados, programação orientada a objetos, ferramentas de segurança, autenticação e validação eletrônica, fluxos de trabalho e outros - dificultam seu diálogo com o profissional de tecnologia da informação e impedem o desenvolvimento de sistemas adequados, prejudicando enormemente o reconhecimento do papel do arquivista nesse processo.

Outra questão fundamental para o projeto e desenho de sistemas informatizados de gestão arquivísticas é o esclarecimento das especificidades que envolvem uma ferramenta de recuperação de informação acoplada a um sistema de gestão de documentos. É fundamental se ter em mente que a representação do documento é diversa da representação das necessidades de informação. Segundo a obra *Bases de datos documentales*, a questão pode ser delimitada da seguinte forma:

En un sistema de RI [recuperação da informação] no podemos (o no resulta conveniente) intentar comparar directamente documentos y necesidades de información. Lo que se compara, en su lugar, son representaciones de cada una de las entidades mencionadas. La razón es que no es eficiente comparar dos elementos de naturaleza heterogênea: una necesidad de información es un estado mental, inobservable por definición, y los documentos son conjuntos de

informaciones de morfología variable
registrados en un soporte material.

(ABADAL & CODINA, 2009: 45)

O papel e o espaço do arquivista nas organizações modernas colocam novas demandas de atuação em pauta. A questão do envolvimento direto na padronização da produção e circulação da documentação arquivística é absolutamente necessária. Isso se dá pela ampliação de atribuições sintetizadas no papel do “gestor de informação”, fruto de uma suposta nova visão e cultura administrativa e organizacional. A passagem de um papel passivo em relação à dinâmica documental da organização para uma ação criadora de interferência é uma necessidade real e parte de mais um modismo administrativo.

Apesar da grande variedade de discussões teóricas e conceituais que perpassam a utilização e o reconhecimento de sistemas informatizados para a gestão de arquivos, a concepção e o desenho do projeto de um banco de dados para esse fim suscitam inúmeras questões de ordem prática e técnica, dentre as quais podemos apontar algumas com a finalidade de ilustrar instrumentalmente a abordagem de ordem mais conceitual realizada no primeiro capítulo e em grande parte do segundo.

1) Bancos de dados (desenvolvidos pela organização usuária *versus* programas prontos oferecidos pelo mercado):

Soluções prontas dificilmente atendem adequadamente à metodologia necessária à administração do arquivo e de suas funções específicas dentro da organização a que está vinculado. Grandes sistemas integrados são muito complexos e tendem a relativizar e simplificar critérios fundamentais para tipos específicos de informação. Existem programas no mercado baseados em metodologia de arquivo, mas sempre necessitarão de adaptação para um funcionamento adequado, além de criarem uma dependência de suporte e licenciamento. O ideal é que o profissional de arquivo desenvolva o sistema juntamente com um programador de banco de dados (de preferência também

do corpo da instituição). No entanto, tais soluções tendem a ser mais custosas e lentas.

2) A escolha da plataforma (Oracle, MySQL, Access, SQL Server, Winisis/CDS/ISIS, etc.):

O mercado apresenta inúmeras opções de programas e plataformas que podem apresentar vantagens e desvantagens, dependendo do escopo e da funcionalidade esperada para o projeto. O ideal é optar pela flexibilidade estrutural, facilidade de migração e manutenção acessível. Dependendo do alcance da verba disponível e da proposta do projeto pode valer a pena trabalhar com plataformas mais robustas, como as oferecidas pela Oracle. Uma boa opção para enfrentar dificuldades orçamentárias e entraves políticos da organização é fazer uma base de dados modulada, com possibilidade de desenvolvimento planejado, escalonado e independente.

No caso da escolha de programas e equipamentos, é fundamental realizá-la em parceria com o profissional de tecnologia responsável, levando sempre em conta a estrutura de tecnologia existente.

3) Opção por bancos locais ou bancos *on line*:

Mesmo que não exista necessidade imediata de um banco em rede e de acesso remoto, é interessante optar por plataforma que permita essa expansão de forma estruturada e segura.

4) *Softwares* livres:

É sem dúvida a melhor opção para projetos com pouca verba (a curto, médio e longo prazo). No entanto, é necessário atentar para o número de usuários e desenvolvedores em atividade (atualmente o MySQL é o mais disseminado de todos).

5) Contratação de serviços de programação:

Para uma contratação adequada é fundamental conhecer o mercado, suas tendências e o produto/serviço que está sendo oferecido. Deve-se procurar sempre por referências, além de conhecer e testar produtos já desenvolvidos

pelo fornecedor/proponente (muitos costumam estar disponíveis na internet). A relação entre o profissional de tecnologia da informação e o de arquivo devem ser equilibradas e dinâmicas: é necessário conhecer o que se está pedindo e saber compartilhar e impor suas necessidades específicas.

6) Equipamentos:

O equipamento e a estrutura de *hardware* devem ser sempre adequados ao projeto (ou o contrário no caso da inexistência de verba para tal). O foco deve ser na robustez, flexibilidade, garantia e expansibilidade (capacidade de *upgrade*) dos equipamentos. É sempre interessante procurar ajuda especializada para adquirir servidores, sistemas de *backup* e outras peças de *hardware* mais complexas. É importante lembrar que recursos para a aquisição de equipamentos não costumam garantir sua estrutura funcional e manutenção a médio e longo prazo.

7) Avaliação de demandas reais e ideais do projeto:

É fundamental estruturar um projeto focado na demanda real existente. Planejar expansões e ferramentas para aplicações futuras é indicado, mas estas devem ser traçadas com objetividade para não saírem do controle. O adequado é projetar sempre um sistema do tamanho do seu problema/demanda, pensando na integração com soluções de tecnologia da informação já existentes na organização, o que ajudará a garantir a manutenção e expansão do sistema a médio e longo prazo.

8) Segurança:

A fragilidade e a dependência das mídias e formatos digitais envolvem inúmeros fatores (nem sempre controláveis) e exigem enormes cuidados para a manutenção de sistemas informatizados. Projetar uma rotina e um sistema de *backup* adequados são fundamentais, assim como estruturar um controle de acesso e barreiras de proteção.

9) Estrutura geral do banco de dados:

A definição da estrutura deve ser pensada de acordo com a funcionalidade proposta para o sistema. A acessibilidade externa (empatia com o usuário) e a

operacionalidade interna (administração e alimentação) devem ser o foco do desenho do banco de dados. É fundamental também ter em mente que o sistema deve (em alguns casos) responder tanto a demandas internas (setoriais e organizacionais) quanto externas.

10) Necessidades estruturais específicas:

O sistema informatizado de descrição arquivística possui necessidades estruturais únicas que devem ser contempladas e abordadas desde o início de seu projeto. A possibilidade de classificar funções e atividades dentro de uma estrutura hierárquica inter-relacionada é uma delas. A descrição em diversos níveis sobrepostos e interligados é outra necessidade fundamental, que demandará uma explicação pormenorizada. É necessário ter em mente que quem costuma programar esse tipo de banco de dados possui experiências prévias em bibliotecas e museus, e tenderá a achar que as necessidades são as mesmas. Algumas plataformas podem ser menos adequadas que outras para essas estruturas.

11) Visualização de planilha:

Apesar da utilização de máscaras atraentes para a visualização de conteúdo, é preciso manter sempre uma ferramenta que possibilite o acesso à uma ou mais planilhas de registro no banco de dados. Essa possibilidade garante facilidade e agilidade incomparáveis para revisão e alteração manual de grandes quantidades de registros.

12) Desenho de fichas de registro (flexibilidade X padronização):

A escolha do sistema de fichas de registro para a descrição deve contemplar diversos níveis de forma integrada e inter-relacionada (Fundo, Grupo, Subgrupos, Série e Documento). No caso das fichas de documento é necessário eleger um padrão que contemple a toda a especificidade do arquivo. Pode-se trabalhar a partir das espécies documentais, que permitem congregação de campos indispensáveis para caracterização do documento de acordo com a disposição e a natureza de suas informações (pode vir a ser um problema para fundos abertos, pois a descrição de uma nova espécie poderia gerar a demanda de um novo trabalho de programação, tornando o sistema

excessivamente dependente da inclusão de novas fichas de registro). Também é possível criar uma ficha universal que contemple todas as necessidades de descrição ou criar um sistema que possibilite a formatação de fichas customizadas, sem a interferência de um programador.

13) Ferramentas de busca e relatórios de pesquisa:

Devem atender à vasta maioria das demandas de recuperação de documentos e informações, tanto externas quanto internas (a administração do arquivo geralmente demanda formas de recuperação de informação específicas, pouco necessárias ao usuário comum). Preferencialmente, todos os campos de informação existentes devem ser recuperados de forma individualizada e cruzada (o que demanda um sistema de busca extremamente complexo). No entanto, a recuperação individualizada dos campos principais e a recuperação geral de campos mais específicos já permitem um grande alcance de pesquisa. Os formatos de saída dos relatórios de pesquisa devem ser flexíveis e editáveis para impressão ou envio de documento digital não alterável.

Outras questões pertinentes ao desenho e criação de um banco de dados para informatização de arquivos são:

- campos de informação (tipologia, relacionamento e recuperação);
- anexação de documentos (formatos de arquivo e ferramentas de busca, visualização e leitura);
- segurança e hierarquização de acessos ao sistema;
- sistemas de *backup* integrados e semi-automatizados;
- controle centralizado de *log* (permite ao administrador do sistema visualizar e identificar o responsável por todas as alterações, inclusões e exclusões de registros do sistema);
- protocolo eletrônico integrado;
- controle e cadastro integrado de usuários, visitas e consultas;
- integração de ferramentas de controle ambiental e conservação preventiva do acervo (vistorias periódicas, estado de conservação e ações de estabilização e restauro);

- ferramentas de classificação (temporalidade e sigilo) e ocultamento de registros e conjuntos de registros.

A existência de uma enorme variedade de novas aplicações de Tecnologia da Informação permite a associação de novas ferramentas ao sistema de banco de dados, dentre os quais podemos citar:

- sistemas de *workflow* (controle de fluxos de trabalho e processo), que existem em uso em alguns bancos de dados gratuitos como o DSpace. Permitem o controle de todas as tarefas de alimentação e administração da base de dados através de *e-mail*;
- utilização e incorporação de ferramentas com tecnologia de *Optical Character Recognition* (OCR), que permite a transformação de imagens em textos reconhecidos pelo computador. Possuem inúmeras aplicações em sistemas de gestão eletrônica de documentos, da leitura e busca de conteúdo de documentos até a automatização de processos através de códigos de barra e notações (classificação automatizada);
- automatização de tarefas com ferramentas de *batch* (processamento automático de arquivos em lotes parametrizados), que permite tratar e padronizar grandes conjuntos de arquivos eletrônicos. É utilizada associada a programas de conversão de arquivos.

A partir do que foi apresentado, fica claro que o trabalho do arquivista amplia em complexidade, pois ele terá que se mostrar capaz de traduzir suas demandas em um projeto de banco de dados que deva agregar o rigor técnico-metodológico dos preceitos arquivísticos com uma funcionalidade e empatia que atendam às demandas de sua organização (tanto arquivísticas, quanto informativas).

Capítulo 3 - ESTUDO DE CASO: O ARQUIVO DA PINACOTECA DO ESTADO DE SÃO PAULO

A Pinacoteca do Estado foi implantada em 1905, por intermédio de uma iniciativa da elite política paulista. Por ato de Cardoso de Almeida¹⁵, secretário do Interior e da Justiça, foram transferidas do acervo do Museu Paulista, vinte e seis telas, que seriam guardadas em uma das salas do Liceu de Artes e Ofícios. Dentre as obras transferidas estavam telas de Almeida Júnior, Antônio Parreiras, Bertha Worms, Benjamin Parlagreco, Antonio Ferrigno, Oscar Pereira da Silva, Pedro Alexandrino e Pedro Weingärtner.

Mesmo depois de sua reorganização, em 1911¹⁶, não superou o *status* de mero depósito de obras atrelado ao Liceu de Artes e Ofícios. Em 1928, morre o diretor do Liceu e da Pinacoteca do Estado, o engenheiro-arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo, o acervo da Pinacoteca ficou a cargo de Luiz Scatollin, ex-aluno do Liceu de Artes e Ofícios.

Durante a denominada Revolução Constitucionalista de 1932, o edifício é requisitado para o Batalhão Militar Santos Dumont, e o acervo é distribuído em várias repartições públicas. Em 1936, a coleção da Pinacoteca foi novamente reunida e abrigada na antiga sede da Imprensa Oficial do Estado, à Rua Onze de Agosto n° 39, sob a guarda da Escola de Belas Artes de São Paulo, aonde funcionaria até 1947. Com o intuito de abrigar as obras do espólio de Henrique e Rodolfo Bernardelli foi inaugurada, em 1937, a Sala Henrique Bernardelli¹⁷. Entre 1936 e 1938 a IV, V e VI versões do Salão Paulista de Belas Artes foram realizadas na Pinacoteca, trazendo, apesar das tendências artísticas conservadoras, algum dinamismo e algumas incorporações ao acervo do Museu, mesmo que durante tais certames, as obras da Pinacoteca ficassem guardadas em depósito. A Escola de Belas Artes deixará o prédio da

¹⁵ Diário Oficial do Estado de São Paulo, 25 de setembro de 1905 - Arquivo do Estado de São Paulo.

¹⁶ Lei Nº 1.271, de 21 de novembro de 1911.

¹⁷ 100 Anos da Pinacoteca - A formação de um acervo. São Paulo: Pinacoteca do Estado/FIESP, 2005. (Catálogo de exposição) - Acervo Centro de Documentação e Memória da Pinacoteca do Estado.

Pinacoteca efetivamente apenas em 1989, após uma grande contenda judicial e uma série de acusações de mau uso e danos ao edifício.

Decreto assinado em 28 de janeiro de 1932 passa a guarda das obras da Pinacoteca para a Escola de Belas Artes de São Paulo, instituição privada de ensino e, em julho do ano seguinte, todo o acervo é transportado para a nova sede do Museu, junto à referida escola, no antigo prédio da Imprensa Oficial do Estado – rua Onze de Agosto, próximo à Praça da Sé – sendo o diretor da instituição de ensino também responsável pela Pinacoteca. A separação dos cargos ocorre apenas em 1939, por meio do decreto 10.178 que cria os cargos de diretor técnico e de restaurador. A partir de 1936, a Pinacoteca passa por duas grandes gestões: a primeira de Paulo Vergueiro Lopes de Leão (1936-1944) e a segunda de Túlio Mugnaini (1944-1965). As obras da Pinacoteca só retornam à sede no Parque da Luz junto à referida escola em 1947.

A Pinacoteca passará suas seis primeiras décadas de existência praticamente abandonada, oferecendo pouca ou nenhuma concorrência aos outros museus que surgiram na cidade a partir do fim da década de 1940. Mais especificamente o Museu de Arte de São Paulo¹⁸ (MASP) em 1947 e o Museu de Arte Moderna¹⁹ (MAM) no ano seguinte.

É interessante notar que durante os festejos do IV Centenário da Cidade de São Paulo em 1954, a Pinacoteca foi praticamente esquecida, não integrando nenhum dos grandes projetos culturais organizados na época. Apesar de a Pinacoteca do Estado não ter tido participação expressiva nas comemorações do IV Centenário de São Paulo, Túlio Mugnaini, então seu diretor, tenta, sem sucesso, desde 1952, reorganizar algumas salas com o intuito melhorar a apresentação do Museu em 1954, reabrindo a Sala dos Irmãos Bernardelli, instalando a coleção Azevedo Marques, parte da coleção de Pedro Alexandrino e das fotografias provenientes da exposição de Arte Francesa realizada em 1913 no que ele denominou de "Grande Sala", ampliando o número de quadros na Sala Almeida Júnior. Mugnaini dá, naquele ano, a seguinte declaração: "Se a Pinacoteca ainda não é a expressão máxima

¹⁸ MUSEU de Arte de São Paulo. São Paulo: Banco Safra, 1983.

¹⁹ MUSEU de Arte Moderna de São Paulo: Banco Safra, 1998.

do que poderia ser, como museu de arte à altura da cidade progressista que é São Paulo, é por motivos que independem da minha vontade; mas poderá sê-lo, a dos mais expressivos, se a boa vontade de todos - do governo inclusive - se decidir a tanto. Poderemos, assim, em 1954, apresentar aos nossos visitantes algo de valioso e belo, nos domínios das artes plásticas nacionais"²⁰.

Depois de quase cinco décadas de ostracismo e escassas atividades, a Pinacoteca passou a cumprir seu papel de museu estadual a partir de um projeto de itinerância de seu acervo permanente. O projeto chamado Pinacoteca Circulante foi iniciado em 1952, com uma iniciativa conjunta do Serviço de Fiscalização Artística²¹ e da Pinacoteca do Estado. As exposições deveriam percorrer importantes cidades do interior paulista com uma seleção de obras de artistas de renome, que se encontravam guardadas na reserva técnica do museu. O primeiro município a receber a Pinacoteca Circulante foi São José do Rio Preto. Inúmeras localidades do interior receberam as exposições da Pinacoteca do Estado, sendo que algumas delas por mais de uma vez, possibilitando a criação de uma dinâmica de exposições artísticas em regiões anteriormente carentes de eventos culturais.

O transporte das obras entre as cidades era realizado, em muitos casos, mediante acordo entre a Pinacoteca do Estado e as prefeituras selecionadas. O município que recebia a exposição era encarregado de transportá-la para a próxima cidade.

Depois de quase vinte anos de mostras pelo interior e pelo litoral do Estado, a Pinacoteca Circulante foi encerrada por dificuldades financeiras, e por uma ampla reforma nas dependências do antigo edifício da Avenida Tiradentes. O desgaste das obras, segundo o diretor da instituição na época, o pintor Clóvis Graciano (1971-1972), também dificultou a continuidade das atividades. De julho de 1952 a dezembro de 1971, foram realizadas aproximadamente 118 exposições em cerca de 65 diferentes cidades do Estado de São Paulo.

²⁰ A Gazeta, São Paulo, 12 jan. 1952. Acervo Biblioteca Walter Wey / Pinacoteca do Estado de São Paulo.

²¹ Órgão estatal responsável pela gestão e fiscalização dos acervos artísticos do Estado de São Paulo, além da organização de alguns eventos artísticos e culturais.

A partir da direção de Delmiro Gonçalves (1967-1971), iniciou-se um processo de estruturação efetiva do museu, tanto curatorial quanto tecnicamente. O alinhamento com o Governo do Estado e, por conseguinte, com a Secretaria de Estado da Cultura, atraiu interesse e investimentos para o museu, constituindo-se na principal pista para a definição e duração de todas as políticas culturais desenvolvidas na instituição a partir de então²². Em 1970 foi aprovada a nova regulamentação da Pinacoteca do Estado, que aproximam sua estrutura organizacional do modelo de um museu moderno²³. Dentre as mudanças aprovadas estão a oficialização da biblioteca e o reconhecimento de setores técnicos fundamentais para o funcionamento de uma instituição de cunho museológico. É nessa fase que se inicia a grande reforma de 1970, a qual, apesar de terminada apenas em 1973, depois de inúmeros atrasos e problemas, constitui-se em um ponto de virada na organização do museu. É nesse projeto de reestruturação física que a Pinacoteca ganhará sua primeira sala voltada para exposições temporárias. Também é com Delmiro Gonçalves que o museu inaugurará um projeto de política curatorial consistente para a renovação de seu acervo, escolhendo e comprando obras, e não apenas aguardando doações e favores da elite paulistana.

Durante a grande reforma de 1970, o prédio da Pinacoteca ficou parcialmente fechado e as exposições organizadas pelo museu foram montadas em outros espaços. Parte do acervo permanente foi exposto no Museu de Arte Brasileira da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), enquanto que mostras temporárias foram exibidas em outras instituições brasileiras. A mostra “Marcelo Grassmann: 25 anos de gravura”, passou pelo Museu de Arte Moderna de São Paulo, pelo MAM do Rio de Janeiro e pelo Palácio das Artes em Belo Horizonte, Minas Gerais, disponibilizando ao público pela primeira vez o conjunto de 387 obras do artista, adquiridas pela Pinacoteca em 1969. A compra desse conjunto na gestão de Delmiro Gonçalves marcou a primeira compra substancial de um artista marcadamente contemporâneo para integrar o acervo do museu.

²² Ver quadro comparativo apresentado na página 68.

²³ Decreto Nº 52.559, de 12 de novembro de 1970. Entende-se por museu moderno aquele dotado de infra-estrutura técnica adequada ao desenvolvimento de atividades museológicas.

De 1971 ao final de 1975, a Pinacoteca passou por problemas políticos e administrativos. Nesse breve período a instituição teve três diretores diferentes que, com exceção de Walter Wey, ficaram menos de um ano cada. Em 1973, as principais etapas da reforma, iniciada em 1970, foram concluídas e a Pinacoteca do Estado foi reaberta, com grande pompa, pelo diretor da Pinacoteca na época, o diplomata Walter Wey, tendo comparecido à solenidade o então presidente, general Emílio Garrastazu Médici.

Dentre as mudanças realizadas destacam-se a finalização do teatro de arena (que seria demolido na reforma projetada por Paulo Mendes da Rocha em 1994, dando lugar ao atual auditório do Museu), a separação das entradas do edifício (o acesso à Escola de Belas Artes era feito por uma entrada lateral, enquanto que o Museu possuía uma entrada exclusiva pela Av. Tiradentes), a construção de banheiros em todos os pisos e a criação de um espaço expositivo para mostras temporárias. Também nesse ano foi aberta ao público a exposição “As Serigrafias de Vasarely, Seus Mestres e Seus Amigo”²⁴, que pode ser considerada a primeira mostra temporária de fato realizada no Museu.

No começo do ano de 1975, o escritor Alfredo Gomes passa a responder pela direção da Pinacoteca. Sua curta gestão, encerrada em dezembro do mesmo ano, quando passou o cargo a Aracy Abreu Amaral, não deixou grandes marcas estruturais na instituição. O que fica evidente através da análise da correspondência encontrada no arquivo permanente da instituição²⁵ é a constante disputa pelo espaço do prédio. Em grande número de ofícios trocados durante sua gestão, a querela com a Escola de Belas Artes está sempre presente. Os problemas vão desde a divisão de responsabilidades na administração e manutenção do prédio, até a disputa por salas e vagas de automóveis no estacionamento.

Com a saída da Faculdade de Música “Maestro Julião”, no final de 1975, a Pinacoteca aumenta o espaço de suas instalações. Em setembro de 1975, as relações conturbadas com a Escola de Belas Artes, representada por Luciano

²⁴ Vasarely, seus mestres e seus amigos, 1973 (Catálogo da exposição) - Acervo Centro de Documentação e Memória da Pinacoteca do Estado.

²⁵ O Centro de Documentação e Memória da Pinacoteca do Estado foi concebido em 2005, através de um projeto apoiado pela Fundação VITAE, e tem como missão a preservação e tratamento do arquivo permanente da Pinacoteca do Estado.

Octavio Gomes Cardim e outros membros da família Cardim, chegam ao seu ápice, quando a mesma resolve fazer reformas para ampliar seu espaço, construindo novas salas de aula no terreno do prédio. Por intermédio de Alfredo Gomes, a Pinacoteca recorrerá à justiça e conseguirá paralisar e impedir as obras da Escola de Belas Artes²⁶.

Em dezembro de 1975, quando Aracy Abreu Amaral assume o cargo, são realizadas várias modernizações na Pinacoteca. O Serviço Educativo é efetivamente criado e o espaço aberto para uma miríade de atividades culturais, que vão de peças de teatro a apresentações musicais. Estranhamente ou não, as dificuldades de obtenção de apoio político parecem ter impulsionado uma reação criativa que colocou pela primeira vez a instituição alinhada com as novas linhas pedagógicas e museológicas. Empossada por indicação de José Mindlin, então Secretário de Cultura, Ciência e Tecnologia, Aracy Amaral iniciará um processo de amplas modificações na política museológica da instituição. A primeira ação da nova diretora será uma solicitação para uma vistoria geral do prédio, dadas as péssimas condições de sua ocupação e manutenção²⁷.

A elaboração de um novo projeto expositivo para a instituição já começa a vigorar no início de 1976, com a implantação do Projeto Destaque do Mês, que propunha uma divulgação didática e contextualizada do acervo permanente, através da exposição mensal de diferentes obras no saguão principal do Museu. Além da obra exposta no saguão principal, faziam parte do projeto uma biografia do autor e um texto técnico do diretor do museu. O destaque do mês de abril de 1976 foi uma homenagem aos 80 anos de Volpi.

Inaugura-se também o laboratório de desenho, projeto pedagógico para crianças, adolescentes e adultos, desenvolvido e coordenado por Paulo Portella Filho. Mais tarde o projeto passará também a atender professores,

²⁶ Ofício enviado por Alfredo Gomes (Diretor da Pinacoteca do Estado) a Luciano Octavio Gomes Cardim e Paulo A. Gomes Cardim (respectivamente Diretor e Secretário da Faculdade de Belas Artes), em 22 de setembro de 1975 - Acervo Centro de Documentação e Memória da Pinacoteca do Estado.

²⁷ Ofício enviado por Aracy A. Amaral (Diretora da Pinacoteca do Estado) a José Mindlin (Secretário de Cultura, Ciência e Tecnologia), em 6 de janeiro de 1976 - Acervo Centro de Documentação e Memória da Pinacoteca do Estado.

tornando-se um dos primeiros trabalhos de arte-educação desenvolvidos em São Paulo e talvez no Brasil. No final do ano, uma mostra reúne as obras participantes do projeto, que duraria até 1987. Juntamente com o laboratório de desenho tem início as aulas do "Curso livre de desenho com modelo vivo", cujos alunos também têm suas obras expostas ao final de cada módulo.

Além de uma ampla reformulação das ações educativas do museu, com a abertura de inúmeros cursos e projetos, é nessa época também que a Pinacoteca se transforma em um centro cultural, extrapolando sua condição de espaço de guarda e exposição de um acervo artístico. Atividades de teatro, dança, cinema e música passam a fazer parte dos programas de rotina da instituição. O Museu se torna um local privilegiado para a realização de encontros das mais diversas artes e todas as suas atuais tendências. Dentre esses eventos podemos destacar o I Encontro de Corais, encontros de teatro, mostras de cinema, espetáculos de dança e música folclórica.

A política de aquisição de obras e o cuidado em sua seleção para o acervo revelam uma grande preocupação de Aracy Amaral, bastante recorrente em sua produção intelectual (AMARAL, 2006). Ainda em 1976, uma grande doação de gravuras da marchand Yara Cohen sanará algumas das lacunas de representatividade no acervo, com obras de Lívio Abramo, Iberê Camargo, Anna Bella Geiger, Renina Katz, Aldemir Martins, Cildo Meirelles, Tomie Ohtake, Carlos Scliar e Cláudio Tozzi, entre outros.

Em 1977, é organizada a exposição "Projeto Construtivo Brasileiro na Arte: 1950-1962". Realizada em parceria com o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro e sob o patrocínio da FUNARTE, a exposição foi um marco em sua época, tanto pelo processo de pesquisa curatorial, quanto pela montagem e itinerância do evento. No mesmo ano é iniciado o projeto de arte contemporânea intitulado "Proposta do Mês", onde o artista convidado exhibe seus trabalhos por trinta dias e profere uma palestra. O Projeto foi inaugurado com a mostra "Casos de Sacos", de Cildo Meirelles. A integração entre as iniciativas expositivas e as ações educativas do Museu é reforçada pelo ciclo de palestras "Artes no Brasil no século XIX", realizado no fim do mesmo ano.

Também em 1977, acontece nova reforma de adaptação do edifício, mas que, no entanto, não atrapalha seu funcionamento. No ano de 1978, Aracy elabora um projeto para o tombamento do prédio da Pinacoteca, apresentando-

o ao Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT). Apesar de iniciado no final da década de 1970, sob a gestão de Aracy Amaral, o tombamento do prédio só será efetivado durante a gestão de Fábio Magalhães em 1982. O ano de 1978 marca também a continuidade de inovadores projetos expositivos. A exposição “A Arte e Seus Processos: o Papel como Suporte”, iniciativa de Rubens Matuck, realizada sob a coordenação da Pinacoteca, itinerou por mais de 30 cidades do interior, encerrando-se também em 1982 e retomando o papel estadual do Museu (originado em 1952, com o projeto Pinacoteca Circulante).

O ano de 1979 é marcado pelas exposições “O Desenho como Instrumento” (com obras de 49 integrantes contemporâneos da Cooperativa de Artistas Plásticos de São Paulo), “Candomblé um culto afro-brasileiro” (com participação de obras de Emanuel Araújo e Nióbe Xandó, entre outros) e pelo projeto “A criança e o artista”, coordenado por Marcelo Nitsche. Em outubro de 1979, Aracy Amaral deixa a direção da Pinacoteca do Estado, passando sua gestão a Fábio Magalhães.

O artista, historiador e crítico de arte Fábio Magalhães, além de dar continuidade a vários dos projetos implantados por Aracy Amaral, como o serviço educativo, aproximou a Pinacoteca do Estado de novas tendências da arte contemporânea. Projetos como o Gabinete Fotográfico, sob coordenação de Rubens Fernandes, abordariam de forma inovadora mídias que vinham redefinindo usos e processos da arte contemporânea. O Projeto Pinacoteca no Serviço Social do Comércio (Sesc), concebido em sua gestão, também expandiu o alcance do acervo do museu, expondo mensalmente uma obra no Sesc Carmo. Foi também em sua gestão que o tombamento do prédio da Pinacoteca foi efetivado pelo CONDEPHAAT. Fábio Magalhães atuou como diretor até meados de 1982, quando passou o cargo para Maurício Fridman, que ficaria a frente da instituição somente cerca de um ano.

Em julho de 1983, a historiadora da arte Maria Cecília França Lourenço é empossada no cargo de diretora da Pinacoteca do Estado. É durante a sua gestão que o projeto de ocupação total do edifício será iniciado, culminando com a retirada da Faculdade de Belas Artes de São Paulo em 1989 (na gestão da artista plástica Lourdes Cedran). Depois de mais de oitenta anos de existência, a Pinacoteca finalmente poderá ocupar integralmente o prédio

projetado para o Liceu de Artes e Ofícios por Ramos de Azevedo. Maria Cecília França Lourenço também dará continuidade ao projeto museológico iniciado por Aracy Amaral, intensificando atividades educativas e focando esforços em projetos curatoriais envolvendo o acervo da instituição, como o Projeto Releitura, em que artistas convidados reinterpretabam uma obra da Pinacoteca. A gestão da artista plástica Lourdes Cedran (1988-1990) foi marcada pela saída da Faculdade de Belas Artes de S. Paulo e pela posterior interdição do prédio pelo Departamento de Controle de Uso de Imóveis (Contru), por não oferecer condições mínimas de segurança. A interdição só foi retirada em 1990, durante a gestão da crítica de arte Maria Alice Milliet, que permaneceu no cargo até 1992. Sua direção foi marcada por um esforço de catalogação e informatização do acervo do museu, além de exposições premiadas como “Benedito Calixto: Memória Paulista”, aberta logo após o fim da interdição do prédio e “O Desejo na Academia”, realizada entre dezembro de 1991 e março de 1992 com curadoria de Ivo Mesquita.

Em 1992 assume a direção da Pinacoteca o artista plástico e curador Emanuel Araújo, que terá uma das gestões mais longas da história da instituição. Em sua gestão é criada a Associação de Amigos da Pinacoteca do Estado, entidade de direito privado que colabora com as atividades do museu. Sob sua organização, a arte afro-brasileira se tornará parte importante na programação expositiva da Pinacoteca e passará a ser representada no acervo artístico da instituição. O ciclo de exposições “Vozes da Diáspora”, que reuniu as exposições “Pintores Negros do Século XIX”, “Altars Emblemáticos de Rubem Valentim”, “Arte Ritual do Candomblé: Mantra para Oxalá”, “Brasil-África-Brasil” e “O Inconsciente Revelado”, com esculturas de Agnaldo Manoel dos Santos tornou-se um marco do novo viés curatorial das exposições temporárias da instituição.

Em 1994, inicia-se a grande reforma projetada por Paulo Mendes da Rocha, que adaptará completamente o prédio para as atividades museológicas da instituição. Além da mudança da entrada principal do museu para a lateral do prédio, mais integrada ao Parque da Luz e longe do excessivo tráfego automotivo da Av. Tiradentes, foram realizadas amplas mudanças no interior do edifício. Passadiços que cruzam os vãos livres internos integraram vários espaços, desfazendo os ambientes compartimentados herdados de um prédio

dividido por inúmeras instituições durante sua história. O antigo teatro de arena, local que desde de sua construção no início da década de 1970 foi palco de inúmeras apresentações artísticas das mais variadas tendências, foi destruído para dar lugar a um moderno auditório térreo e a um novo espaço expositivo no primeiro piso. No projeto também foram construídos um laboratório de restauro completo e novas instalações para as reservas técnicas do museu.

Em 1997, visando à finalização da reforma, o prédio foi fechado e as atividades da Pinacoteca foram transferidas para o Pavilhão Manuel da Nóbrega no Parque do Ibirapuera, projeto que ficou conhecido como Pinacoteca no Parque. No mês de fevereiro de 1998 a reforma foi finalizada e o novo edifício foi parcialmente aberto ao público. O segundo pavimento e a nova exposição do acervo permanente, montada até os dias de hoje, só foram abertos em dezembro do mesmo ano. A grande reforma realizada por Emanuel Araújo reorganizou o espaço da Pinacoteca adaptando-o definitivamente para o desenvolvimento de atividades museológicas. As adaptações espaciais do edifício e a reorganização dos setores técnicos do museu contribuíram para um grande salto qualitativo das atividades museológicas da instituição.

Sua gestão, que durou dez anos (1992-2002), foi marcada por grandes exposições internacionais com enorme sucesso de público. Com “Rodin: Esculturas” e “Rodin e a Fotografia”, realizadas em 1995 e visitadas por quase duzentas mil pessoas, a Pinacoteca se inseriu definitivamente no grande circuito expositivo da cidade e do País. Também se destacam as exposições “A Porta do Inferno”, de Rodin e “De Picasso a Barceló”, com peças do museu espanhol Reina Sofia, ambas realizadas em 2001. A primeira delas vista por mais de duzentos mil visitantes, número até hoje impressionante para um museu brasileiro.

Em 2002, o museólogo Marcelo Mattos Araujo assume a direção da Pinacoteca, estabelecendo uma política de continuidade com a gestão Emanuel Araújo, mas reorganizando setores-chave da instituição. Alinhado com modernos conceitos museológicos, a área educativa é priorizada e expandida, englobando diversas atividades e projetos focando a inclusão dos mais diversos públicos na Pinacoteca do Estado. Surgem então os programas de capacitação de professores, de inclusão de públicos marginalizados e de

públicos especiais. Seguindo esse mesmo foco museológico são organizados diversos cursos abertos ao público na instituição. O primeiro deles foi o projeto “História da Arte Brasileira no Acervo da Pinacoteca”, no qual críticos e historiadores da arte realizavam conferências baseadas em obras do acervo do museu. Também em 2002 é realizada a assinatura do comodato entre a Fundação Estudar e a Pinacoteca do Estado, trazendo para o museu a Coleção Brasileira. Em 2007, depois de inúmeras exposições realizadas no museu, a Coleção Brasileira foi definitivamente doada e incorporada ao acervo da Pinacoteca, tornando pública uma das mais importantes coleções desse tipo no País.

No ano seguinte (2003) tiveram lugar várias exposições importantes na Pinacoteca, dentre as quais “Albert Eckhout volta ao Brasil 1644-2003” e “Novecento Sudamericano - Relações Artísticas entre Itália, Argentina, Brasil e Uruguai”, com curadoria de Tadeu Chiarelli. Em janeiro de 2003 foi inaugurado o Projeto “Octógono de Arte Contemporânea”, com uma instalação do artista italiano Mario Merz, criando um espaço contínuo de diálogo com a arte contemporânea em um dos ambientes centrais do edifício, conhecido hoje como “Octógono”.

Em 2004, o antigo prédio do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS) localizado na Rua Mauá é incorporado à Pinacoteca, expandindo e potencializando suas atividades expositivas e educativas. O novo espaço foi denominado Estação Pinacoteca e desde sua fundação agrega salas expositivas voltadas para a arte contemporânea e um andar para as obras e sede da Fundação Nemirovsky, instituição titular de uma das mais importantes coleções brasileiras de arte moderna, reunidas por José e Paulina Nemirovsky. Nesse mesmo ano foram realizadas as mostras “Encontros com o Modernismo”, com obras do Museu Stedelijk, da Holanda e “Mestres do Modernismo”, ambas na Estação Pinacoteca.

Com o apoio da Fundação VITAE e como parte da comemoração do centenário da Pinacoteca (2005) é criado o Centro de Documentação e Memória da Pinacoteca do Estado, setor responsável pela guarda e organização do arquivo permanente da instituição. Entre vários eventos, também integraram as comemorações as exposições “Henry Moore: Brasil 2005, uma Retrospectiva” e “100 Anos da Pinacoteca - A formação de um

acervo”, realizada de agosto a outubro no Centro Cultural da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). No final desse mesmo ano, no mês de dezembro, é assinado com a Secretaria de Cultura o contrato que transfere a administração da Pinacoteca para sua Associação de Amigos, reconhecendo-a como Organização Social de Cultura.

Apesar de geralmente ter sua história contada de forma linear, cronológica e pouco crítica (como a seqüência apresentada acima, a título de introdutório), a longa trajetória da Pinacoteca do Estado nunca foi foco de um trabalho historiográfico de peso. No entanto, acredito que para se atingir uma perspectiva mais abrangente de seu processo histórico é fundamental compreender como que a construção de um museu e de uma política cultural de fato dialoga com a estrutura política estadual.

Governadores de São Paulo²⁸	Diretores da Pinacoteca do Estado
<ul style="list-style-type: none"> • Roberto Costa de Abreu Sodré. Mandato: 15/03/1967 a 15/03/1971 	<ul style="list-style-type: none"> • Delmiro Gonçalves 16/05/1967 a 07/07/1971
<ul style="list-style-type: none"> • Laudo Natel Mandato: 15/03/1971 a 15/03/1975 	<ul style="list-style-type: none"> • Clóvis Graciano e Walter Wey 07/07/1971 a 09/01/1975
<ul style="list-style-type: none"> • Paulo Egydio Martins. Mandato: 15/03/1975 a 15/03/1979 	<ul style="list-style-type: none"> • Alfredo Gomes (09/01/1975 a 17/12/1975) e Aracy Amaral (17/12/1975 a 08/10/1979)
<ul style="list-style-type: none"> • Paulo Salim Maluf. Mandato: 15/03/1979 a 15/05/1982 	<ul style="list-style-type: none"> • Fábio Magalhães 18/10/1979 a 24/07/1982
<ul style="list-style-type: none"> • André Franco Montoro Mandato: 15/03/1983 a 15/03/1987 	<ul style="list-style-type: none"> • Maria Cecília França Lourenço 08/07/1983 a 12/03/1987

É interessante notar a coincidência de datas entre gestões de governos estaduais e direções da Pinacoteca, o que revela a dificuldade da continuidade das políticas culturais veiculadas na instituição. Com isso, pode-se concluir que

²⁸ Fonte: Sítio eletrônico do Palácio do Governo do Estado de São Paulo. Acessível em: <www.galeriadosgovernadores.sp.gov.br/07govs/govs.htm>, dia 07/01/2008.

a definição política da direção de órgãos culturais estaduais impossibilita ou dificulta ações de maior alcance e administrações de continuidade mais efetiva. Portanto, não se trata de mera coincidência o fato de que, apesar de algumas exceções, gestões mais longas e estáveis geraram períodos de ampliações e inovações de atividades e políticas de acervo, aprofundando e disseminando práticas museológicas. Cabe colocar que a proximidade política e pessoal existente entre diretores e políticos (principalmente Secretários de Estado e Governadores) também desempenhou um papel-chave no desenvolvimento e nas mudanças da instituição, revelando mais uma vez a extensão da fragilidade de sua trajetória administrativa e cultural. Tal dependência política comprometeu e marcou indiscutivelmente o avanço técnico da instituição e a realização de seus objetivos museológicos ao longo de toda a sua história. Infelizmente, essa condição pertence exclusivamente a Pinacoteca do Estado e pode ser estendida à vasta maioria dos equipamentos culturais públicos do Estado e talvez do país.

3.1 O Centro de Documentação e Memória: de Arquivo Permanente a órgão especializado colecionador arquivos

Criado em 2005, em meio aos festejos do centenário do Museu, o Centro de Documentação e Memória (CEDOC) foi responsável pela organização e tratamento do arquivo permanente da Pinacoteca do Estado.

Após quase três anos de trabalho, o CEDOC já conta com uma base de dados plenamente alimentada e acessível, garantindo acesso à aproximadamente 100 metros lineares de documentação em condições controladas de conservação. Em seu acervo é possível destacar milhares de correspondências, atas, processos e relatórios que juntamente com cerca de quarenta mil imagens, testemunham a história de uma das mais tradicionais instituições públicas do Estado de São Paulo e do País.

A partir de 2006 foram criadas novas ferramentas de pesquisa para auxiliar o trabalho no arquivo e suprir a demanda de consulentes internos e externos do acervo. Dentro desse objetivo foram desenvolvidas a “Lista Histórica de Exposições da Pinacoteca do Estado de São Paulo”, levantamento atualizado que conta com mais de mil eventos expositivos realizados pelo

Museu e a “Cronologia Histórica da Pinacoteca do Estado de São Paulo”, que descreve pormenorizadamente fatos e eventos relativos ao processo de formação e desenvolvimento da Pinacoteca.

Aberto à consulta pública desde o início de 2006, o CEDOC obteve em 2007 um aumento de mais 100% no número de consulentes e pesquisadores em relação ao seu primeiro ano de atividades, revelando-se um importante espaço de apoio e referência para os mais variados pesquisadores. Em 2009 foi constatado um aumento de 95% em relação ao ano de 2008²⁹, o que evidencia o crescente interesse no Arquivo da Pinacoteca. Em 2007, o CEDOC ampliou sua atuação e passou a guardar, organizar e tornar acessíveis arquivos pessoais de artistas, críticos de arte e ex-colaboradores da instituição, o que potencializou seu alcance investigativo e de produção de conhecimento. Já fazem parte do acervo conjuntos documentais dos arquivos de Odetto Guersoni, Renina Katz e Teresa D'Amico, importantes personagens da cena artística paulistana.

Além desses fundos pessoais, o CEDOC também guarda o Arquivo da Coleção Brasileira, instituição homônima que administrava uma das maiores coleções de obras de arte de temática brasileira dos séculos XVIII e XIX, doada integralmente ao Museu em fins de 2007.

Sua missão institucional atual pode ser resumida nas seguintes atividades:

- Preservar a história e a memória da Pinacoteca do Estado de São Paulo por meio da guarda, organização e administração de seu arquivo permanente;
- Guardar, organizar e tornar acessíveis e públicos arquivos de instituições de arte, artistas, críticos de arte e ex-colaboradores da instituição que possuam relevância para o estudo da trajetória da Pinacoteca do Estado de São Paulo e para a pesquisa das artes visuais paulistas e brasileiras, bem como coleções documentais que envolvam a mesma temática;

²⁹ Relatórios Anuais de Atividades do Centro de Documentação e Memória da Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009. Série Relatório Mensal de Atividades do Centro de Documentação e Memória da Pinacoteca do Estado de São Paulo, janeiro a dezembro de 2009.

- disponibilizar o acesso e propiciar a publicidade de informações sobre a instituição, dando transparência à sua gestão e às suas políticas culturais, atividades e objetivos;
- facilitar e racionalizar a administração do Museu por intermédio de políticas de organização, produção e padronização documental, e disseminação de informação institucional.

Em 2008, o CEDOC deu início a novas atividades e projetos, dentre os quais se destacam o “Programa de História Oral da Pinacoteca do Estado de São Paulo”, o “Projeto História Oral da Coleção Brasileira” e o “Programa de Entrevistas com Artistas e Curadores da Pinacoteca do Estado de São Paulo”. Esses projetos têm por objetivo apoiar o trabalho de pesquisa interna do setor, além de oferecer novas fontes de pesquisa para os consulentes e pesquisadores interessados, sejam eles internos ou externos.

O “Programa de História Oral da Pinacoteca do Estado de São Paulo” é baseado na coleta de entrevistas gravadas com colaboradores antigos e atuais (funcionários, conselheiros, parceiros e diretores), críticos e professores de artes plásticas, artistas plásticos e profissionais de artes em geral, preservando e tornando acessíveis depoimentos que registram e testemunham os processos, movimentos e trajetórias da instituição e consequentemente das artes plásticas brasileiras. O foco primordial das entrevistas, que possuem roteiros previamente organizados a partir de pesquisa no arquivo institucional e em outros acervos, é a relação do entrevistado com a instituição. O mesmo objetiva a constituição de um acervo de mídias e a inclusão parcial ou integral (dependendo da extensão e dos direitos de veiculação envolvidos) do registro no banco de dados do CEDOC, facilitando o acesso e a consulta pública dos depoimentos e dos documentos gerados na pesquisa.

Já o “Projeto História Oral da Coleção Brasileira”, apesar de possuir basicamente os mesmo objetivos, foi inicialmente pensado para levantar subsídios para a organização, informatização e disponibilização de seu arquivo institucional (sob guarda permanente do Centro de Documentação e Memória da Pinacoteca do Estado). O mesmo registra a memória oral da formação e administração da Coleção Brasileira, através de entrevistas com pessoas que

tiveram um papel relevante na sua história até a doação para a Pinacoteca do Estado de São Paulo (fins de 2007).

O Centro de Documentação e Memória foi concebido através de projeto elaborado por Gilberto Habib (ex-funcionário do Museu) em 2003 e implantado em 2005, com o apoio da Fundação VITAE. Inicialmente, a organização do Arquivo Permanente da Pinacoteca iria ser executada com apoio técnico e consultoria do CEDIC (Centro de Documentação e Informação Científica Professor Casemiro dos Reis Filho, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), que chegou a realizar uma visita técnica através das arquivistas Viviane Tessitore e Ana Célia Navarro de Andrade, em março de 2005. Com o intuito de agilizar e flexibilizar a organização do arquivo, a coordenadora do projeto de implantação, a jornalista e historiadora Marcia Camargos, decidiu contratar um outro especialista em arquivos como consultor. O profissional escolhido foi André Oliva Teixeira Mendes, que atuou como consultor até janeiro de 2006. Também participaram dessa primeira fase o assistente técnico Eduardo Entini e os estagiários Karina Silva Costa e Anderson Pereira Lima. Em outubro de 2005, o autor desta monografia, Gabriel Moore Forell Bevilacqua, ingressou no projeto como consultor para a informatização do arquivo. A concepção inicial do banco de dados foi realizada pelo consultor André Oliva Teixeira Mendes, através da programação de Luiz Souza.

Após o encerramento da consultoria de André Oliva Teixeira Mendes e do trabalho de Eduardo Entini, a discussão em torno da configuração e adaptação da base de dados ficou a cargo de Gabriel Moore. Em março de 2006, após a passagem da administração da Pinacoteca do Estado para uma organização social, os consultores Marcia Camargos (coordenadora do projeto) e Gabriel Moore foram contratados respectivamente como coordenadora e analista. Passaram também pelo CEDOC os estagiários Luana Souto, Rubens de Falcon (atual assistente de pesquisa), Luciana Lino, Pedro Nery e Rosana Leite (estagiária atual). Em abril de 2008, com a saída de Marcia Camargos da coordenação do Centro de Documentação e Memória o mesmo passou a ser coordenado por Gabriel Moore. A formatação atual do CEDOC conta com três colaboradores: Gabriel Moore, Rubens de Falcon e Rosana Leite.

3.2 O Arquivo no Museu: especificidades e desafios

É importante lembrar que arquivos de museus costumam apresentar situações peculiares dentro de suas instituições de origem. Talvez por ter sua atividade-fim forte e indelevelmente vinculada à função de divulgação cultural, a instituição museológica costuma confundir seu arquivo com seus acervos. Como bem demonstrou Tessitore (TESSITORE, 2002), ao analisar a situação do arquivo do Museu Paulista em um dos raros trabalhos em língua portuguesa que versam sobre arquivos de museus, existe uma tendência (muito forte em museus históricos) em misturar documentos do arquivo institucional com outras coleções de documentos presentes no acervo da instituição. Segundo a autora, existem duas distorções comuns no tratamento de arquivos de museus:

Tomar por arquivo da instituição o que seria parte de seu acervo (biblioteca de apoio a suas funções temáticas). (...)

Tratar, no outro extremo, o arquivo do centro ou museu como coleção, promovendo até mesmo desmembramentos para atender a exigências temáticas, que descontextualizam os documentos (...).

(TESSITORE, 2002: 7)

Além da influência exercida pela atividade intrínseca de divulgação cultural e científica, outro fator pode influir no tratamento dado aos arquivos desse tipo de instituição. A gestão de seu acervo histórico ou artístico, realizada através de procedimentos específicos, conhecido na Museologia como Documentação. Segundo Porta, Montserrat e Morral, a documentação no museu pode ser entendida como:

Es la información que há podido recogerse sobre cada uno de los objetos de la colección. Una parte de esta información nos llega com el objeto mismo, y outra se establece a través de la investigación. Es indispensable que cada museo (aunque dependa de outra institución) tenga um sistema de documentación em el cual figuren todos los datos concernientes a la propiedad e identificación de los objetos.

(MONTSERRAT; PORTA, 1982: 18)

É interessante notar que o caráter probatório da documentação, que visa à identificação e a atestação de propriedade está implicitamente ligado ao acervo museológico, seu controle e registro. A atividade de registrar (outra atribuição do documento de arquivo) parecer o conceito chave para a definição do processo de documentação no museu. Segundo Dudley e Wilkinson as funções do departamento de registro (documentação) de um museu são caracterizadas como:

The basic responsibility of a registration department is the recording of all objects that enter or leave the museum. From this follows the responsibility for their safe handling and storage while they are being recorded, for their unpacking, packing, and transportation, and for keeping track of their movement at all times.

(DUDLEY; WILKINSON, 1979: 4)

Outra passagem de Dudley e Wilkinson esclarece a importância desse tipo de registro documental dentro da instituição museológica, dando algumas pistas das razões que podem levar a uma confusão entre o arquivo e a chamada documentação museológica:

Since the first records made should identify an object and serve as a basis for later documentation or cataloguing, it is most important that the entry records be accurate and clear. These entry records are later expanded in various ways and filled under whatever categories - by donors, cultures, materials, and so forth - that will make the information they contain most accessible and useful for the ongoing activities of the museum.

(DUDLEY; WILKINSON, 1979: 4)

Na verdade, parte da confusão se dá, pois estamos falando de fato de documentos de arquivo em ambos os casos. Cabe esclarecer que o conceito de arquivo aqui utilizado é aquele preconizado por Bellotto e Camargo:

Conjunto de documentos que, independentemente da natureza ou do suporte, são reunidos por acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas.

(BELLOTTO; CAMARGO, 1996: 5)

Parte dos documentos utilizados no registro (documentação) do acervo é produzida pela própria instituição, como o livro de tombo, as fichas de catalogação de obras, os laudos técnicos de autenticidade e estado de conservação, e outra parte é acumulada para referenciar informação (cartas de intenção de doação, pareceres de especialistas e outras instituições, cópias de processos, recortes de jornal, listas de obras de exposições, catálogos, leilões e exposições etc.).

Trata-se realmente de documentos pertencentes ao arquivo do museu, mas que possuem algumas características únicas. Por se tratar de uma documentação cujo valor probatório e administrativo (razões pelas quais os documentos foram produzidos e ou acumulados) não cessa de existir, possui um caráter corrente de prazo indeterminado. Esta também poderia ser tratada e guardada pelo arquivo permanente da instituição, mas dada sua função administrativa permanente, geralmente é mantida em setores vinculados à sua função de produção e acumulação (documentar as obras da coleção do museu). Tal conjunto de documentos possui um regimento documental peculiar, pois apesar de fazer parte do arquivo institucional, alguns documentos originais podem acompanhar as obras em processos de tramitação de cunho mais definitivo (transferências e permutas).

A demanda de informação especializada desse tipo de documentação (geralmente vinculada ao seu conteúdo informativo) também é muito comum em museus (pelos motivos já vistos acima). Também por esse motivo, outro fator que costuma dificultar a reunião e a organização (arquivística) do arquivo

nos museus é a junção equivocada com acervos bibliográficos, uma vez que quase sempre instituições desse tipo acumulam esse tipo de material para reforçar suas funções de divulgação cultural ou científica. Os bibliotecários geralmente são os responsáveis pelo tratamento de conteúdo informativo, sendo especialistas nesse tipo de indexação de informação. E, como de fato existe uma demanda específica para esse tipo de informação no museu (mesmo que ela proceda de documentos de arquivo) essa vinculação é tida como natural e funcional, criando distorções de sentido e fragmentação de contexto em documentos do arquivo da instituição.

Para exemplificar a questão das dificuldades e peculiaridades do tratamento de arquivos em museus, será apresentado um estudo de caso de uma situação ocorrida na Pinacoteca do Estado no início de 2008³⁰. Trata-se de um arquivo pessoal, ou um fragmento deste, uma vez que por uma série de fatores o mesmo foi doado em vida pela artista, fato incomum e complicado para as condições normalmente indicadas para o recolhimento desse tipo de arquivo.

Em janeiro de 2008, a artista plástica Renina Katz doou para a Pinacoteca do Estado um conjunto de obras e documentos pessoais. No dia 16 de janeiro realizou-se na Reserva Técnica do museu uma reunião com o intuito de definir os locais de guarda mais adequados para os conjuntos de diferentes naturezas que compunham a doação da artista. Ficou decidido que documentos iriam para o CEDOC e obras de arte permaneceriam na Reserva Técnica.

Os livros e publicações presentes no conjunto foram inicialmente para o CEDOC para organização de uma listagem de identificação dos itens. Posteriormente, seria avaliada a possibilidade de manutenção das mesmas no Centro de Documentação ou encaminhamento para a Biblioteca. Segundo a perspectiva técnica do CEDOC, elas poderiam permanecer na Biblioteca sem prejuízo informativo apenas se o conjunto e a procedência pudessem ser

³⁰ Para maiores informações ver o parecer *Apreciação Técnica: Arquivo / Coleção Renina Katz*, realizado por Gabriel Moore enquanto analista do Centro de Documentação e Memória em 8 de abril de 2008. Fundo Pinacoteca do Estado. Acervo CEDOC / Pinacoteca do Estado de São Paulo.

permanentemente preservados e vinculados ao conjunto documental sob guarda do Arquivo (CEDOC).

No final decidiu-se que as publicações se manteriam vinculadas ao conjunto documental sob guarda do CEDOC, o que de fato representou um grande avanço nos padrões de tratamento encontrados em museus, cuja tendência é a fragmentação total do contexto dos documentos bibliográficos através da aplicação de uma catalogação estritamente biblioteconômica.

No mesmo mês de janeiro foi realizada uma listagem com a relação dos documentos enviados ao CEDOC. O conjunto analisado revelou 394 unidades documentais, sendo em sua maioria correspondências (227 unidades ou 58% do total) e documentos fotográficos (97 unidades ou 25% do total). Também compunham o conjunto projetos de obras, estudos de cores e impressão de matrizes gráficas e contratos de execução de obras de arte, além de convites, catálogos e folhetos de exposições individuais e coletivas da artista. Tal listagem, apesar de não constituir uma ferramenta de descrição arquivística deve ser necessariamente realizada para a confecção do documento formal de doação do conjunto, que tradicionalmente em museus requer uma descrição individualizada mínima dos itens a serem doados. A origem de sua função e estrutura provavelmente advém da necessidade de tombamento individualizado de peças em acervos museológicos, que tem no livro de tombo e no inventário (acepção museológica e administrativa do termo), suas ferramentas mais tradicionais. Em verdade, tal listagem é bastante interessante como instrumento inicial de controle físico e patrimonial (para conjuntos documentais pequenos), constituindo-se na primeira ferramenta informatizada de acesso aos documentos³¹.

Posteriormente, o trabalho de identificação e contagem das peças do conjunto que haviam sido inicialmente caracterizadas como obras de arte, confirmou a existência de seis cadernos de desenho. Os cadernos constituíam um conjunto cronológico que ia de 1983 a 2002, com desenhos, textos, anotações e colagens da artista. A existência desse material suscitou uma

³¹ A relação foi realizada em uma tabela Excel com os seguintes campos: número de controle, descrição abreviada de conteúdo, data, autoria (caso existente), espécie documental e localização física dentro da ordem original.

discussão sobre sua caracterização e guarda, envolvendo o Centro de Documentação, que os entendia como documentos de arquivo pertencente ao Arquivo Renina Katz e o Núcleo de Gestão Documental do Acervo, que os via como obras de arte. Essa disputa de guarda culminou no desenvolvimento (pelo CEDOC) de uma apreciação técnica formal sobre a querela, constituindo-se em um documento composto por uma investigação comparativa de conceitos museológicos e arquivísticos, levantamento de metodologias aplicadas em casos similares por outros museus e uma proposta para a resolução do impasse e criação de um procedimento técnico padrão para utilização na Pinacoteca do Estado.

De acordo com Peter van Mensch³², professor de Teoria Museológica da Reinwardt Academy - Museology Department, os objetos museológicos possuem três matrizes diferentes como fontes portadoras de informações: Propriedades físicas (composição material, construção técnica e morfologia), Funções e significados (significado primário - funcional / expressivo e significado secundário - simbólico / metafísico) e História (gênese / uso / deterioração / conservação).

O manual *Museum Registration Methods*, publicado pela Associação Americana de Museus (EUA) tem uma definição bastante ampla de objeto museológico, segundo a qual o mesmo "é um objeto em uma coleção museológica, ou julgado digno de estudo e emprestado a um museu" (DUDLEY; WILKINSON, 1979: 413). Tais considerações sobre o objeto de guarda característico das instituições museológicas revelam a multiplicidade de naturezas, formas e origens desses materiais. As formas de classificação e descrição geralmente adotadas pelos museus partem de um tratamento individualizado e aprofundado dos objetos. A ênfase no conteúdo formal e simbólico das peças revela uma função informativa baseada na coleção enquanto estrutura organizacional e conjuntural dos objetos. Já em "A classification system for art objects" (DUDLEY; WILKINSON, 1979: 205-206), de Winifred Kennedy (arquivista do Walters Art Gallery - Maryland e do Fogg Art Museum - Harvard University) e "Classifying paintings, drawings, and prints

³² Apud CÂNDIDO, Maria Inês. "Documentação Museológica". Caderno de Diretrizes e Bases. Minc / IPHAN, sem data. p. 35.

by media, with a note on classifying constructions", de Lawrence J. Majewski (professor do Institute of Fine Arts - New York University) fica claro que o trabalho de classificação museológica concentra-se na tipificação e delimitação de suportes e técnicas, podendo ser expandida para outras categorias temáticas de acordo com as especificidades da coleção.

As características comuns que referenciam o enquadramento em uma classe específica são focadas e estruturadas em critérios de conteúdo e forma, o que respalda tecnicamente as necessidades informativas de uma coleção de objetos. Já nos arquivos a classificação dá-se por meio do arranjo e consiste na ordenação hierarquizada de estruturas ou funções dos fundos documentais, até a descrição da série documental (seqüência de unidades de um mesmo tipo documental). (BELLOTTO; CAMARGO, 1996: 69).

A diferenciação dos conceitos de coleção e arquivo possibilita o reconhecimento das especificidades de cada conjunto de objetos e documentos. A coleção pode ser definida como: 1) conjunto de objetos da mesma natureza ou que têm qualquer relação entre si; 2) reunião de objetos, de espécimes e 3) agrupamento de objetos (CAMARGO-MORO, 1986: 237). Já o arquivo pode ser definido como "conjuntos de documentos que, independentemente da natureza do suporte, são reunidos por acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas. (BELLOTTO; CAMARGO, 1996: 5). O museu é um órgão colecionador, sendo coleção entendida como uma reunião artificial e intencionada de objetos e documentos, agrupada de forma temática ou segundo a natureza do material. O arquivo é órgão receptor (recolhe naturalmente a documentação produzida e acumulada pela entidade à qual serve ou representa) e reúne em seu acervo conjuntos documentais segundo origem (proveniência) e função. (BELLOTTO, 2004: 38)

Ao contrário do bibliográfico, o documento arquivístico não dispõe de autonomia, nem prescinde da relação que mantém com seu contexto de origem. Para além do suporte, do formato e do conteúdo, passíveis da modalidade de identificação típica da biblioteconomia, importa conhecer o vínculo

orgânico entre o documento e a ação que nele se materializa a título de prova ou evidência.

(CAMARGO, 1998: 170)

Apesar da recorrência de algumas práticas de catalogação, realmente não existem parâmetros técnicos definidos. A documentação pessoal de Tarsila do Amaral, também sob guarda da Pinacoteca é um exemplo bastante ilustrativo desta questão. O conjunto originalmente recolhido pela Pinacoteca em 1973 foi separado entre documentos, objetos e obras de arte e depositado na biblioteca e na reserva técnica. Parte dos desenhos está na reserva tombado como obra de arte e parte continua na biblioteca catalogado como documento avulso, assim como alguns documentos pessoais. O critério utilizado para a avaliação baseia-se na qualidade plástica dos desenhos, o que dificulta a obtenção da objetividade necessária para a criação de um parâmetro ou padrão técnico de decisão. Apesar de uma avaliação artística poder ser lastreada também por critérios objetivos justificáveis (importância do artista, qualidade técnica e representatividade do trabalho dentro do conjunto geral da obra do artista ou no acervo do museu), sua aplicação exclusiva não resolverá a questão de modo adequado (principalmente em se tratando de conjuntos de obras acompanhados de conjuntos documentais de cunho arquivístico). As mudanças de categoria de alguns dos desenhos de Tarsila do Amaral indicam essa dificuldade.

Outros museus brasileiros de arte também não possuem critérios técnicos padronizados sobre o assunto. O MAC costuma catalogar cadernos de desenho de artistas como obras de arte. No entanto, seu arquivo permanente também guarda documentos similares (cadernos de desenho de Clóvis Graciano), uma vez que estes fazem parte de um conjunto maior de documentos pessoais. No exterior também parece haver controvérsias sobre a questão. O Harvard University Art Museums Archives e o Archives Of American Art (Smithsonian) guardam alguns dos seus *sketchbooks* junto com os arquivos dos artistas, mas ao mesmo tempo outras instituições, como a Tate e o Fogg Art Museum (também parte do complexo Harvard University Art Museums) os mantêm registrados como obras de arte.

Levando-se em conta as especificidades de cada caso, cabe observar que separar um documento de um conjunto organicamente constituído traz enormes prejuízos informativos para o entendimento contextual do sentido daquele item, tenha ele características plásticas apreciáveis ou valor patrimonial no mercado artístico. Quando esse rompimento (documento/conjunto/arquivo) já foi realizado (o que é bastante comum quando as peças possuem isoladamente valor autoral e artístico) dificilmente recuperam-se os vínculos de informação orgânica³³. Em se tratando dos cadernos de Renina Katz é primordial ressaltar que eles possuem relações contextuais com o resto da documentação depositada no CEDOC. As informações correlatas e circunstanciais entre as séries de correspondências e projetos de obras existentes no Fundo e os esboços e anotações dos cadernos certamente possuem vinculações orgânicas e relações de ordem cronológica que seriam preciosas para quaisquer estudos sobre a artista, seu tempo e sua obra. Também é importante levar-se em conta que a opinião do artista titular do fundo e autor das obras (o que também foi proposto no caso abordado) sobre sua caracterização (arte/documento) pode não oferecer critérios objetivos suficientes para tal definição, apesar de poder agregar informação para auxiliar na tomada final de decisão. Isso decorre da dificuldade intrínseca dessa escolha na perspectiva do artista, pois seu maior interesse como profissional das artes geralmente é ter o maior número de suas obras reconhecidas e acolhidas por um grande museu, o que poderia gerar um conflito de interesses. Sendo assim, entende-se que a decisão dessa destinação deva ser feita através de um conselho técnico composto pelos profissionais envolvidos (curadores, museólogos e arquivistas).

Partindo das considerações desenvolvidas acima, pode-se concluir que o local de guarda mais adequado para os cadernos de desenho da artista Renina Katz é o CEDOC, pois preservaria a vinculação do conjunto documental de mesma proveniência em sua completude. A relevância do conjunto

³³ O caso da fotografia é bastante ilustrativo e recorrente. Normalmente produzida de acordo com uma função ou atividade específica, o suporte é individualizado (como elemento de conteúdo informativo independente) e separado do conjunto documental de origem, impossibilitando, muitas vezes de forma irreversível o entendimento do propósito funcional da mesma.

documental indica a importância de se mantê-lo unido e disponível para consulta e pesquisa externa. Apesar da falta de padrão metodológico para tais questões, é possível propor alguns critérios para a definição dos parâmetros de classificação e destinação desse tipo específico de material (que figuram entre o objeto artístico e o documento de arquivo): a intenção do artista (manifesta mais na proveniência do objeto e em sua configuração formal - suporte, técnica, acabamento e apresentação e o caráter de obra finalizada (definido mais pela configuração formal do objeto e de sua apresentação do que pela qualidade plástica, técnica ou importância a ele atribuída).

Outros fatores de ordem diversa apontam também para o CEDOC como espaço de guarda mais adequado:

- 1) O mesmo está preparado para a pesquisa externa, possuindo estrutura, ferramentas e equipe especializada para disponibilizar e dar publicidade ao acervo;
- 2) o sistema de recuperação de informação utilizado pelo CEDOC (Banco de Dados) permite tanto o tratamento conjuntural quanto individualizado e, portanto, todas as informações inseridas em uma catalogação museológica também poderiam ser recuperadas com facilidade (se existir uma demanda representativa para tal) caso se opte pela guarda arquivística;
- 3) as condições técnicas de preservação do acervo no CEDOC são próximas (apesar de não ideais) àsquelas disponíveis na Reserva Técnica³⁴. O acondicionamento segue padrões arquivísticos de guarda permanente em todos os níveis, do primário ao terciário;
- 4) o Banco de Dado já se encontra plenamente acessível no CEDOC, além de disponível na rede interna do Museu, o que facilitaria a disseminação de informação para quaisquer que sejam os públicos interessados.

Apesar da aparente coerência da proposta é necessário esclarecer que apenas com a participação de todos os setores técnicos interessados (Conservação, Curadoria e pesquisa, Documentação do acervo, Biblioteca e

³⁴ A umidade relativa do ar oscila entre 65 e 75% na sala de guarda do CEDOC, enquanto que na Reserva Técnica I a média é de 60 a 65%. Já o controle de temperatura é realizado automaticamente pelo sistema de ar-condicionado central, oscilando entre 19 e 21°C.

Arquivo) será possível a definição de um critério técnico rigoroso e duradouro para balizar a entrada de doações complexas no museu. A dificuldade de se encontrar parâmetros para esse tipo de problema, certamente bastante comuns em museus de arte, indica claramente como a questão da confusão conceitual envolvendo acervos de diferentes naturezas é presente na rotina dessas instituições.

No livro *Art Museum and Librarianship*, mais especificamente no capítulo intitulado *Special Collections in the Arte Museum Library* e no artigo *Special Collections at the Art Gallery of Ontario's E. P. Taylor Research Library and Archives* (IVEY; MARSHALL, 2007: 143-145) podemos encontrar uma interessante abordagem das questões que cercam a confusa intersecção de acervos documentais entre bibliotecas, arquivos e museus. No E. P. Taylor Research Library and Archives, da Art Gallery of Ontario (fundada em 1900 - Ontário/Canadá) são conservados e disponibilizados mais de uma centena de arquivos pessoais de artistas, colecionadores de arte, negociantes de arte, historiadores da arte, entre outros. Utilizando o *sketchbook* (caderno de desenhos ou álbum de esboços) como exemplo as autoras tratam da dificuldade de definir a destinação de alguns itens documentais, que estariam na chamada *gray area*³⁵ das coleções, entre documento de arquivo e obra de arte. Segundo as autoras a definição termina, quase sempre sob responsabilidade da curadoria artística da instituição, apesar da maior facilidade de acesso na biblioteca.

É interessante notar que a principal pergunta feita pela arquivista é "in which collection is a researcher most likely to seek this kind of material?" (IVEY; MARSHALL, 2007: 145), ou seja, o foco tende a ser sempre no pesquisador, o usuário do serviço de pesquisa. Essa perspectiva é muito comum em museus, que tem na divulgação do conteúdo de seus acervos uma de suas principais atividades. Devido a isso podemos talvez identificar uma tendência para o tratamento e a guarda de material arquivístico em bibliotecas de museus, uma vez que as mesmas estão mais bem preparadas para descrever assuntos e conteúdos (foco de interesse principal da maioria dos consulentes de serviços de informação).

³⁵ Área cinzenta ou zona de indefinição e intersecção de conceitos.

Outra experiência esclarecedora extraída do artigo citado acima é a tentativa de integração das bases de dados de todos os acervos do museu. A primeira realização descrita foi a conversão da descrição arquivística dos fundos (baseadas no manual *Rules for Archival Description*, de 2003) para formato MARC (Machine-Readable Cataloging)³⁶, possibilitando a inserção no catálogo eletrônico da biblioteca. As autoras não descrevem como a conversão foi realizada, mas é fato que ela implica em perda de informação arquivística, pois é sabido que o padrão MARC de descrição não contempla o esquema de níveis taxonômicos interligados e interdependentes necessário para arquivos (arranjo). O próximo passo, segundo as autoras, será a integração com o banco de dados do acervo de arte, permitindo uma ferramenta de pesquisa completa para os pesquisadores, tanto artística quanto documental (IVEY & MARSHALL, 2007: 145).

Outra reflexão importante no caso do papel dos arquivos de museus é a sua enorme relevância na relação de transparência institucional com o público. Em uma instituição onde a interação pedagógica e artística com o público visitante está no cerne de sua justificativa existencial, a possibilidade de acompanhamento e tomada crítica de conhecimento de processos institucionais internos pode requalificar toda a experiência museológica. O tratamento e utilização do arquivo institucional possibilitam ao museu e ao público interessado interagir criticamente com seu próprio legado, permitindo uma reflexão aberta e pública de sua trajetória. As reflexões possíveis sobre os processos que levaram uma determinada obra a compor o acervo do museu ou figurar em uma sala específica são um exemplo claro do potencial reflexivo propiciado pelo acesso ao arquivo permanente de uma instituição museológica. Para uma fruição artística e educativa completa, o esclarecimento desse processo é fundamental, pois revela escolhas resignifica crítica e dinamicamente os papéis da obra de arte dentro do acervo museológico. Especialmente no caso de um museu público, a transparência das políticas

³⁶ Padrão de formato para descrição de informação bibliográfica. Foi desenvolvido na década de 1960 pela Biblioteca do Congresso (EUA). É a base de grande parte dos catálogos eletrônicos usados hoje. Nos anos 1980 transformou-se em USMARC e em fins de 1990 tornou-se conhecida como MARC 21 (última versão). Disponível no sítio eletrônico da Library of Congress: <<http://www.loc.gov/marc/>>, no dia 24/11/2008.

museológicas, das opções curatoriais e mesmo das transformações e processos administrativos são fundamentais tanto para a realização plena de sua vocação educativa e democrática, quanto para o reconhecimento total de seu papel cultural e social.

3.3 A Gestão do Arquivo da Pinacoteca do Estado

A organização do Arquivo Permanente da Pinacoteca do Estado foi o principal motivo para a criação do Centro de Documentação e Memória, que posteriormente assumiu outras atribuições e responsabilidades. Mesmo assim, a gestão do arquivo do museu ainda é responsável pela vasta maioria das atividades desenvolvidas pelo setor. Foi a partir desse trabalho que se apresentaram inúmeros desafios técnicos que suscitaram a concepção de interessantes ferramentas de trabalho. A idéia deste capítulo é apresentar as modificações pelas quais esse trabalho e suas demandas passaram desde seu início, em meados de 2005.

O próprio nome escolhido para o setor (Centro de Documentação e Memória) invoca esse caráter de reunião temática de informação/documentação, alheio a conceituação arquivística (BELLOTTO, 2004: 37). No entanto, nesse momento inicial (2005-2006), tratava-se apenas do arquivo permanente da instituição. Mais tarde (2007) o CEDOC passaria a colecionar arquivos e outros conjuntos de documentos dentro da temática de interesse da instituição e das artes visuais brasileiras, e de fato se tornaria um Centro de Documentação. O conceito aqui empregado é aquele utilizado por Tessitore (2003: 14 e 15) o Centro de Documentação congrega características de vários tipos de entidades de preservação documental (arquivos, bibliotecas e museus), sob o interesse de uma área de especialização definida. No entanto, apesar de ser um órgão colecionador de arquivos, podendo guardar também coleções temáticas de documentos, predominam no CEDOC os procedimentos arquivísticos. Segundo Tessitore (2003, p.15)., essa predominância se deve a capacidade única dos arquivos de representarem as ações e atividades das entidades que os geraram, agregando assim um valor diferenciado às áreas de interesse do Centro de Documentação.

A motivação em torno de sua criação, marcada pelo centenário da instituição, invoca alguns problemas conceituais identificados na primeira fase do trabalho de organização do arquivo. As comemorações em torno dos cem anos de criação do museu envolveram a realização de uma grande exposição na FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) intitulada “100 Anos da Pinacoteca: A formação de um acervo”³⁷, realizada entre agosto e outubro de 2005. Apesar do projeto do CEDOC ser de alguns anos antes, sua instalação foi iniciada apenas em 2005, com o intuito de apoiar a busca de informação histórica demandada pelas comemorações do centenário. Tal condição influenciou no próprio conceito de organização e descrição do arquivo. Um exemplo claro disso foi o tratamento dado às correspondências do arquivo. As mesmas foram descritas individualmente para facilitar a recuperação de conteúdo para a exposição citada. Já as fotografias, apesar de descritas em conjuntos (missões fotográficas), também tiveram parte de seu conteúdo descrito com o mesmo objetivo.

Apesar do comprometimento com a administração do arquivo da Pinacoteca do Estado de São Paulo, é necessário esclarecer que existem alguns entraves e questões específicas que fogem do universo de controle do CEDOC e da própria instituição. A Pinacoteca do Estado é um órgão público vinculado à Secretaria de Estado da Cultura e, portanto, seu arquivo permanente deveria ser recolhido pelo Arquivo do Estado. Apesar disso, a Pinacoteca ganhou autonomia para manter seu próprio arquivo, mas parte dele já se encontrava depositado no Arquivo do Estado. Através de pesquisas foi possível levantar e descrever parte dessa documentação, mas esse fato não deixa de gerar algumas dificuldades de ordem organizacional. Outro problema grave enfrentado na gestão do arquivo é a inexistência de uma tabela de temporalidade de atividades-fim da Secretaria de Cultura e a falta de uma comissão de avaliação ativa. Com isso, e apesar da existência da tabela de temporalidade de atividades-meio, não é possível fazer avaliação e descarte no arquivo, o que complica enormemente sua administração. Outro fato peculiar

³⁷ *100 Anos da Pinacoteca: A formação de um acervo*. São Paulo: Pinacoteca do Estado de S. Paulo/FIESP, 2005 (Catálogo de exposição). Acervo Centro de Documentação e Memória da Pinacoteca do Estado de S. Paulo.

foi a transformação em Organização Social em 2006, que fez com que toda a administração direta do museu passasse a ser realizada por uma entidade privada. Essa brusca mudança administrativa fez com que toda a documentação de cunho administrativo mudasse de configuração, assumindo características privadas. Tal condição, somada a tantas outras apresentadas aqui, aponta para as especificidades desse conjunto documental.

É interessante notar que a modificação dos objetivos institucionais do setor³⁸ ampliou tanto o alcance e interesse externos de seu acervo (para fins de pesquisa) quanto a participação mais efetiva no apoio da administração do Museu. Essa nova configuração teve origem na absorção de novas funções advindas de demandas institucionais pelas informações contidas no arquivo, fruto também das facilidades de recuperação de informação no sistema implantado para a descrição do arquivo permanente. A complexidade de algumas das atividades da instituição somadas à falta de espaço e tempo hábil dificultavam rastrear informações contidas nos arquivos correntes dos setores ligados principalmente à produção de exposições.

A organização e criação de uma ferramenta informatizada capaz de recuperar documentos rapidamente e de formas variadas fez com que os prazos de recolhimento ao CEDOC fossem diminuindo para alguns setores da instituição. Assim, por exemplo, os dossiês de exposições, chamados de *books* nos museus, passaram a chegar cada vez mais rapidamente ao arquivo, muitas vezes até mesmo antes de esgotadas suas demandas administrativas³⁹. Em fins de 2008 já havíamos recebido parte dos dossiês de exposições realizadas nesse mesmo ano e a dinâmica levada a cabo em 2007 nos leva a crer que no início de 2009 receberemos os dossiês restantes do ano de 2008.

Esse tipo de interação entre um arquivo permanente e a instituição que o gerou não é comum. O CEDOC acabou assumindo, para alguns setores do Museu, o papel de arquivo corrente, pois era muito mais rápido e fácil recuperar informações documentais a partir de seu sistema do que através da

³⁸ Descrição dos novos objetivos do setor, apresentados na página 85.

³⁹ O processo de fechamento de uma exposição internacional de grande porte (especialmente as itinerantes) pode levar longos períodos para se efetivar, fazendo com que atividades como devolução e conferência de obras e prestação e aprovação de contas cheguem a se desenrolar por mais de um ano.

guarda física tradicional desses conjuntos documentais em seus locais de produção e acumulação.

A existência, no CEDOC, de uma estação de digitalização de documentos, também facilita muito a resposta desse tipo de demanda administrativa. Para exemplificar os usos derivados desse sistema e dessa relação administrativa é interessante recorrer a quatro exemplos colhidos da rotina do setor:

Exemplo 1: no dia 11 de janeiro de 2008, o Núcleo de Administração e Finanças solicitou um contrato firmado entre a Pinacoteca e um curador para a realização de uma palestra vinculada aos eventos da exposição “Imagens do Soberano: Acervo do Palácio de Versalhes”. A intenção era confirmar informações contratuais relativas aos honorários do palestrante. A solicitação foi realizada por e-mail e em pouco tempo foi possível atender a demanda por meio da localização do documento no banco de dados e sua digitalização e envio;

Exemplo 2: em 17 de outubro de 2008, o Núcleo de Gerenciamento Documental do Acervo solicitou uma listagem da documentação fotográfica de obras (cromos) existentes no Arquivo da Pinacoteca referentes a exposições temporárias recentes e, para tal, enviou uma lista de exposições. A intenção era saber se existiam cromos de obras doadas ao acervo do museu em meio à documentação fotográfica de obras das exposições listadas, pois o Núcleo de Gestão Documental responsabiliza-se pela documentação fotográfica do acervo e pelo controle de cessão e uso das respectivas imagens. Por meio do sistema informatizado foi possível gerar um levantamento, conferir os originais e emitir um relatório em PDF (enviado por e-mail ao solicitante no dia seguinte);

Exemplo 3: no dia 19 de novembro de 2008, foi atendida uma solicitação por telefone do Núcleo Ação Educativa. Com vistas à confecção e emissão de um certificado de curso organizado pelo setor, foi requisitado um certificado usado em 2005 em uma oficina similar para servir de modelo para a confecção de outro. Através da descrição e da data do evento foi possível encontrar o

documento, confirmar se era realmente o mesmo que fora solicitado, digitalizá-lo e enviar sua imagem por e-mail;

Exemplo 4: na tarde do dia 05 de junho de 2009, a Diretoria administrativa (que gerencia as atividades-meio da instituição em contraposição à Diretoria técnica, responsável pelas atividades finalísticas) solicitou uma informação relativa à data exata da mudança de um determinado valor cobrado pelo ingresso no Museu, que provavelmente havia ocorrido entre 2000 e 2003. Através da ferramenta de pesquisa do banco foi possível cruzar o intervalo de datas com a palavra-chave “ingresso”, que revelou um ofício que tratava do assunto e uma notícia retirada do diário oficial que revelava a data exata requisitada, bem como o número da resolução que a regulamentava.

Exemplo 5: na manhã do dia 20 de janeiro de 2010, o curador e pesquisador Tadeu Chiarelli enviou uma lista de exposições organizadas pela Pinacoteca do Estado das quais foi curador, e solicitou fotografias digitalizadas das mesmas. Também por meio do banco de dados foi possível completar a lista enviada com outras duas mostras mais antigas e localizar as fotografias digitalizadas da série registro fotográfico documental de exposições, enviadas posteriormente ao solicitante.

Os serviços apresentados acima fazem parte da rotina do setor e evoluíram nos últimos quatro anos, através da relação dinâmica existente entre a capacidade de processamento e resposta do sistema de gestão do arquivo e das demandas apresentadas pela instituição. É muito instrutivo notar que nem todas as requisições são exemplos adequados do serviço tradicionalmente atribuído aos arquivos.

É interessante notar que a distribuição do percentual de consultas internas (demandas da própria Pinacoteca) e externas (pesquisadores e consulentes desvinculados da instituição) se modificou ao longo dos últimos três anos. Em 2006 foram atendidas 47 demandas de pesquisas no setor, sendo 36 internas e 11 externas.

Já em 2008 essa proporção demonstra uma modificação perceptível, com o aumento relativo das consultas externas. Até outubro de 2008, foram

contabilizadas 125 consultas aos acervos do CEDOC, sendo que cerca de 40% delas provém de demandas externas.

Seria aceitável afirmar que esse aumento provavelmente encontra-se relacionado com a incorporação de novas funções ao setor, como a coleção temática de fundos de arquivo, o que certamente atraiu nova atenção aos serviços de informação prestados e dividiu o foco antes monopolizado pelo arquivo da instituição.

Além dessas funções tradicionalmente ligadas ao trabalho do arquivo permanente⁴⁰, o CEDOC procura desempenhar outras funções relacionadas ao papel de apoio administrativo, vinculado mais a uma função corrente⁴¹. Dentre essas funções estão esforços para padronização de procedimentos de trâmite e produção documental. O objetivo dessa proposta é padronizar e normalizar a produção, recepção, tramitação e utilização de documentos da instituição, racionalizando sua administração, simplificando procedimentos, otimizando a cooperação entre os setores e facilitando a troca de informações institucionais. A forma concebida pelo setor para realizar essa tarefa foi investigar a produção e circulação de documentos na instituição e, juntamente com representantes de todos os setores envolvidos, constituir novos parâmetros de avaliação para reformulação de formatos, conteúdos e circulação dos documentos da Pinacoteca do Estado, tornando-os mais adequados às necessidades jurídicas e administrativas da instituição. Também faz parte da iniciativa a idéia de formular um manual de procedimentos de produção e circulação documental (formulários padronizados - *templates* - e sistema de protocolo) e contribuir para o desenvolvimento de uma nova rotina institucional, mais apta a apoiar o desenvolvimento das atividades do Museu.

A criação e apresentação dessa proposta surgiram inicialmente de questões práticas envolvendo o arquivo da instituição, dentre as principais: a falta de padronização dos documentos e a dificuldade de encontrá-los durante seu processo de tramitação na instituição. Tal motivação também foi responsável em parte pela inclusão de funções de arquivo corrente nas

⁴⁰ Entende-se aqui arquivo permanente na acepção apresentada no *Dicionário de Terminologia Arquivística* (BELLOTTO & CAMARGO, 1996: 8).

⁴¹ Arquivo corrente na acepção apresentada no *Dicionário de Terminologia Arquivística* (BELLOTTO & CAMARGO, 1996: 6).

atividades tradicionais de arquivo permanente, especialmente no que diz respeito aos documentos produzidos e acumulados durante a realização das atividades-fim da instituição (atividades expositivas e educativas).

A Pinacoteca do Estado possui atualmente doze setores, que para a realização de suas atividades produzem e recebem inúmeros tipos de documentos. Estimativas do Centro de Documentação e Memória⁴² apontam para um volume anual de produção documental de cerca de 6 metros lineares (aproximadamente 40 caixas-arquivo padrão no sistema de acondicionamento adotado no arquivo permanente), sem contar os setores que não enviam regularmente documentos ao CEDOC e, portanto, não integraram adequadamente o cálculo da projeção (basicamente atividades de apoio: administração, finanças e recursos humanos). O volume de documentos gerados, acumulados e circulados no Museu, bem como a complexidade e especificidade das atividades realizadas por ele já justificariam uma reavaliação e readequação dos procedimentos de controle utilizados. A identificação de tal necessidade surgiu da observação da acumulação gradual de documentos provenientes de todos os setores e da demanda de serviços de localização e utilização documental desenvolvidos pelo CEDOC desde a sua criação. Dentre os principais problemas percebidos podemos citar:

1) Falta de padrão formal e de conteúdo nos documentos produzidos, que ocasiona:

- Fragilidade dos documentos no cumprimento de funções jurídicas e administrativas da instituição;
- dificuldade de identificação dos documentos;
- dificuldade de registro e recuperação das informações esperadas;
- repetição de trabalho na produção de documentos e no levantamento das informações que os compõe;
- falta de estabilidade e permanência dos documentos;
- subutilização de ferramentas automatizadas já existentes;

⁴² Relatório de condições de guarda e previsão de crescimento do acervo arquivístico, 01/11/2007. Acervo Cedoc / Pinacoteca do Estado de São Paulo.

- dificuldade de relacionamento entre os setores.

2) Controle ineficiente de recebimento e circulação da documentação, que ocasiona:

- Dificuldade de localização de documentos;
- repetição de rotinas de trabalho e funções entre alguns setores;
- subutilização de ferramentas automatizadas já existentes.

Para exemplificar de forma ilustrativa os problemas identificados pelo levantamento inicial, podemos citar os seguintes:

- Utilização de extensões de arquivo inadequadas para a produção de documentos digitais (*releases*, relatórios e atas são veiculados em arquivo “doc”, que são instáveis e inseguros, e não em PDF, como seria indicado);
- a produção e circulação de documentos digitais sem certificação e ou assinatura digital (o que pode ser facilmente resolvido com a implantação de um sistema institucional de assinaturas digitais) também prejudica a qualidade da circulação da informação e dos documentos;
- as informações utilizadas para preencher alguns documentos, como as fichas de obras, são comumente repetidas por mais de um setor;
- existem bases de dados com funções e características similares em mais de um setor, que poderiam ser centralizadas no DONATO⁴³ (sistema que, apesar de ainda não estar totalmente preparado, possui capacidade estrutural para contemplar demandas similares de diferentes setores). Formulários e relatórios bem construídos (com a colaboração

⁴³ DONATO é o nome do sistema de banco de dados do acervo artístico da Pinacoteca do Estado de São Paulo. Trata-se na verdade de uma base desenvolvida por vários profissionais de museus e pelo Museu Nacional de Belas Artes / RJ, cujo sistema é hoje utilizado por inúmeros museus brasileiros.

de todos os interessados) poderiam resolver definitivamente a padronização de recuperação de informação e da produção de documentos (o DONATO pode produzir a maioria dos documentos utilizados pelos principais setores técnicos do Museu de forma unificada, centralizada e padronizada - fichas de obras, listas de obras, laudos técnicos de conservação, etiquetas de obras, legendas de obras, recibos de obras, termos de doação de obras etc.);

- os termos de autorização de uso de imagem utilizados pelo Museu não são padronizados e não respaldam juridicamente nem a instituição e nem o usuário de alguns dos serviços prestados;
- faltam documentos para uma cessão de direitos imagéticos legalmente amparada (talvez fosse interessante uma consultoria jurídica para formatação definitiva de um ou mais documentos);
- faltam padrões técnicos para a produção de documentos importantes para o funcionamento do Museu. A documentação fotográfica das exposições realizadas é inconstante e possui (muitas vezes) formatação, técnica e conteúdos inadequados para sua utilização futura (publicações e curadoria);
- contratos e outros documentos importantes circulados sem controle protocolar correm o risco de extraviarem temporariamente dentro do Museu, dificultando sua localização quando necessários. O CEDOC recebe muitas cópias simples de contratos de exposição, mas raramente recebe os originais (apesar de comumente ser acionado para localizá-los). A centralização destes documentos ou uma descentralização controlada poderiam gerar grandes benefícios na sua localização e utilização.

3.4 Descrição e classificação do Fundo Pinacoteca do Estado

Mesmo com uma tendência inicial focada na recuperação de conteúdo e no tema da memória institucional, o arquivo foi organizado seguindo parâmetros metodológicos arquivísticos. Para tal foi concebido um quadro de classificação funcional, dadas as condições organizacionais da instituição. Segue a justificativa para essa opção, elaborada por Marcia Camargo, então coordenadora do setor:

Devido à grande diversidade administrativa e o elevado volume documental produzido e/ou acumulado no decorrer dos seus 100 anos de existência, optou-se pela elaboração de um quadro de arranjo que levasse em consideração essa diversidade. Para tanto, foi elaborado um quadro funcional, ou seja, que desse conta das diferentes funções desempenhadas pelos membros do corpo técnico da instituição para que suas atribuições pudessem ser desenvolvidas, independentemente da estrutura administrativa.⁴⁴

Apesar da proposta descrita acima, o primeiro quadro de classificação proposto possuía tanto características funcionais quanto estruturais, o que fez com que sua utilização mesclassem as duas tendências classificatórias, criando distorções tanto na atribuição de grandes atividades (Grupos) quanto na definição de funções menores (Subgrupos). Uma análise mais detalhada do quadro de arranjo utilizado (segue abaixo) também indica disparidades no uso do conceito de série⁴⁵. As séries aparecem algumas vezes definidas através da tipologia documental (BELLOTTO; CAMARGO, 1996: 74), associando a função à espécie do documento. Outras vezes as mesmas aparecem descritas apenas através de termos genéricos como correspondência, dossiê, *clipping* e fotografia, sem a vinculação necessária (HERRERA, 1988, p. 229) com o tipo

⁴⁴ Relatório do Sistema de Arranjo do Fundo Pinacoteca do Estado, dezembro de 2005. Acervo CEDOC / Pinacoteca do Estado de S. Paulo.

⁴⁵ Sobre a conceituação do termo, ver BELLOTTO, Heloísa Liberalli & CAMARGO, Ana Maria de Almeida (Coord.). Dicionário de Terminologia Arquivística. Associação dos Arquivistas Brasileiros - Núcleo Regional São Paulo / Secretaria de Estado da Cultura - Depto. de Museus e Arquivos, 1996. p. 69 e COOK, Michael; PROCTER, Margaret. Manual of Archival Description. Aldershot: Gower Publishing, 1989. p.17.

documental. Seria aparentemente confortável associar essa utilização mais abrangente e menos criteriosa do conceito de série documental a uma filiação terminológica com o glossário proposto pelo Conselho Nacional de Arquivos na NOBRADE⁴⁶; no entanto foram as dificuldades de definição funcional dos conjuntos documentais e a falta de tempo que prejudicaram a descrição nesse sentido.

Parte-se do princípio de que o uso da tipologia documental para a definição das séries é fundamental para uma abordagem de fato contextualizada do arquivo, o que garante a realização plena de sua vocação probatória. Para uma justificativa mais fundamentada desse ponto de vista, é interessante recorrer a Camargo:

Para realizar sua vocação probatória, e eis aqui outro fator que os distingue, os documentos de arquivo aspiram à monossemia e à estabilidade de sentido. Daí a economia que preside a feitura de espécies e tipos documentais: o apego a convenções dotadas de grande força ilocucionária, o recurso a fórmulas redutoras de ambigüidade, a explicitação das circunstâncias em que foram produzidos. Pode-se mesmo afirmar que os documentos de arquivo promovem, via de regra, o entendimento literal de seu conteúdo, até quando adotam formas discursivas ou discricionárias.

(CAMARGO, 2003: 12).

Para melhor entender as dificuldades e problemas encontrados na classificação do Arquivo Permanente da Pinacoteca, serão apresentadas a primeira versão adotada e as sugestões de modificações que a seguiram.

1ª Versão do Quadro de Arranjo do Fundo Pinacoteca do Estado⁴⁷

Grupo: 01 - Grupo Diretoria

01.00.01 - Série Livros de Assinatura (Livro de Ouro)

⁴⁶ NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. p. 16.

⁴⁷ Relatório do Sistema de Arranjo do Fundo Pinacoteca do Estado, dezembro de 2005. Acervo CEDOC / Pinacoteca do Estado de S. Paulo.

- 01.00.02 - Série Fotografias
- 01.00.03 - Série Livros de Registro de Certificados
- 01.00.04 - Série Atas do Conselho de Orientação Artística
- 01.00.05 - Série Relatório de Visitação
- 01.00.06 - Série Relatórios de Atividades
- 01.00.07 - Série Dossiês
- 01.00.08 - Série Correspondências
- 01.00.09 - Série Pareceres para Aquisição
- 01.00.10 - Série Atas de Reunião de Coordenadores
- 01.00.11 - Série Relatórios de Auditoria
- 01.00.12 - Série Livros de Atas

Grupo: 02 - Grupo Assessoria de Imprensa

- 2.00.01 - Série *Clipping*
- 2.00.02 - Série *Release*
- 2.00.03 - Série Fotografia
- 2.00.04 - Série Correspondência

Grupo: 03 - Grupo Administração

- 03.00.01 - Série Processo de Empréstimo de Obras
- 03.00.02 - Série Processo de Empenho
- 03.00.03 - Série Processo de Doação
- 03.00.04 - Série Processos Administrativos de Pessoal
- 03.00.05 - Série Processo de Autorização de Despesas
- 03.00.06 - Série Processo de Compras
- 03.00.07 - Série Processo de Solicitação de Verbas
- 03.00.08 - Série Processo de Prestação de Contas
- 03.00.09 - Série Processo de Solicitação de Serviços, Pesquisas e Elaboração de Cursos
- 03.00.10 - Série Processo de Seguro Patrimonial
- 03.00.11 - Série Processo de Tombamento
- 03.00.12 - Série Inventário de Bens
- 03.00.13 - Série Processo de Reprodução de Obras
- 03.00.14 - Série Processo de Manutenção

- 03.00.15 - Série Processo de Permuta
- 03.00.16 - Série Processo de Transferência
- 03.00.17 - Série Processo de Realização de Exposições
- 03.00.18 - Série Livro de Visitação
- 03.00.19 - Série Livro de Registro de Empenho e Despesas
- 03.00.20 - Série Livro de Ponto
- 03.00.21 - Série Livro de Tombo
- 03.00.22 - Série Livro de Controle de Reprodução Fotográfica do
Acervo
- 03.00.23 - Série Livro de Controle de Empréstimo de Obras
- 03.00.24 - Série Livro de Registro de Contratados
- 03.00.25 - Série Livro de Controle do Cofre
- 03.00.26 - Série Livro de Ocorrência
- 03.00.27 - Série *Clipping*
- 03.00.28 - Série Correspondência
- 03.00.29 - Série Recibo de Obras
- 03.00.30 - Série Apólice de Seguros
- 03.00.31 - Série Dossiê
- 03.00.32 - Série Planta

Grupo: 04 - Grupo Museologia

Subgrupo: 04.01 - Exposições Temporárias

- 04.01.01 - Série *Book* de Exposição
- 04.01.02 - Série Fotografia
- 04.01.03 - Série Livro de Visitação
- 04.01.04 - Série Correspondência
- 04.01.05 - Dossiê
- 04.01.06 - Série Recibo de Devolução de Obras
- 04.01.07 - Série Relatório de Atividade

Subgrupo: 04.02 - Exposições Permanentes

- 04.02.01 - Série Livro de Visitação de Exposições Circulantes
- 04.02.02 - Série Dossiê
- 04.02.03 - Série *Book* de Exposição
- 04.02.04 - Série Correspondência

04.02.05 - Série Relatório de Atividades

Subgrupo: 04.03 - Montagem de Exposições

04.03.01 - Série Fotografia

04.03.02 - Série Dossiê

04.03.03 - Série Recibo de Devolução de Obras

Subgrupo: 04.04 - Pesquisa e Documentação Artística

04.04.01 - Série Correspondência

04.04.02 - Série Dossiê

Grupo: 05 - Grupo Atividade Educacional

Subgrupo: 05.01 - Monitoria

05.01.01 - Série Correspondência

05.01.02 - Série Dossiê

05.01.03 - Série Livro de Atividades

05.01.04 - Série Folheto

05.01.05 - Série Apostila

05.01.06 - Série Planilha de Visitas e Agendamentos

Subgrupo: 05.02 - Cursos

05.02.01 - Série Correspondência

05.02.02 - Série Dossiê

05.02.03 - Série Fotografia

Subgrupo: 05.03 - Atendimento a Portadores de Necessidades Especiais

05.03.01 - Série Catálogo

Subgrupo: 05.04 - Inclusão Sócio-Cultural

05.04.01 - Série Dossiê

05.04.02 - Série *Folder*

05.04.03 - Série Fotografia

Subgrupo: 05.05 - Apoio Pedagógico

05.05.01 - Série Projeto

05.05.02 - Série Dossiê

Grupo: 06 - Centro de Documentação

06.00.01 - Série Correspondência

06.00.02 - Série Fotografia

Na classificação acima apresentada ficam claros vários problemas e distorções conceituais. Além da falta de tipificação de várias séries, também existe uma confusão entre denominações de cunho estrutural, referenciando setores da instituição, como o grupo Diretoria e o grupo Centro de Documentação, e outros de natureza funcional, como o grupo Museologia. No caso do grupo Atividade Educacional, apesar de nomear competentemente uma função, são vinculados a ele subgrupos que representam exatamente programas desenvolvidos pelo setor no Museu, de forma estrutural. Através das séries documentais agregadas aos grupos e subgrupos é possível notar que, apesar da formatação aparentemente funcional do arranjo, sua utilização se deu basicamente como estrutural.

Além da questão estrutural, o volume de divisões e subdivisões do arranjo torna-o administrativamente complicado para a gestão do arquivo. A grande dificuldade de classificação parece ser resultado da falta de representatividade no organograma atual da instituição, algo que um quadro funcional enxuto deveria facilmente demonstrar. De fato, existe certa pressão por autoidentificação de alguns setores da Pinacoteca e, apesar de inadequada, ela pode influenciar algumas tomadas de decisão do corpo técnico do arquivo. Tal manifestação tem um lado positivo, pois demonstra expectativa e interesse institucional nas atividades de arquivo (algo bastante raro). No entanto, seu resultado pode não ser benéfico, pois a complexidade conceitual de um arranjo funcional pode gerar frustrações de representatividade, dificultando politicamente atividades do arquivo que dependam de outras áreas da instituição, como recolhimento e padronização documental. Para melhor visualizar a problemática envolvendo a antiga classificação e as propostas de modificação existentes, segue um modelo do organograma atual da instituição:

- Diretoria Técnica
 - Relacionamento e Comunicação
 - Gerenciamento Documental do Acervo
 - Pesquisa em Crítica e História da Arte
 - Restauro e Conservação

- Ação Educativa
 - Biblioteca
 - Centro de Documentação e Memória
 - Produção e Expografia de Exposições
- Diretoria Administrativa
 - Recursos Humanos e Atendimento ao Público
 - Administração e Finanças
 - Administração dos Edifícios e Serviços
 - Projetos e Captação de Recursos
 - Informática

É importante ter em mente que a estrutura da Pinacoteca se expandiu muito nos últimos quatro anos, mediante a contratação de novos profissionais e o desenvolvimento de áreas técnicas e de apoio, praticamente inexistentes antes de sua transformação em organização social de cultura (dezembro de 2005). Dentre os novos setores organizados nesse período estão o próprio Centro de Documentação, o Núcleo de Recursos Humanos, a Informática e o Núcleo de Relacionamento e Comunicação. Essa abrupta mudança traz um triplo desafio para a classificação do arquivo permanente. Primeiramente, todas essas crescentes e dinâmicas atividades (algumas absolutamente novas na estrutura do museu) devem ter suas funções e, conseqüentemente, sua materialização documental representadas no esquema de classificação proposto. E, segundo, toda a massa documental acumulada em mais de cem anos de atividades deve igualmente estar bem representada e compreendida no sistema de classificação escolhido, possibilitando uma seriação cumulativa e contínua de tipos documentais (espécie + função documental - BELLOTTO; CAMARGO, 1996) através das inúmeras mudanças administrativas e estruturais vividas pela instituição. Em terceiro, por fim, terceiro, todas as funções e atividades, tanto as antigas quanto as novas, devem se relacionar harmônica e organicamente quando seus resquícios materiais se encontrarem no arquivo.

Outro problema grave em relação às séries foi o uso indiscriminado do recurso dos dossiês para descrever de forma individual conjuntos de

documentos com temática comum. Tal utilização subverte o único conceito tecnicamente aceito de dossiê, que se baseia na reunião de documentos diferentes, produzidos e acumulados através de um mesmo evento, aqui entendido como um acontecimento de recorte temático e temporal específico (início e fim). O conceito de dossiê apontado no *Dicionário de terminologia arquivística*⁴⁸ (BELLOTTO; CAMARGO, 1996: 32) tem um sentido mais genérico, mas contempla essa utilização conceitual mais específica. Mesmo assim, seu uso na descrição documental arquivística deve ser muito comedido, pois se corre o risco de criar sobreposição conflituosa de critérios de descrição. Por exemplo: a opção por uma série de dossiês de lançamentos de livros (composta por convites, *releases*, registro fotográfico do evento, orçamentos de coquetel etc.) poderia conflitar com uma descrição seriada tradicional. No entanto, no caso de instituição cuja atividade-fim é a difusão cultural, o agrupamento e recuperação desses documentos segundo os eventos que os gerarão podem representar enorme facilidade e agilidade no atendimento de demandas informativas institucionais e de pesquisadores (focos do serviço do arquivo permanente).

Conforme colocado, apesar de às vezes facilitador, o uso desse recurso deve ser comedido e restrito apenas a casos específicos de sólida demanda de informação institucional. Um exemplo é o caso dos *books* (dossiês de exposições), cuja separação seriada em tipos documentais poderia complicar demasiadamente a consulta e recuperação física dos documentos, uma vez que tais conjuntos são foco de mais de 60% das consultas efetuadas no arquivo do museu e o assunto procurado é sempre uma ou várias exposições. A solução encontrada pelo CEDOC foi a inclusão dos dossiês de exposição através de uma ficha de registro específica, mas com a descrição de tipos e espécies documentais em um campo determinado “Descrição de conteúdo”. Através dessa ferramenta é possível recuperar informações do evento e dos tipos documentais vinculados.

Em fins de 2007, a equipe técnica do CEDOC iniciou estudos para uma segunda versão de arranjo para o Arquivo da Pinacoteca do Estado (ver

⁴⁸ “Unidade documental em que se reúnem informalmente documentos de natureza diversa, para uma finalidade específica”.

abaixo). Apesar de possuir divisões com nomenclaturas mais adequadas, a proposta de classificação funcional expandia demasiadamente as subdivisões funcionais das atividades da instituição, aproximando-se muito de seu organograma atual.

1ª Proposta de modificação do Quadro de Arranjo do Fundo Pinacoteca do Estado⁴⁹

Grupo: 01 - Gestão Institucional

Grupo: 02 - Divulgação e Assessoria de Imprensa

Grupo: 03 - Recursos Humanos

Grupo: 04 - Gerenciamento Financeiro

Grupo: 05 - Pesquisa e Expografia

Subgrupo: 05.01 - Curadoria

Subgrupo: 05.02 - Exposições Temporárias

Subgrupo: 05.03 - Exposição do Acervo Permanente

Subgrupo: 05.04 - Montagem de Exposições

Grupo: 06 - Gestão do Acervo Artístico

Subgrupo: 06.01 - Registro e Tramitação de Obras

Subgrupo: 06.02 - Público Visitante

Grupo: 07 - Ação Educativa

Subgrupo: 07.01 - Atividades de Apoio Pedagógico

Subgrupo: 07.02 - Atividades de Monitoria de Exposições

Subgrupo: 07.03 - Atividades de Inclusão Sociocultural

Subgrupo: 07.04 - Atividades de Atendimento a Portadores de
Necessidades Especiais

Grupo: 08 - Conservação e Restauração do Acervo Artístico

Grupo: 09 - Gestão do Acervo Arquivístico e Documental

Grupo: 10 - Gestão do Acervo Bibliográfico

⁴⁹ Proposta concebida pela equipe técnica do Centro de Documentação e Memória em fins de 2007. Atualmente a equipe do CEDOC é composta por dois técnicos: Rosana Leite e Gabriel Moore, e um estagiário: Gustavo Aquino dos Reis.

É possível analisar que novamente fica aparente a dificuldade de ultrapassar a questão da nomenclatura das atividades e sub-atividades, aproximando-se de fato de uma classificação funcional. Outro risco notado durante a avaliação dessa proposta de classificação foi uma tendência de começar a pensar o arranjo através de grandes funções, mas continuar a tratar a classificação das séries de forma estrutural, atendo-se erroneamente apenas aos vínculos de produção e acumulação internos da instituição. Com a intenção de resolver o insistente vínculo estrutural apresentado na 1ª proposta, optou-se por estudá-la novamente, apesar dos avanços realizados na denominação de algumas atividades.

2ª Proposta de modificação do Quadro de Arranjo do Fundo Pinacoteca do Estado⁵⁰

Grupo: 1. Gestão Institucional

Grupo: 2. Gestão Administrativa

Subgrupo: 2.1 Gestão Financeira

Subgrupo: 2.2 Manutenção e Administração Predial

Subgrupo: 2.3 Gestão de Pessoal

Subgrupo: 2.4 Comunicação

Grupo: 3. Difusão e Preservação Cultural

Subgrupo: 3.1 Atividades Educativas

Subgrupo: 3.2 Atividades Expositivas

Subgrupo: 3.3 Gestão do Acervo Artístico

Subgrupo: 3.4 Conservação e Restauração de Obras de Arte

Subgrupo: 3.5 Gestão do Acervo Bibliográfico

Subgrupo: 3.6 Gestão do Acervo Arquivístico e Documental

A nova proposta apresenta-se mais econômica e melhor alinhada com a proposta de arranjo funcional, mas ainda carrega alguns desafios de ordem prática em sua aplicação. A manutenção do Grupo Gestão Institucional revela a dificuldade da opção por uma separação primária entre atividade-fim (Grupo

⁵⁰ Concebida pela equipe técnica do CEDOC em 2008.

Difusão e Preservação Cultural) e atividade-meio (Grupo Gestão Administrativa), pois possibilita a vinculação de séries documentais que englobam questões-chave das duas grandes atividades. Principalmente aquelas relativas à gestão geral do Museu, como por exemplo: Atas de Reuniões de Diretores e Coordenadores, Relatórios Anuais de Atividades e Planos Anuais de Gestão.

O grande desafio para a criação de uma classificação praticamente viável é o equilíbrio entre o uso de poucas e abrangentes funções (permite a simplificação formal da classificação e possui um alto índice de representatividade geral) e o desmembramento específico de atividades e sub-atividades (permite uma representatividade mais próxima da complexidade das atividades da organização). Com o uso exagerado de funções genéricas e excessivamente abrangentes corre-se o risco de simplificar em demasia a representação funcional das atividades, artificializando sua caracterização e dificultando o reconhecimento das especificidades da instituição no instrumento de classificação. Já no caso do desmembramento e individualização de atividades cada vez mais específicas pode-se criar uma ferramenta exageradamente complexa e de aplicação pouco prática, além do risco de aproximar-se demasiadamente de uma organização estrutural do arranjo. Outro risco para esse tipo de abordagem é o aumento das chances de sobreposição de funções e atividades, o que dificultaria a classificação das séries documentais.

O aprimoramento do sistema de classificação escolhido poderia passar pelo levantamento exaustivo de um quadro de funções e sub-funções atuais do Museu, que poderia revelar nuances significativas dentro do conjunto de suas e auxiliar em uma classificação mais adequada e na tarefa de descrição das séries documentais (dificuldade explicitada no uso incorreto de termos como fotografia, correspondência e dossiês), como o proposto por André Porto Ancona Lopez em *Tipologia Documental de partidos e associações políticas brasileiras*. Segundo ele:

O resultado mais significativo do estabelecimento do quadro de funções é a possibilidade de visualizar o modo de implantação da tipologia documental nas

atividades de arranjo e descrição de um fundo arquivístico. O quadro permite traçar a correspondência entre a entidade e o fundo, entre o nível hierárquico e o grupo, entre o organismo e o subgrupo e, quando aplicado em um caso concreto, entre o tipo documental e a série.

(LOPEZ, 1999: 90)

3.5 O Banco de Dados do Centro de Documentação e Memória

O banco de dados do CEDOC teve seu desenho e programação iniciados em maio de 2005, tendo sido finalizado no início de 2006 (primeira versão). Para tal foram contratados um consultor da área de arquivos (André Oliva Teixeira Mendes) e um programador (Luiz Souza). Em outubro do mesmo ano iniciei minha participação no trabalho focado na alimentação da base de dados, e gradualmente substituí o consultor (o fim de sua consultoria se deu no início de 2006) no diálogo com o programador.

Ao longo de 2006 e 2007 foram inseridas novas ferramentas administrativas no banco de dados, que sanaram lacunas e falhas identificadas durante o seu uso como principal ferramenta de recuperação de informações do arquivo. Nessa primeira fase do processo de informatização o banco operava em plataforma Microsoft Access 2000.

Em novembro de 2007, foi iniciada a migração da antiga base para uma nova plataforma em MySQL (apenas a estrutura foi migrada e a interface visual continuou sendo realizada através do Microsoft Access 2003). Junto com a migração de conteúdo e estrutura do banco de dados anterior foram projetadas e previstas novas ferramentas de administração que contemplam a possibilidade de criação customizada de fichas de descrição, a inserção de um número ilimitado de fundos e coleções documentais no sistema de classificação e a anexação de documentos digitais às fichas de descrição (arquivos de imagem – JPEG, TIFF, PDF e PDF(A) entre outras extensões, arquivos de som – WAVE, WMA e MP3 e arquivos de vídeo – AVI, WMA e MP4).

Além das mudanças implementadas foram projetadas outras ferramentas e soluções para otimizar o alcance do sistema de recuperação de informações proposto e integrar a gestão documental do arquivo permanente com as outras fases ou idades da documentação gerada e acumulada pela instituição. Tais estudos e experiências estão sendo colocados em prática através do projeto de desenho e concepção de um novo banco de dados para acesso virtual, utilizando a plataforma MySQL⁵¹ como sistema de gerenciamento e ASP⁵² ou PHP⁵³ como interfaces para Internet. O novo banco de dados será estruturalmente mais simples que o anterior, diminuindo o tempo de alimentação e facilitando a administração do sistema. Sua estrutura pode ser resumida da seguinte forma:

1. Campos de informação 1 ao 16: Área de Identificação e Contextualização

1	2	3	4
Fundo /Coleção	Fundo	Função	Subfunção
Seleção de índice fechado (Fundo ou Coleção) - até 50 caracteres (se selecionado "Coleção", fecham-se os campos 2, 3, 4 e 5 e abre-se o campo 16: "Coleção"	Seleção de índice aberto - até 50 caracteres	Seleção de índice aberto - até 50 caracteres	Seleção de índice aberto - até 50 caracteres

⁵¹ MySQL é um sistema de gerenciamento de banco de dados que utiliza a linguagem SQL (Linguagem de Consulta Estruturada, do inglês *Structured Query Language*) como interface. É um dos sistemas de bancos de dados mais utilizados atualmente.

⁵² ASP, abreviação de *Active Server Pages*, é uma estrutura de programação utilizada para a geração de conteúdo dinâmico na Internet (construção de sítios eletrônicos).

⁵³ PHP ou *Hypertext Preprocessor* é uma linguagem de programação de computadores utilizada também para gerar conteúdo dinâmico na Internet (construção de sítios eletrônicos).

5	6	7	
Atividade	Série	Data início (c/ botão de atribuída)	Data fim (c/ botão de atribuída)
Seleção de índice aberto - até 50 caracteres	Seleção de índice aberto - até 100 caracteres	Dia, mês e ano com preenchimento independente (00/00/0000)	Dia, mês e ano com preenchimento independente (00/00/0000)

8		9	10
Responsabilidade	Tipo de responsabilidade	Evento	Local
Campo livre com possibilidade de preenchimento de mais de um termo em separado. Dependente da seleção do campo "Tipo de responsabilidade"	Seleção de índice aberto - até 50 caracteres (autor, diretor, curador, organizador, artista, tradutor, ilustrador etc.)	Seleção de índice aberto - até 100 caracteres	Campo livre até 100 caracteres - local de produção ou ocorrência

11	12	13	14
Gênero documental	Forma	Observações gerais	Documento anexo
Seleção de índice aberto - até 50 caracteres (textual, iconográfico, sonoro, audiovisual, cartográfico etc.)	Seleção de índice aberto - até 50 caracteres (cópia, original, minuta etc.)	Campo livre - memorando	Documentos múltiplos de formatos variados (PDF, JPEG, TIFF, MP3, MP4, WAVE etc.)

15	16
Idioma	Coleção (ver campo 1)
Seleção de um ou mais termos de índice aberto - até 50 caracteres (português, inglês, alemão, francês etc.)	Seleção de índice aberto - até 50 caracteres

2. Campos de informação 17 ao 28: Área de Gestão

17	18		19
Localização	Restrição de acesso	Tipo de restrição	Notação
Formatos padronizados (modelo Cedoc). Máscaras diferenciadas para cada forma de acondicionamento/suporte	Campo seleção botão (sim /não)	Seleção de índice aberto - até 50 caracteres	Formato padronizado (representação sintética do arranjo)

20	21	22	23
Número de ordem	Condições de conservação	Observações de conservação	Histórico de utilização
Formato padronizado (nº de inventário museológico)	Seleção de índice aberto - até 50 caracteres (ótimo, bom, regular, ruim e péssimo)	Campo livre - memorando	Campo livre - memorando

24	25	26
Número de registro	Nível de descrição	Título / Descrição sintética
Campo livre - até 50 caracteres (numeração pré-existente ou número de registro externo (tombo))	Seleção de índice fechado (Conjunto ou Documento) - até 50 caracteres (cores de fundo das fichas diferentes para um e outro)	Campo livre - até 100 caracteres. Dependente do nível de descrição: caso seja "conjunto" o título será a série e se for "documento" deverá ser elaborada descrição baseada na espécie documental/conteúdo

27	28
Temporalidade	Guarda
Seleção de índice aberto - até 50 caracteres (5 anos). Vinculado com o campo "Série" e com o campo "Data". Relação com o campo "Restrição de acesso"	Seleção de índice fechado (Permanente ou Temporário) - até 50 caracteres. Vinculado ao campo "Temporalidade"

3. Campos de informação 29 ao 32: Área de Descrição física

29	30	31	32
Suporte	Técnica / Detalhe do suporte	Número de documentos	Informações pré-existent
Seleção de um termo de índice aberto - até 50 caracteres	Seleção de índice aberto - até 50 caracteres (negativo, papel jornal, diapositivo etc.). Vinculado ao campo "Suporte"	Campo livre numérico - até 5 caracteres	Campo livre - memorando

4. Campos de informação 33 ao 38: Área de Descrição de conteúdo

33	34	35
Descrição de conteúdo	Índice de Assuntos	Índice Onomástico
Campo livre - memorando	Seleção de um ou mais termos de índice aberto - até 50 caracteres por termo	Seleção de um ou mais termos de índice aberto - até 50 caracteres por termo

36	37	38
Índice Geográfico	Índice de obras	Índice de eventos
Seleção de um ou mais termos de índice aberto - até 50 caracteres por termo	Seleção de um ou mais termos de índice aberto - até 50 caracteres por termo	Seleção de um ou mais termos de índice aberto - até 50 caracteres por termo

5. Ferramentas de recuperação e administração

1	2	3
Busca simples	Busca avançada	Relatórios
Coleção/Fundo/Referência, palavras-chave cruzadas (até três termos), gênero documental e data	Utilização combinada de um ou mais campos de informação das fichas de registro	Formatação a partir da seleção dos campos de informação das fichas de registro. Geração em PDF, Doc. ou Excel

4	5	6
Restrição de acesso	Temporalidade	Auditoria interna
Ocultamento da ficha (acionamento do botão "Restrição de acesso) para o usuário não qualificado	Ocultamento da ficha (com base no campo "Data" e no campo "Série")	Log de registros de ações dos usuários com autorização para modificar a tabela de registros

6. Ficha de registro de informação referenciada

1	2	3	4
Tipo de referência	Subtipo de referência	Responsabilidade	Tipo de responsabilidade
Seleção de índice aberto - até 100 caracteres (obra, evento e documento)	Seleção de índice aberto - até 50 caracteres (Exposição, lançamento de livro, carta, processo etc.). Dependente do preenchimento do campo "Tipo de referência"	Campo livre com possibilidade de preenchimento de mais de um termo em separado. Dependente da seleção do campo "Tipo de responsabilidade"	Seleção de índice aberto - até 50 caracteres (autor, diretor, curador, organizador, artista, tradutor, ilustrador etc.)

5	6	7	8
Data início (c/ botão de atribuição)	Data fim (c/ botão de atribuição)	Local de produção / ocorrência	Localização física / fonte
Dia, mês e ano com preenchimento independente (00/00/0000)	Dia, mês e ano com preenchimento independente (00/00/0000)	Seleção de índice aberto - até 50 caracteres (São Paulo, Rio de Janeiro etc.)	Campo livre - memorando

7. Ficha de cadastro do usuário

1	2	3	4	5
Nome completo	Instituição	RG	Contato	Solicitação / interesse
Campo livre - até 100 caracteres	Campo livre - até 100 caracteres	Campo livre - até 15 caracteres	Campo livre - até 25 caracteres	Campo livre - memorando

6	7	8
Status	Observação	Atendente
Seleção de índice fechado (Atendido, Em andamento e Não atendido) - até 50 caracteres	Campo livre - memorando	Seleção de índice aberto - até 50 caracteres

A utilização de um sistema informatizado para a gestão, descrição e recuperação de informação do arquivo possibilita a racionalização de inúmeros procedimentos. Dentre os principais podemos citar os controles de reprodução, rotinas de conservação, temporalidade, avaliação e descarte, restrição de acesso e sistemas de ordenação e localização físicas do Arquivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: ARQUIVO, BANCOS DE DADOS E SISTEMAS DE GESTÃO E INFORMAÇÃO: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS NECESSÁRIOS

Dos anos 1980 até os dias atuais, os sistemas de bancos de dados passaram a assumir uma conotação muito mais ampla e abrangente em termos de função e aplicação nas organizações. Parte primordial e epicentro (e até mesmo sinônimo, dependendo da amplitude conceitual utilizada) dos chamados sistemas de informação, o banco de dados passará a desempenhar um papel centralizador no processamento e armazenamento de grande parte das atividades organizacionais e de seus produtos e subprodutos. A tendência pela busca de sistemas integrados cada vez mais complexos e abrangentes parece partir da formatação do grande mercado de capitais, que demanda uma escalada das chamadas vantagens competitivas das organizações.

Para entender o alcance das propostas de sistemas de informação é necessário também conhecer o uso que Turban faz do conceito de gestão do conhecimento, que seria a síntese da ideia desses tipos de sistema dentro de uma organização. Para ele, a gestão do conhecimento deve ser entendida como uma forma de computação colaborativa, como

(...) um processo que ajuda as empresas a identificar, selecionar, organizar, distribuir e transferir informação e conhecimento especializado que fazem parte da memória da empresa e que normalmente existem dentro dela de forma não estruturada.

(TURBAN, 2004: 326)

A estruturação do conhecimento defendida pelo autor nada mais é do que a organização da informação de cunho institucional, que tem sua origem no arquivo. Trata-se da reivindicação de uma ferramenta baseada no conhecimento institucional para a resolução de problemas e necessidades da organização. Em outra passagem, o autor explicita ainda mais claramente esse conceito:

A estruturação do conhecimento permite a resolução eficaz e eficiente de problemas, aprendizado dinâmico, planejamento estratégico e tomada de decisão.

(TURBAN, 2004: 326)

É interessante notar que tanto para Turban quanto para outros autores (TERRA, 2002; LAUDON, 2007) os sistemas de informação utilizados em uma organização surgem das necessidades funcionais específicas de seus setores, podendo ser classificados através de sua estrutura organizacional e por áreas funcionais (TURBAN, 2004: 63 e 64).

Para entender o que são sistemas de informação, seu alcance e aplicabilidade na organização moderna, é necessário compreender basicamente o conceito de tecnologia da informação. Segundo Laudon, a tecnologia da informação pode ser entendida como a estrutura técnica necessária, ou todo o aparato de *hardware* e *software* necessários para alcançar os objetivos organizacionais de uma empresa. Já os sistemas de informação são mais complexos, envolvem a tecnologia da informação como meio e ferramenta para a criação de redes complexas de circulação e validação de informação, podendo ser definidos como:

Um conjunto de componentes inter-relacionados que coletam, processam, armazenam e distribuem informação destinada a apoiar a tomada de decisões, a coordenação e o controle de uma organização.

(LAUDON, 2007: 9)

O princípio dos sistemas de informação é a resolução de problemas organizacionais e a racionalização de seus processos. Segundo o autor, eles devem ser compreendidos dentro da organização sob duas perspectivas básicas. Primeiro, como sistemas de informação e validação que apóiam funções específicas da organização: vendas, produção e logística. (LAUDON,

2007: 42) Segundo, como sistemas mais abrangentes voltados para grupos de usuários: sistemas de processamento de transações e sistemas de informações gerenciais de apoio à decisão (LAUDON, 2007: 47).

Sistemas diversos podem ser vinculados em aplicativos integrados, superando o problema da fragmentação informativa e processual no âmbito institucional. Os sistemas integrados também são chamados de sistemas de planejamento de recursos empresariais, ou ERP na sigla em inglês (Enterprise Resources Planning). O autor reforça que os sistemas integrados de informação "se fundamentam em uma suíte de módulos de *software* integrados e um banco de dados central comum" (LAUDON, 2007: 244).

A tendência na abordagem de sistemas de informação por autores vinculados às áreas de administração e tecnologia da informação é o foco ferramental, furtando-se eles a uma discussão mais aprofundada sobre a natureza, as tipologias de informação e os processos envolvidos em uma proposta de tal magnitude. É aí que residem os principais problemas conceituais para a aplicação e implantação desses sistemas. Parte-se do princípio de que a chamada "informação organizacional" possui uma coerência estrutural facilmente padronizável. No entanto, tal ideia congrega os mais diferentes tipos de informação que, por sua vez, requerem abordagens metodológicas específicas. O grande desafio reside em uma integração de sistemas que garanta a manutenção da coerência e das especificidades inerentes às informações que compõem as diversas bases de dados da instituição.

A tendência atual do mercado de tecnologia da informação aplicada foca parte de suas apostas em plataformas de gestão integrada em rede, particularmente na área identificada como gestão do conhecimento. É o caso dos chamados portais de conhecimento corporativo. Segundo José Cláudio Cyrineu Terra, tais ferramentas seguem os passos dos portais do mercado de massas e se tornarão parte integrante do trabalho e da vida dos funcionários das grandes corporações. Para o autor, esses portais são plataformas avançadas que:

(...) não oferecem apenas o acesso à informação estruturada e não estruturada. Elas

(i) personalizam o acesso à informação; (ii) automatizam e aperfeiçoam os ciclos complexos de decisão de trabalhadores de conhecimento; e (iii) podem criar níveis mais profundos de colaboração entre os funcionários.

(TERRA; GORDON, 2002: XIX e XX)

Essas plataformas interativas não passam de grandes bancos de dados interativos integrados, acessíveis via rede interna ou externa. A título de exemplo, podemos analisar as sete categorias indicadas pelo autor para a seleção e o desenvolvimento dessas plataformas de comunicação (TERRA; GORDON, 2002: 183):

- integração de aplicação e componentes;
- ambiente de desenvolvimento;
- gestão, manutenção e monitoramento;
- arquitetura de sistemas;
- desempenho;
- segurança;
- futuro do fornecedor e evolução da plataforma.

Os requisitos elencados também são adequados e pertinentes para a avaliação de sistemas e *softwares* de bancos de dados.

Chamadas de sistemas de gestão de conteúdo corporativo ou de portais de conhecimento corporativo, tais ferramentas almejam o mesmo objetivo: dinamizar e acelerar o fluxo de informação institucional dentro da organização. No entanto, ambas padecem do mesmo erro ao simplificar o tratamento e as especificidades da informação no ambiente institucional. Parece que a ânsia de inovação e a falta de método e rigor conceitual são marcas comuns em abordagens teóricas voltadas para ferramentas de negócio. A constante lacuna de método complica até mesmo a análise comparativa de algumas dessas obras, uma vez que é raro o esforço para a definição conceitual de termos e objetos utilizados, mesmo quando o autor os concebeu e utiliza em primeira mão.

O uso e a avaliação de sistemas de *workflow* (“ferramenta que tem por finalidade automatizar processos, racionalizando-os e aumentando a produtividade por meio de dois componentes: organização e tecnologia”⁵⁴) também podem trazer importantes pistas sobre a forma de organização de processos e atividades nas organizações privadas de médio e grande porte. Segundo Tadeu Cruz:

No início, *workflow* era apenas um conceito, desenvolvido por pesquisadores acadêmicos, que buscaram entender os desafios do trabalho nas organizações e, por isso, desenvolveram princípios que visavam integrar de forma cooperativa as pessoas nas operações do dia-a-dia existentes em qualquer organização, a fim de que pudessem trabalhar melhor, e em grupo, na execução das suas tarefas diárias.

(CRUZ, 2006: 37)

Esta ingênua iniciativa, que objetivava facilitar o trabalho cooperativo nas organizações, terminou por se transformar em uma ferramenta de automação de processos com potencial para modificar radicalmente a concepção arquivística de documentos gerados pelas atividades humanas. Talvez aqui esteja uma das possíveis explicações para o fato de que, quando se fala em gestão de informação organizacional na bibliografia especializada de tecnologia da informação, gestão de conhecimento ou sistemas de informação, o arquivo em sua formatação tradicional raramente é mencionado.

A automação dinâmica de processos possibilitou a conversão de documentos em informação eletrônica, despojando-os de qualquer referencial de suporte que não seja o próprio sistema, e frustrando tentativas de circunscrição e isolamento de um possível documento para guarda estável de médio e longo prazo. Apesar de tais sistemas de processos informatizados estarem focados prioritariamente em atividades de apoio operacional, existe uma tendência, já qualificada por diversos autores (CRUZ, 2006; SILVA & SILVA FILHO, 2005; DAVENPORT, 1994; REZENDE, 2008, entre outros), para

⁵⁴ CRUZ, 2006: 191.

a automação de atividades de nível gerencial e estratégico, que incidiriam diretamente sobre a produção de documentos de grande capacidade sintética relacionados às atividades-fim das organizações (mais comumente classificados como de guarda permanente).

Ironicamente, Tadeu Cruz assinala, em sua obra *Uso e desuso de sistemas de workflow* (2006), a dificuldade de obtenção de sucesso na implantação desses complexos sistemas de automação de processos. Para o autor, são dois os principais problemas que afligem projetos desse teor: dificuldade de mudança da cultura organizacional e falta de metodologias adequadas para a análise e modelagem de processos de negócios (CRUZ, 2006: 172). Segundo ele, o foco dos dois problemas são as dificuldades enfrentadas pelos profissionais que atuam como analistas de processos de negócios (antiga área de organização & métodos), que não conseguem *documentar* (grifo nosso) adequadamente os processos existentes e implantar mudanças funcionais e duradouras (novos processos automatizados).

Parece que o arquivista pode desempenhar um relevante papel também na resolução de parte dessas dificuldades, uma vez que possui perspectiva privilegiada e abrangente do funcionamento de suas organizações. Perspectiva esta, talvez, mais ampla do que a dos próprios gestores. Cabe aqui, portanto, questionar o papel tradicional do arquivista, que se concentra apenas na organização de massas documentais acumuladas após perda do valor de uso primário. Ressalta-se ainda que o trabalho do arquivista, sob uma nova e ampla perspectiva, pode inclusive ressignificar e rerepresentar o uso de parte dos documentos tradicionalmente considerados como inativos.

Segundo Turban, é comum denominar sistema de informação ao conjunto de vários sistemas de informação, sendo que seu propósito deve ser entendido como a concretização de um "determinado objetivo organizacional baseado na transformação econômica de dados em informação e conhecimento" (TURBAN, 2004: 62). Para compreender o funcionamento e a estruturação de um sistema de informação dentro da perspectiva do autor é fundamental apontar e utilizar conceitos que balizam a concepção dos bancos de dados (gênese e fonte de qualquer sistema de informação objetivado). Para o autor, tanto os dados quanto o banco de dados devem ser visualizados da seguinte forma:

Dados são itens referentes a uma descrição primária de objetos, eventos, atividades e transações que são gravados, classificados e armazenados, mas não chegam a ser organizados de forma a transmitir algum significado específico. [...] Um banco de dados consiste em dados armazenados, organizados de maneira a possibilitar sua posterior recuperação.

(TURBAN, 2004: 63)

Já a informação, deve ser compreendida como um conjunto de dados organizados com o objetivo de terem sentido e valor para o usuário/destinatário. Um sistema de informação ou um programa aplicativo específico agregam valor aos dados e informações dispostos no banco de dados. Para o autor "dados, informação e conhecimento podem ser os insumos de um sistema de informação; podem ser igualmente seu resultado" (TURBAN, 2004: 63).

É pertinente notar que, como vários autores da área de tecnologia da informação indicam (LAUDON, 2007, e TURBAN, 2004, entre outros), os bancos de dados ou sistemas de informação surgem e se desenvolvem para responder a demandas geradas pelas atividades das organizações (qualquer que seja sua natureza). Inicialmente, eles apenas armazenam informações avaliadas como estratégicas ou funcionais dentro de setores específicos das organizações. Em um segundo momento, os sistemas passam de ferramentas localizadas para a execução, controle e validação dos principais processos e atividades desses setores. E num terceiro momento eles passam a concentrar praticamente todas as atividades desenvolvidas pela organização, centralizando a vasta maioria de seus processos.

Essa situação fica clara quando pensamos em rotinas-padrão dentro de uma organização. Tomemos como exemplo um pedido de compras de material, efetuado via sistema. O responsável entrará no sistema com a sua senha (que, além de ser sua assinatura digital, carrega todas as informações e validações sobre o usuário, suas atividades, as tramitações autorizadas e os limites de acesso ao sistema), selecionará o produto e a quantidade (já elencados e

descritos no sistema), e fechará o pedido. O pedido poderá ser despachado (via *workflow* e correio eletrônico) para a solicitação de autorização do superior imediato e, após sua validação (por meio de senha funcional), será liberado para o setor responsável pela compra, onde a tramitação eletrônica do pedido poderá seguir rotina similar, até a aprovação final, contato e pedido ao fornecedor (que também poderá ser realizado eletronicamente). Nessa atividade, os únicos documentos gerados (aparentemente) serão o pedido, a nota fiscal e o comprovante de pagamento (todos podendo ser também eletrônicos), sendo que o primeiro pode ser feito dentro de um sistema de correio eletrônico. Sendo assim, uma questão importante reside na dificuldade de reconhecer a natureza e a própria existência de parte dos documentos gerados pela atividade. No caso dos três citados (pedido de compra, nota fiscal e comprovante de pagamento), todos são de fácil identificação, devido a sua relativa independência do sistema, mas quando se levam em conta outros registros de atividades, gerados dentro do sistema, esse reconhecimento fica mais complexo e difícil. No entanto, se o sistema for entendido como o suporte que estrutura e valida esses registros, dando-lhes significado, é possível reconhecê-los mais facilmente como documentos de fato.

A motivação por trás desse novo paradigma organizacional, que ora se impõe sobre as modernas organizações, é abordada pela bibliografia específica (gestão de informação, sistemas de informação e tecnologia da informação), como resultado de duas demandas intimamente conectadas: maximização da eficiência produtiva e aumento da vantagem competitiva (ALTER, 1980; DAVIDOW & MALONE, 1993; DAVENPORT, 1994; TERRA & GORDON, 2002; CRUZ, 2006; REZENDE, 2008; ASSIS, 2008 e ALVARENGA NETO, 2008). Ainda assim, convém notar que o conceito de arquivo ou mesmo de documentos administrativos, em geral, raramente aparece como ponto relevante na estruturação de sistemas organizacionais de informação.

Denis Alcides Rezende, em *Planejamento de sistemas de informação e informática* (2008), salienta que uma das principais premissas para o planejamento estratégico organizacional é a adequada identificação das

funções organizacionais. Para o autor⁵⁵ as funções organizacionais são entendidas pelo como macroatividades presentes em todas as organizações que viabilizam seu funcionamento integrado e efetivo (REZENDE, 2008: 3). É significativo que Rezende delimite como sendo seis as funções organizacionais: produção ou serviços; comercial ou *marketing*; materiais ou logística; financeira; recursos humanos; e jurídico-legal (2008: 17), apontando para uma perspectiva instrumental bastante cara ao meio arquivístico.

Mas a estruturação funcional das organizações, quando aplicada praticamente ao desenvolvimento de sistemas de informação organizacionais, será limitada basicamente à modelagem de processos e procedimentos operacionais, sem aludir, em nenhum momento, aos documentos de arquivo, que são a contraparte material de todas as funções, atividades e procedimentos operados, e que deveriam ser a fonte informativa primária por excelência de qualquer suposto sistema de informação organizacional. Apesar de óbvia para o arquivista, a função do arquivo nas organizações é aparentemente diversa daquela que Che atribuímos em nossos anseios profissionais ou em nossos manuais técnicos.

Wilson Martins de Assis, responsável pelo gerenciamento de informação no Sistema Usiminas, explicita uma perspectiva reveladora na obra *Gestão da informação nas organizações: como analisar e transformar em conhecimento informações captadas em ambientes de negócios* (ASSIS, 2008). Ao relacionar as fontes de informação que integrariam a gestão da informação no âmbito de uma entidade, menciona inúmeros recursos: publicações externas, relatórios técnicos de auditorias, anais de congressos, periódicos especializados, boletins internos – trabalhos discursivos e de síntese, passíveis de tratamento bibliográfico, que acabam se tornando modelo de sistema de informação organizacional, cuja finalidade é a disseminação de produtos e serviços de informação dentro da corporação. Tendo como algumas das principais vias de distribuição a Intranet⁵⁶ e o Portal Corporativo⁵⁷, a finalidade desses produtos e

⁵⁵ Sendo as outras: Administração estratégica, Pensamento estratégico, Informação e conhecimento, Empreendedorismo, Liderança, Inovação, Gestão de projetos e Inteligência organizacional (REZENDE, 2008: 2-5).

⁵⁶ Segundo o *Randon House Concise Dictionary of Science & Computers*, a *Intranet* é uma rede computacional de uma organização baseada nos mesmos protocolos que a Internet. A

serviços é levar ao usuário informações úteis ao desempenho de suas funções, à tomada de decisões e à ampliação do conhecimento (ASSIS, 2008: 155). Nessa perspectiva, o documento de arquivo não possui um papel relevante, fazendo-se representar, no máximo, por meio de relatórios de atividades e de gestão, sempre úteis para a recuperação de informações estratégicas.

Ainda segundo ASSIS (2008), os tipos de bancos de dados utilizados para a gestão da informação nas organizações podem ser resumidos aos seguintes:

- **banco de dado referencial:** é aquele focado no acervo da instituição, abrangendo, segundo o autor, publicações e documentos técnicos: livros, patentes, normas técnicas, artigos de periódicos, trabalhos de congresso, teses, mapas, fitas de vídeo, CD-ROMs e outros materiais que sejam interessantes em termos informativos para uso futuro. Para ele, a forma mais adequada para referenciá-los é por intermédio de seu conteúdo e por suas características físicas (títulos, entidade, tipos de publicação etc.). Alguns exemplos de bancos de dados referenciais utilizados no Sistema Usiminas e fornecidos pelo autor são: banco de dados referencial - BDR (acervo bibliográfico do Sistema Usiminas), banco de normas técnicas - BNT (normas técnicas existentes no acervo do Sistema Usiminas), banco de dados da memória técnica da Usiminas - BDM (documentos elaborados pelos técnicos da empresa desde sua implantação: trabalhos apresentados em congressos e simpósios, patentes, artigos de periódicos, publicações avulsas, teses etc. Os documentos são recuperados por assunto e ou por suas características

Intranet se parece com um *site* da Internet, e é de fato uma Internet interna. A diferença entre Internet e *Intranet* é que o acesso a *Intranet* é limitado àqueles que possuam autorização da organização para acessá-lo (tradução livre nossa. 2004: 344).

⁵⁷ Dada a dificuldade de encontrar-se uma definição clara do conceito em uma das principais obras de referência em português (TERRA & GORDON, 2002) optamos por tentar defini-lo a partir dos apontamentos levantados pelos autores: Portais Corporativos são ferramentas organizacionais baseadas em tecnologias de Internet e *Intranet* que reúnem e centralizam em uma só plataforma as principais demandas e recursos processuais, gerenciais e informativos de uma organização.

físicas - autor, título, entidade, série, data, número da patente etc.), bancos de dados externos (bancos de dados externos consultados pela empresa para complementação de pesquisas bibliográficas: Metadex e Compendex, ambos disponíveis na Intranet da organização) e banco de dados de acompanhamento de normas técnicas - APNT (informações sobre atualizações das normas técnicas de uso constante na empresa).

- **banco de dados noticioso:** referencia artigos e notícias extraídos da imprensa periódica. Possui diversas formas de acesso aos conteúdos das matérias, que são preferencialmente indexadas na íntegra. O exemplo fornecido pelo autor é o banco de dados de notícias - NOT (notícias mais relevantes divulgadas nos diversos boletins editados pela Superintendência de Informações Técnicas do Sistema Usiminas, além de notícias da mídia nacional e internacional sobre assuntos de relevância para a empresa - siderurgia, economia, mercado consumidor de aço, finanças etc.). Seus usuários principais são aqueles que lidam com informações conjunturais e participam dos negócios da empresa, como as áreas de *marketing*, vendas, planejamento estratégico, suprimentos e outras.
- **banco de dados estatístico:** referencia dados e informações estatísticas de temas de interesse para a organização, centralizando indicadores econômicos, financeiros, sociais, políticos, mercadológicos, técnicos, climáticos etc. Podem ser desenvolvidos e alimentados pela própria organização ou adquiridos por meio de serviço terceirizado. É concebido, muitas vezes, para racionalizar o trabalho dos profissionais de informação e de outros profissionais da empresa, dada a grande repetição sistemática de certas solicitações de informações. Em alguns casos pode ter a forma de um boletim informativo, apesar de a plataforma automatizada (banco de dados) apresentar inúmeras vantagens. O autor cita como exemplo de boletim estatístico os *Índices Atualizados - IA* (boletim editado mensalmente pelo Sistema Usiminas, que apresenta conjuntos selecionados de dados e índices econômicos

do Brasil, majoritariamente utilizados para dar suporte a transações comerciais correntes da empresa).

(ASSIS, 2008: 93-118)

A análise da obra de Wilson Martins Assis (2008) permite entender que o foco da gestão da informação está na sistematização e disseminação de informações dentro das organizações, e o que de fato se mostra importante para este estudo é que o arquivo não é importante nessa construção conceitual. A única menção indireta a um possível documento de arquivo aparece quando o autor menciona um banco de dados da memória técnica organizacional (ASSIS, 2008: 101), que pode referenciar patentes e trabalhos apresentados em congressos, documentos (entendo-se patentes por certificados de patentes obtidos pela empresa) que comumente aparecem em arquivos institucionais de organizações fabris que também atuam no desenvolvimento de conhecimento técnico.

Thomas H. Davenport, que foi sócio do Center for Information Technology and Strategy da Ernst & Young (Boston, Massachusetts, EUA) e professor de gerenciamento da informação na Harvard Business School, é um dos principais autores internacionais das áreas de tecnologia da informação, gestão de processos e informação aplicadas a negócios. Apesar de ser referência obrigatória nas reflexões sobre gestão da informação nas organizações⁵⁸, o autor também não visualiza o arquivo como um potencial e dinâmico fornecedor de informações institucionais fundamentais para o negócio⁵⁹ da organização. Em sua obra *Reengenharia de processos: como inovar na empresa através da tecnologia da informação* (DAVENPORT, 1994), Davenport alude indiretamente ao arquivo apenas quando fala sobre como conhecer e melhorar processos existentes, descrevendo as etapas para sua

⁵⁸ Ver REZENDE, 2008; ALVARENGA NETO, 2008; ASSIS, 2008; MARSHALL Jr.; CIERCO; ROCHA; MOTA & LEUSIN, 2006; CRUZ, 2006; TERRA & GORDON, 2002 e SILVA FILHO & SILVA, 2005, entre outros.

⁵⁹ O termo negócio é usado aqui para indicar a atividade-fim de uma organização qualquer (PENGUIN OFFICE DICTIONARY, 2006: 111 e VALENTIM, 2008: 23).

análise estrutural e documentação (DAVENPORT, 1994: 163). É interessante notar que o foco nos processos de negócios exclui indiretamente o arquivo como fonte de informação, mas é fundamental perguntar-se se os registros de atividades contidos nos sistemas de processamento não são parte dele. Aparentemente, o uso indiscriminado do termo informação para representar qualquer dado, processo, atividade, documento, conhecimento, sem os critérios específicos necessários a uma delimitação conceitual, impede a identificação do arquivo na organização, muito especialmente em sua fase corrente.

Apesar da grande quantidade de mudanças já implantadas nas rotinas de grandes corporações privadas, é fundamental reconhecer que as consequências para os arquivos, principalmente aquelas referentes à manutenção da autenticidade e capacidade de permanência e estabilidade de sentido de documentos eletrônicos em longo prazo, ainda não são suficientemente claras. Por esse motivo, as investigações e levantamentos de parâmetros para sistemas informatizados de gestão organizacional são a forma mais adequada para viabilizar um sistema, tanto do ponto de vista gerencial quanto arquivístico.

O banco de dados ou o sistema de informação organizacional não pode ser visto apenas como um documento, como reconheceu a Records Management Task Force of the U.S. Department of Defense (DoD), em 1995 (ERLANDSSON, 1996: 59), pois ele gera registros documentais e fornece a estrutura que permitirá a manutenção de seu valor probatório. Parece que, inicialmente (meados da década de 1990), o foco do problema concentrava-se na questão da preservação. Se uma base de dados fosse considerada documento, como o arquivista faria sua delimitação e guarda, tendo ela um caráter dinâmico e complexo? Como o profissional elegeria o momento exato e adequado de fazer uma cópia que seria preservada como documento permanente? Alguns arquivistas entenderam que a extração de relatórios poderia dar conta do problema, mas a complexidade dos sistemas e de suas relações estruturais impossibilitou o sucesso desse tipo de abordagem.

É necessário diferenciar os tipos de bancos de dados, não como se tentou conceituar no projeto do NARA (Arquivo Nacional Estadunidense), através do seu conteúdo informativo, mas através da sua função. Um sistema de informação organizacional que centraliza os processos e os registros de

suas atividades é algo absolutamente diverso de um banco de dados de referência informativa, que tem a função de apoiar atividades específicas. O sistema de gestão integrado espelha sua organização originária e chega a representá-la, bem como a suas atividades. Nesse caso, temos mais do que um paralelo com o arquivo: temos uma aproximação conceitual de fato. Cabe então levantar uma hipótese de trabalho que se coloca como central: o banco de dados⁶⁰ como representação dinâmica da organização, ou o banco de dados como arquivo. No caso mais extremo, aquele dos portais corporativos que integram diversos sistemas organizacionais sob um grande sistema único e centralizado, gerindo todo o “conhecimento” da organização (atividades, recursos, estruturas, demandas etc.), essa perspectiva fica ainda mais clara (TERRA & GORDON, 2002). O sistema de informação pode ser entendido como a própria organização.

É necessário esclarecer que não se trata aqui de um alinhamento com a posição expressa no livro de Maria Odila Fonseca:

O *objeto* da arquivologia, na perspectiva de um novo paradigma, desloca-se do “arquivo” para a informação arquivística, ou “informação registrada orgânica”, expressão cunhada por arquivistas canadenses para designar a informação gerada pelos processos administrativos e por eles estruturada de forma a permitir uma recuperação em que o contexto organizacional desses projetos seja o ponto de partida. Para Thomassen, este é um objeto duplo, uma vez que se refere à informação arquivística (conteúdo semântico do documento) e ao seu contexto gerador, ou seja, o processo de criação dos documentos (conteúdo diplomático do documento).

(FONSECA, 2005: 59)

O rompimento de paradigma apontado pela autora, através das perspectivas construídas por Teo Thomassen e Terry Cook, concentra-se na possibilidade de dissociar a informação do documento de arquivo, o que exigiria a eleição de

⁶⁰ O banco de dados apontado aqui possui natureza específica e deve ser entendido como sinônimo de um sistema ideal de informação e gestão organizacional.

um novo objeto para a arquivologia. O reconhecimento desse novo paradigma estaria associado não só à passagem dos documentos em papel para os documentos eletrônicos, mas especialmente à mudança para uma arquivologia da pós-custódia, ou arquivologia pós-moderna. A “revolução científica” apontada por Thomassen (THOMASSEN *apud* FONSECA, 2005, p. 58) e Cook (COOK *Apud* FONSECA, 2005, p. 60) se daria basicamente através de uma mudança das razões pelas quais os arquivos deveriam ser preservados.

Para Cook, o deslocamento de razões jurídico-administrativas para outras de ordem sociocultural estaria no cerne desse reposicionamento científico. É importante salientar que, se essa mudança de fato se confirmar, ela geraria não apenas a fragmentação do valor arquivístico, através da perda do vínculo orgânico com sua função administrativa primordial (caso princípios externos à natureza das atividades originárias do documento sejam eleitos como ferramentas de avaliação), mas o rompimento do sentido da própria arquivologia, pelo esvaziamento de seu objeto.

A capacidade de informar sobre uma atividade institucional é apenas uma função secundária do arquivo. A principal função do arquivo é instrumentalizar as próprias atividades institucionais que o geraram. O entendimento necessário para a compreensão das características que devem significar prioritariamente o arquivo e seus usos é compartilhada por Richard Cox e Glenda Acland, para quem “o pivô da ciência arquivística é prova, não informação. Arquivistas não lidam com *bits* isolados e flutuantes de informação, mas sim com sua expressão documentária” (Cox *apud* Rondinelli, 2005). Aqui parece claro que a proposta de incorporação da arquivologia pela ciência da informação (que vem sendo levantada por alguns autores) pelo viés da utilização e da prática da informação traz problemas epistemológicos sérios.

A forma como o problema é colocado por diversos autores parece sugerir que a questão contemporânea central da Arquivologia reside em uma simples troca de mãos: de ciência auxiliar da história (LE COADIC, 2004, p. 12) para ciência auxiliar da ciência da informação (ROBREDO, 2006). No entanto, a realidade nos arquivos e suas formas de estruturação atuais parecem apontar para um problema mais metodológico do que de fato para um rompimento de paradigmas científicos fundamentais. As mudanças impostas pela produção de documentos eletrônicos e pela automatização de processos

não justificam, necessariamente, o nascimento da chamada era pós-custodial, que demandaria uma mudança fundamental da Arquivologia. Essa suposta quebra de paradigmas baseia-se na transição de foco (objeto científico) do arquivo para a informação arquivística, que seria o "salto necessário" para a superação de uma realidade eminentemente física para uma proposta de virtualização conceitual.

O *objeto* da arquivologia, na perspectiva de um novo paradigma, desloca-se do "arquivo" para a informação arquivística, ou "informação orgânica", expressão cunhada por arquivistas canadenses para designar a informação gerada pelos processos administrativos e por eles estruturada de forma a permitir uma recuperação em que o contexto organizacional desses processos seja o ponto de partida. Para Thomassen, este é um objeto duplo, uma vez que se refere à informação arquivística (conteúdo semântico do documento) e ao seu contexto gerador, ou seja, o processo de criação dos documentos (conteúdo diplomático do documento).

(FONSECA, 2005: 59)

É importante ter claro que a proposição dessa mudança trabalha com o descolamento do que seria a "informação arquivística" do arquivo e de sua realidade documental. O foco manifestado por Thomassen, centrando a questão na diferenciação entre um conteúdo semântico e outro diplomático, cria a possibilidade de um tratamento informativo do arquivo através de seus conteúdos, mas pode inviabilizar sua função probatória, principalmente quando se propõe a criação de novas instâncias e critérios para sua avaliação. A eleição da "informação arquivística" como novo objeto da Arquivologia poderia significar, nesse sentido, a diluição da própria disciplina.

É necessário reiterar que, para entender a importância dos bancos de dados e seu papel em aplicações no meio arquivístico, é fundamental conhecer, mesmo que superficialmente, seu desenvolvimento, evolução e principais conceitos. Luís Fernando Sayão, em artigo sobre qualidade em bases de dados, informa a respeito de uma das principais características

dessas ferramentas, apresentando-as como sistemas que refletem uma realidade ou um recorte desta. Quando o autor fala da estrutura e do projeto das bases de dados, acaba por nos dar importantes pistas sobre suas funções, usos e alcances:

(...) o projeto da base de dados deve refletir o recorte de uma realidade com as reduções necessárias convenientemente orientadas para o desempenho das funções básicas da base de dados; deve refletir também as necessidades de um universo de usuários reais ou postulados. Deve-se avaliar se o conjunto de parágrafos representam adequadamente o domínio da realidade que se propôs representar.

(SAYÃO, 2000: 163)

A representação de uma realidade colocada por Sayão e evidenciada por tantos outros autores da área de tecnologia da informação (TURBAN, 2004; RICARDO, 2004 e GILLENDON et al., entre outros) parece ser de fato uma questão central para a perspectiva arquivística. Apesar da dificuldade de identificação de atributos arquivísticos em sistemas eletrônicos orgânicos (entendidos aqui como bancos de dados que desempenhem e registrem atividades organizacionais), é esperado que, conforme eles cresçam em complexidade e amplitude de funções, seu grau de representatividade frente ao arquivo institucional e à própria instituição também aumente. Tal condição coloca novas e delicadas questões para a arquivologia contemporânea. Será possível “encapsular” sistemas com essa complexidade? Como congelar ou circunscrever um registro temporal dentro de realidade orgânica tão dinâmica?

A necessidade de requalificar o arquivo também como um sistema de informação é algo diverso da proposição acima descrita. Ampliar o sistema de descrição do arquivo e trabalhar com novas ferramentas e tecnologias de recuperação de informação não significa, em absoluto, renunciar aos princípios arquivísticos consagrados. A possibilidade que se aventa aqui parte da perspectiva defendida por Johanna Smit (SMIT, 2007). A eleição de uma

linguagem para o arquivo, que agiria no sentido de viabilizar uma ponte entre este e as demandas que lhe são apresentadas, insere-se na sua forma de organização e veiculação. Não se trata de uma mudança de enfoque epistemológico, orientando um novo objeto de investigação, mas sim de uma requalificação metodológica e ferramental, capaz de resguardar o traço constitutivo mais específico e primordial do arquivo: seu uso como ferramenta de gestão institucional. Pensar o arquivo também como sistema de informação é uma necessidade contemporânea, mas é preciso imbuir esse sistema de suas especificidades delineadoras (SMIT, 2007:30-37 e MASTROPIERRO, 2007: 158).

O administrador e arquivista estadunidense Richard Kesner radicaliza a perspectiva do arquivo em uma era marcada pelo fenômeno da informação, partindo da análise do ambiente de trabalho informatizado:

Clearly, less expensive, more broadly available telecommunications and computing capabilities have spurred the rapid transformation of information management and the office itself. These developments in turn have led to the proliferation of automated and “informed” work process, some with their own trails of electronic documentation and others with only fading memory of those who try to recall how a particular decision was reached.

(KESNER, 1998: 71)

Sua visão deixa poucas dúvidas quanto à necessidade de uma mudança de paradigmas conceituais e metodológicos em relação ao papel do arquivista, que segundo ele deve assumir cada vez mais o papel focado em gestão da informação ou IRM (Information Resource Management), como preferem alguns autores mais ligados às áreas de tecnologia da informação e administração. O autor fala também de algumas das possíveis consequências dessa nova realidade para o conceito de documento:

The resulting “record” in the emerging World Wide Web-based work environment is a virtual confluence of multimedia information

resources. The creation and use of these “records” is nonlinear and hypertext linked, necessitating the reconsideration, if not the revision, of such revered concepts as “respect of original order” and “provenance”. Indeed, what one now most manage includes an ever-growing body of digitized information – words, pictures, graphics, sound, animation, and even full-motion video. In their entirety , these information assets may not even reside within the physical confines of the organization but are the property of others located on Web servers throughout the Internet and linked to one another through Internet based addressing standards.

(KESNER, 1998: 71)

A visão de Kesner fornece importante noção sobre a dinamização dos processos de criação e tramitação dos documentos eletrônicos em instituições com alto grau de informatização. Mas oferece também opinião questionável sobre a validade de alguns dos princípios arquivísticos fundamentais. Talvez o princípio de manutenção da ordem original tenha realmente que ser repensado frente a tamanho dinamismo processual, mas o princípio de proveniência certamente permanecerá como fator preponderante na caracterização e qualificação dos arquivos. O deslize cometido pelo autor, ao entender que a dispersão rarefeita da localização dos documentos na Internet poderia comprometer sua proveniência, parece fruto de certa tendência de aproximação excessiva e pouco criteriosa com conceitos de informação e documento oriundos de matriz biblioteconômica.

As diferenças nas realidades e dinâmicas dos arquivos públicos e privados, apontadas no início dessa dissertação, são ultrapassadas de forma objetiva também por Kesner, que verifica uma tendência generalizada na utilização de ferramentas de tecnologia da informação de alta *performance*:

To begin, this paper describes in the briefest possible terms the characteristics of this automated and informed workplace, an environment focused on: 1) services to the customer, and 2) the reduction of operating

costs. Increasingly, all organizations, including those charged with the preservation of national culture, are being held to higher standards of effectiveness and efficiency.

É ainda mais interessante notar que dois outros autores da área arquivística, além de identificar a questão da eficiência e do serviço como centrais, partem para uma proposta de reformulação baseada em obra da área de governança pública e não privada. Margaret Hedstrom e David Bearman utilizam o trabalho *Reinventing government: how the entrepreneurial spirit is transforming the public sector*, de David Osborne e Ted Gaebler (1992), para propor uma nova forma de recolocar o trabalho do arquivista em um universo cada vez mais eletrônico e menos analógico:

David Osborne and Ted Gaebler propose that governments rethink their services delivery options, define areas of strength , shift performances measures from outputs to outcomes, separate direction and oversight from service delivery (or steering for rowing - in their terms), and encourage entrepreneurship and action by others. They urge experiments with a host of new methods in order to create governments that are more effective, efficient , responsive and equitable. We believe that many of their basic concepts can be applied to rethinking archives.

(BEARMAN & HEDSTROM, 2000: 551)

Uma das mudanças de perspectiva propostas pelos autores do artigo é rever o trabalho de arquivo como um serviço, integralmente conectado com as demandas e dinâmicas da organização que o gerou e acumulou. Se o arquivo deve ser entendido como um serviço, grande parte de suas atividades precisa então ser focada na atenção ao usuário: não aquele que tradicionalmente se serve do arquivo permanente (o historiador e o pesquisador), mas sim o usuário interno, a própria organização. O novo modelo proposto a partir da

aplicação dessa nova perspectiva é interessante e merece uma explicação mais aprofundada:

The older model of archival activity, around which archival manual and education are structured, was presented earlier. It uses terms such as *survey*, *appraise*, *dispose*, *accession*, *describe*, *preserve*, and *access* to describe the work of archives and models the flow of information between sequential and chronological archival activities. A different model is suggested [...] The object of verbs in the traditional model is always records; all traditional archival activity focuses on records. The second model contains no verbs whose objects are records, all archival activity focuses on the business activity of organizations, the requirements they present for accountability, and the methods one might use to control information. The traditional model administers physical material while the second manages organizational behavior.

(BEARMAN & HEDSTROM, 2000: 566)

Talvez, parte de uma solução possível também se encontre nas propostas de David Bearman e Richard Lytle, que colocaram com grande propriedade algumas importantes perguntas para os arquivistas contemporâneos em um artigo intitulado *The power of the principle of provenance*:

A *practical* understanding must be gained of organization as living cultures or organisms that create and use information; upon this foundation, sound information management can be developed. How many archivists will recognize the preceding comments as relevant to them and the archival profession? Do archivists have much to contribute to the management of information in large organizations? Will archivists bring their knowledge of how organizations create and use information to bear on modern information management problems? Will the archival

profession consequently make a transition to the modern information culture, or will it remain behind as keeper of paper and electronic relics?

(BEARMAN & LYTLE, 2000: 345)

Apesar de não resolverem o grande paradoxo que se coloca para o arquivista na atualidade, que pode ser sintetizado na relação/transição entre documento e informação, os autores apontam com objetividade algumas das escolhas que temos à nossa frente. A proposta apresentada por eles envolve um sistema de informação e acesso universal baseado no princípio da proveniência. Segundo os autores, a chave da contribuição dos arquivistas para a gestão da informação está na sua perspectiva única, suprida pelo princípio de proveniência e lastreada pelo conhecimento de como as organizações criam, utilizam e descartam informações (BEARMAN & LYTLE, 2000: 346-348).

O sistema pensado pelos autores parte da premissa de que o princípio de proveniência é uma ferramenta imprescindível na revelação da relação existente entre as atividades desenvolvidas e as informações geradas pelas organizações. A novidade apresentada está na sugestão de que o arquivista, que tradicionalmente utiliza este princípio para as tarefas de arranjo e descrição, reconstituindo o vínculo do documento com a atividade que o gerou no passado, inverta o uso da proveniência, voltando-se para o presente e para o futuro, revelando assim um novo e poderoso potencial para acessar e gerir informação nas organizações (BEARMAN & LYTLE, 2000: 358). Para entender melhor essa proposta, que, como colocam os autores, ainda deve ser testada na prática, podemos recorrer às suas próprias palavras:

The system concept is quite simple. The objective is to capture the full richness of provenance information – the structures, processes, and activities of organizations – and to make routine the inferential process that permits one to locate information that has been or is being created by organizational activities. The power of the system will be its ability to

retrieve present as well as past information created by organizations; in fact, extrapolations to information yet to be created could be made within certain constraints.

(BEARMAN & LYTLE, 2000: 358)

A proposta não resolve algumas questões centrais do arquivo, como a permanência do valor probatório e a dependência de um suporte estável, independente e delimitado, mas indica a viabilidade de um modelo sistêmico mais dinâmico, que se propõe a responder demandas. Apesar do foco na informação, os autores não chegam a trabalhar com uma aproximação conceitual radical entre documento e informação, mas apenas evidenciam que a informação organizacional deve passar a ser uma das preocupações centrais do arquivista. A origem dessa proposta pode ser em parte rastreada até a ideia apresentada por Bearman, em 1992: a adoção de estratégias para “documentar” documentos, ultrapassando algumas limitações da descrição arquivística em relação às demandas de informação e apontando para a incorporação de critérios mais adequados para um registro dinâmico de contexto:

Archives are themselves documentation; hence I speak here of "documenting documentation" as a process the objective of which is to construct a value-added representation of archives, by means of strategic information capture and recording into carefully structured data and information access systems, as a mechanism to satisfy the information needs of users including archivists.

(BEARMAN, 1992: 34)

Documentation of the activity which generates archival records, and to a lesser extent of that which generates manuscripts, is a fundamentally different process from the description of records which are in hand. Documentation of organizational activity ought to begin long before records are transferred to archives, and may take place even before any records are created - at the time when new functions are assigned to an organization.

(BEARMAN, 1992: 38-39)

When it acquires a function, an organization establishes procedures for activities that will accomplish it and implements information systems to support it. If we understand these activities, procedures and information systems, it is possible to identify records which will be created and their retention requirements before they are created, because their evidential value and informational content are essentially predetermined.

(BEARMAN, 1992: 39)

É interessante notar que parece se operar uma paulatina transferência de foco do documento para a atividade/ação, o que fornece salutar pista para uma solução viável da questão. Tal visão requer, aparentemente, a reformulação do conceito de documento de arquivo utilizado hoje, focado na estabilidade de um suporte reconhecível. As definições para documentos utilizadas pelo Projeto InterPARES ilustram bem esse viés:

Document - An indivisible unit of information constituted by a message affixed to a medium (recorded) in a stable syntactic manner. A document has fixed form and stable content.

Records - A document made or received in the course of a practical activity as an instrument or a by-product of such activity, and set aside for action or reference.

(DURANTI & PRESTON, 2008: 785 e 805)

Ambas as definições reforçam a necessária estabilidade oriunda de uma forma fixa de registro calcada no suporte, seja ele uma mídia digital ou uma folha de papel.

Talvez uma saída viável, mas ainda assim complexa e desafiadora, esteja na flexibilização de parte dos conceitos e métodos que utilizamos, em

prol da manutenção dos princípios que sustentam as qualidades inequívocas dos arquivos. É imperativo concordar com Angelika Menne-Haritz quando ela afirma que documentos de arquivo não são informação, mas sim transações ou processos (MENNE-HARITZ, 1998: 19); mas talvez seja necessário oferecer-lhes uma forma conceitual com a dinâmica demandada pela atual realidade das organizações. Como disse a autora, os documentos de arquivo não são transações ou processos registrados, mas sim a própria atividade, ou o processo em si (MENNE-HARITZ, 1998: 20). E se os processos e atividades estão sujeitos a modificações em seus meios e dinâmicas, talvez também o estejam alguns dos conceitos que utilizamos. Ainda segundo Menne-Haritz:

A terminological effort is specially necessary for the development of an appraisal theory. As seen, when we looked at the writings of Schellenberg, certain expressions can obscure the meaning of what we want to say. Among those expressions are the words document, documentation and documentary heritage. Records do not document certain facts, but make processes work. Records are not accumulated knowledge, but working tools. Records do not have contents. What they are able to tell depend entirely on the readers question.

(MENNE-HARITZ, 1994: 125)

Como é possível notar, apesar do foco na avaliação, o papel da terminologia é fundamental no equilíbrio da relação entre o corpo teórico de uma disciplina e o seu arcabouço metodológico-ferramental. Possivelmente, é a diplomática contemporânea, em sua busca pelo “vínculo arquivístico” (BELLOTTO, 2008: 4), que poderá apontar as distinções características das novas dinâmicas de produção e circulação documental.

Há de se ter em conta que não se trata aqui de propor uma alteração na natureza dos arquivos, mas sim aplicar os princípios oriundos dessa distinção característica a novas dinâmicas de produção e circulação de atividades nas modernas organizações. Como muito bem coloca Heloísa Bellotto:

La naturaleza de los archivos es administrativa, es jurídica, es informativa, es orgánica, es serial, es continua, es cumulativa. Es esta naturaleza, suma de todas estas características, la que hace del archivo una institución única e inconfundible.

(BELLOTTO, 2005: 18)

Se bem que, segundo Geoffrey Bowker (2005) e outros investigadores da trajetória das ciências, existe uma tendência natural para que as ferramentas e os métodos de experimentação e registro venham a interferir diretamente nos modelos científicos.

As questões-chave e problemas levantados pela discussão do funcionamento e alcance dos bancos de dados como sistemas arquivísticos e gestão informatizada de arquivos podem ser sintetizados nos seguintes apontamentos, que se colocam também como questões que necessitam maior aprofundamento investigativo:

- o arquivo entendido como serviço dentro da organização que o gerou;
- delimitação clara dos conceitos de usuário primário/interno e secundário/externo;
- o arquivo como ferramenta integral de gestão organizacional (em todas as suas idades);
- o arquivo como sistema de informação;
- entendimento e discussão do significado do banco de dados como sistema que representa e centraliza de forma dinâmica atividades e processos organizacionais (banco de dados como arquivo);
- necessidade de revisão do conceito de “documento”, buscando uma definição que abarque a atual dinâmica de atividades e processos dentro das organizações contemporâneas;
- mudança de foco do documento para a atividade/ação/processo organizacional;
- documento *versus* informação e a busca de um entendimento terminológico para a questão: o documento não é só informação, mas

necessita integrar qualidades dinâmicas da informação, sendo fundamental discutir como se coloca a capacidade de prova e permanência em um conceito dinâmico/não analógico de documento (libertado do suporte convencional);

- transferência de foco dos métodos para os princípios arquivísticos, permitindo o desenvolvimento de ferramentas adequadas a uma nova realidade;
- novo papel profissional do arquivista: de gestor de documentos a analista de funções e processos de negócios e gestor de informação organizacional;
- o arquivista como projetista de suas ferramentas de gestão / banco de dados, devendo dispor de compreensão mínima e aplicada da tecnologia da informação;
- reaproximação dos conceitos de arquivo público e privado por meio de instrumentos e necessidades de gestão: diferenças de natureza jurídica e semelhanças do aspecto de gestão e serviço;
- necessidade de tipificar e qualificar a instituição e seu arquivo (ou acervos arquivísticos e documentais⁶¹) antes de definir e projetar o sistema de gestão de arquivos a ser implantado⁶²;
- demanda de uniformização de um sistema de descrição baseado na definição terminológica consolidada das unidades arquivísticas de descrição: da função ao documento.

⁶¹ No caso de instituições que colecionam arquivos e outros conjuntos documentais.

⁶² A atividade-fim da instituição pode modificar o uso, circulação e gestão de seus arquivos.

Bibliografia

ABADAL FALGUEIRAS, Ernest; CODINA BONILLA, Lluís. **Bases de datos documentales: características, funciones y método**. Madri: Editorial Síntesis, 2009.

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ALVARENGA NETO, Rivadávia Correa Drummond de. **Gestão do conhecimento em organizações: proposta de mapeamento conceitual integrativo**. São Paulo: Saraiva, 2008.

ARCHIVÍSTICA: estudios básicos. Sevilha: Diputación Provincial de Sevilla, 1981.

ASSIS, Wilson Martins de. **Gestão da informação nas organizações: como analisar e transformar em conhecimento informações captadas no ambiente de negócios**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BEARMAN, David A. Documenting documentation. **Archivaria: Association of Canadian Archivists**, Ottawa, n. 34, p. 33-49, 1992.

BEARMAN, David A.; LYTLE, Richard H. The power of the principle of provenance. In: **American Archival Studies: readings in theory and practice**. Chicago: Society of American Archivists, 2000. p. 345-360.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli; CAMARGO, Ana Maria de Almeida (Coord.). **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros - Núcleo Regional São Paulo / Secretaria de Estado da Cultura - Departamento de Museus e Arquivos, 1996.

BENEDETTI, Joan M. (Org.). **Art museum libraries and librarianship**. Lanham: The Scare Crow Press / Art Libraries Society of North America, 2007.

BERNARDES, Ieda Pimenta. **Como avaliar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado / Imprensa Oficial, 1998. (Como Fazer, 1).

BEVILACQUA, Gabriel Moore Forell. **Administração informatizada de arquivos permanentes e centros de documentação: o caso da Pinacoteca do Estado de São Paulo**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros / Universidade de São Paulo, 2008. (trabalho de conclusão de curso)

BOWKER, Geoffrey C. **Memory practices in the sciences**. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology, 2005.

BRANDÃO, Lídia M. B.; LUBISCO, Nídia M. L. **Informação e informática**. Salvador: Edufba, 2000.

BRETON, Philippe. **História da informática**. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

BRUEBACH, Nils. Acesso eletrônico à informação arquivística: vantagens e potenciais das normas de descrição. **Acervo: Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1/2, p. 39-46, jan./dez. 2007.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Sobre o valor histórico dos documentos. **Revista Arquivo Rio Claro**. Rio Claro, n. 1, p. 11-17, 2003.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais**. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

CAMARGO-MORO, Fernanda de. **Museus: aquisição / documentação**. Rio de Janeiro: Eça de Queiroz, 1986.

CÂNDIDO, Maria Inês. **Documentação museológica**. Brasília: Minc / IPHAN, s.d.

CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira; CUNHA, Murilo Bastos da. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

COOK, Michael. Desenvolvimentos na descrição arquivística: algumas sugestões para o futuro. **Acervo: Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1/2, p. 125-132, jan./dez. 2007.

COOK, Michael; PROCTER, Margaret. **Manual of archival description**. Aldershot: Gower Publishing, 1989.

CARVALHO, Vânia Carneiro de. **Como tratar coleções de fotografias**. São Paulo: Arquivo do Estado / Imprensa Oficial, 2002. (Como Fazer, v. 4).

CASANOVA, Inês. **Gestión de archivos electrónicos**. Buenos Aires: Alfagrama, 2008.

CIERCO, Agliberto Alves; LEUSIN, Sérgio; MARSHALL JÚNIOR, Isnard; MOTA, Edmarson Bacelar; ROCHA, Alexandre Varanda. **Gestão da qualidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CONCISE dictionary of science & computers. Nova York: Randon House, 2004.

COOK, Michael. **Archivos y ordenadores**. Barcelona: Editorial Mitre, 1984.

CORTÉS ALONSO, Vicenta. **Nuestro modelo de análisis documental**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2005. (Scripta, 9).

COUTO, Miriam Yanitchkis. Metodologia para automação de arquivos, bibliotecas e centros de documentação. **Acervo: Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1/2, p. 91-96, jan./dez. 1994.

CRUZ, Tadeu. **Uso e desuso de sistemas de workflow: porque as organizações não conseguem obter retorno, nem sucesso, com investimentos em projetos de workflow**. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, 2006.

DAVENPORT, Thomas H. **Reengenharia de processos: como inovar na empresa através da tecnologia da informação**. Rio de Janeiro: Campus / Harvard Business School Press, 1994.

DICIONÁRIO de informática inglês-português. Rio de Janeiro: Sociedade dos Usuários de Computadores e Equipamentos Subsidiários, s.d.

DOCUMENTOS privados de interesse público: o acesso em questão. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2004.

DODEBEI, Vera Lúcia Doyle. **Tesouro: linguagem de representação da memória documental**. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Interciência, 2002.

DOLLAR, Charles M. O impacto das tecnologias de informação sobre princípios e práticas de arquivos: algumas considerações. **Acervo: Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1/2, p. 3-38, jan./dez. 1994.

DOLLAR, Charles M. Prática e teoria arquivística e informática: algumas considerações. **Registro: Arquivo Público Municipal de Indaiatuba**, Indaiatuba, v. 4, n. 4, p. 7-18, jul. 2005.

DUDLEY, Dorothy H; WILKINSON, Irma Bezold. **Museum registration methods**. Washington: American Association of Museums, 1979.

DURANTI, Luciana. Archives as a place. **Archives & Social Studies**, v. 1, n. 0, março de 2007.

DURANTI, Luciana; PRESTON, Randy (Ed). **International research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems (InterPARES) 2: experiential, interactive and dynamic records**. Roma: Associazione Nazionale Archivistica Italiana, 2008, versão eletrônica.

ERLANDSSON, Alf. **Electronic records management: a literature review**. Paris: Committee On Electronic Records ICA, 1996.

EVES, Howard. **Introdução à história da matemática**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GAEBLER, Ted; OSBORNE, David. **Reinventing government: how the entrepreneurial spirit is transforming the public sector**. Nova York: Penguin, 1992.

GILLENSON, Mark L. et al. **Introduction to database management**. Hoboken: John Wiley & Sons, 2008.

HEREDIA HERRERA, Antonia. **Archivística general: teoría y práctica**. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1988.

ISAD(G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: segunda edição, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999. Conselho Internacional de Arquivos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

JAMESON, Samuel H. **Administração de arquivos e documentação**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1964. (Textos Seleccionados de Administração Pública, 12).

JIMERSON, Randall C. (Ed.). **American archival studies: readings in theory and practice**. Chicago: Society of American Archivists, 2000.

KESNER, Richard M. Information resource management in the eletronic workplace: a personal perspective on "Archives in the Information Society". **American Archivist: Society of American Archivists**, Chicago, v. 61, n. 1, 1998.

LAUDON, Keneth C. **Sistemas de informações gerenciais**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LOBO, Diva Luiza Sant'Anna. Processamento da informação: um passeio por sua evolução! **Acervo: Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1/2, p. 39-64, jan./dez. 1994.

LOPEZ, André Porto Ancona. Alcance da descrição arquivística e o processo de automação. **Registro: Arquivo Público Municipal de Indaiatuba**, Indaiatuba, v. 2, n. 2, p. 27-39, jul. 2003.

LOPEZ, André Porto Ancona. **As razões e os sentidos: finalidades da produção documental e interpretação de conteúdos na organização arquivística de documentos imagéticos**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000. (Tese de Doutorado).

LOPEZ, André Porto Ancona. **Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa**. São Paulo: Arquivo do Estado / Imprensa Oficial, 2002. (Como Fazer, 6).

LOPEZ, André Porto Ancona. Utilização de recursos informáticos nos arquivos: algumas diretrizes. **Registro: Arquivo Público Municipal de Indaiatuba**, Indaiatuba, v. 4, n. 4, p. 56-64, jul. 2005.

LUZ, João Ferreira da; PLÁ, Daniel; SÁ, Patrícia Riccelli Galante; SPILLER, Eduardo Santiago. **Gestão de serviços e marketing interno**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MCKIBBEN, Bill. **The age of missing information**. Nova York: Randon House, 1992.

MARLOT, Daniel. **Clasificación y archivo**. Barcelona: Sagitario, 1967.

MASTROPIERRO, María Del Carmen. **Diccionario de archivística en español: con un anexo multilingüe**. Buenos Aires: Alfagrama, 2008.

MASTROPIERRO, María Del Carmen. **El porqué de los archivos privados**. Buenos Aires: Alfagrama, 2007.

MATTAR, Eliana (Org.). **Acesso à informação e política de arquivo**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

MEDEIROS, Luciano Frontino de. **Banco de dados: princípios e práticas**. Curitiba: IBPEX, 2007.

MENNE-HARITZ, Angelika. Appraisal or selection: can a content oriented appraisal be harmonized with the principle of provenance? In: **The principle of provenance**: report from the First Stockholm Conference on Archival Science and the Concept of Record, 2-3 de setembro de 1993. Estocolmo: Riksarkivet, 1994.

MENNE-HARITZ, Angelika. What can be achieved with archives? In: **The concept of record**: report from the Second Stockholm Conference on Archival

Science and the Concept of Record, 30-31 de maio de 1996. Estocolmo: Riksarkivet, 1998.

MONTSERRAT, Rosa M.; MORRAL, Eulália; PORTA, Edouard. **Sistema de documentación para museos**. Barcelona: International Council of Museum / Departament de Cultura de la Generalitat de Catalunya, 1982.

NIELSEN DE ALLENDE, Mónica; TABOADA CARDOSO, Federico. **Archivística y normalización: Norma ISO 15489**. Buenos Aires: Alfagrama, 2006.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

PAES, Marilena Leite. Os arquivos e os desafios de um mundo em mudanças. **Acervo: Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1/2, p. 65-74, jan./dez. 1994.

PAZIN, Marcia. **Arquivos de empresas: tipologia documental**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2005 (Instrumenta, 3).

PENGUIN Office Dictionary. Londres: Penguin Books, 2006.

PETROCELLI, Thomas D. **Data protection and information lifecycle management**. Upper Saddle River: Prentice Hall, 2006.

RAMOS, Júlio; REAL, Manuel Luís; RIBEIRO, Fernanda; SILVA, Armando Malheiro da. **Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação**. Porto: Afrontamento, 2002. v. 1,

REZENDE, Denis Alcides. **Planejamento de sistemas de informação e informática**: guia prático para planejar a tecnologia da informação integrada ao planejamento estratégico das organizações. São Paulo: Atlas, 2008.

RIBEIRO, Fernanda; SILVA, Armando Malheiro da. **Das "ciências" documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular.** Porto: Afrontamento, 2002.

RICARDO, Catherine M. **Databases illuminated.** Sudbury: Jones and Bartlett Publishers, 2004.

RITZENTHALER, Mary Lynn; VOGT-O'CONNOR, Diane. **Photographs: archival care and management.** Chicago: Society of American Archivists, 2006.

ROBREDO, Jaime. **Documentação de hoje e de amanhã.** Brasília: Edição de Autor, 2006.

RODRÍGUEZ BRIZ, Fernanda. **Los servicios de referencia virtual: surgimento, desarrollo y perspectivas a futuro.** Buenos Aires: Alfagrama, 2006.

RONDINELLI, Roseli Curi. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ROBERTSON, Connie (Ed). **The Wordsworth Dictionary of Quotations.** Ware: Wordsworth Editions, 1997.

SANTOS, Maria José Veloso da Costa. A representação da informação em arquivos: viabilidade de uso dos padrões utilizados na biblioteconomia. **Acervo: Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1/2, p. 57-66, jan./dez. 2007.

SANTOS, Vanderlei Batista dos (Org.). **Arquivística: temas contemporâneos: classificação, preservação digital e gestão do conhecimento.** Brasília: Editora Senac, 2007.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. **Gestão de documentos eletrônicos: uma visão arquivística**. Brasília: Associação Brasileira de Arquivologia, 2005.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Documentos públicos e privados: arranjo e descrição**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1974.

SILVA, Armando Malheiro da. **A Informação: da compreensão do fenômeno à construção do objeto científico**. Porto: Afrontamento, 2006.

SILVA, Lucas Frazão; SILVA FILHO, Cândido Ferreira da. **Tecnologia da informação e gestão do conhecimento**. Campinas: Alínea, 2005.

SMIT, Johanna Wilhemina; KOBASHI, Nair Yumiko, **Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos**. São Paulo: Arquivo do Estado / Imprensa Oficial, 2003. (Como Fazer, 10).

SMIT, Johanna Wilhemina. **Como organizar o arquivo enquanto sistema de informação**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2007. (Apostila Projeto Como Fazer).

SMIT, Johanna Wilhemina. **O controle de vocabulário nos instrumentos de gestão arquivística**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2009. (Apostila Projeto Como Fazer).

TERRA, José Cláudio Cyrineu; GORDON, Cindy. **Portais corporativos: a revolução na gestão do conhecimento**. São Paulo: Elsevier, 2002.

TESSITORE, Viviane. **Os arquivos fora dos arquivos: dimensões do trabalho arquivístico em instituições de documentação**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002. (Scripta, 4).

TESSITORE, Viviane. **Como implantar centros de documentação**. São Paulo: Arquivo do Estado / Imprensa Oficial, 2003. (Como Fazer, 9).

TURBAN, Efraim; MCLEAN, Ephrain; WHETERBE, James. **Tecnologia da Informação para Gestão**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

VALENTIM, Marta. **Gestão da informação e do conhecimento**. São Paulo: Polis / Cultura Acadêmica, 2008.

VÁZQUEZ, Manuel. **Hacia una política archivística**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2005. (Scripta, 8).

VÁZQUEZ, Manuel. **Administración de documentos y archivos**. Buenos Aires: Alfagrama, 2008.